UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Alberto Moniz da Rocha Barros Neto

Sobre o *Crátilo* de Platão

São Paulo

2011

Alberto Moniz da Rocha Barros Neto

Sobre o *Crátilo* de Platão

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Filosofia sob a orientação do Prof. Dr. Marco Zingano.

São Paulo
2011

Agradecimentos

Agradeço ao professor Marco Zingano pela orientação e pela amizade.

Um agradecimento especial também é devido ao Professor José Arthur Giannotti (USP) e aos professores John M. Cooper e Bem Morisson (meus orientadores na Universidade de Princeton).

Na USP também gostaria de agradecer aos professores Daniel Rossi, Luiz Henrique Lopes dos Santos, Moacyr Noaves, Oswaldo Porchat e Roberto Bolzani Filho com quem tive oportunidades de discutir esta tese.

Em Princeton gostaria de agradecer aos professores Alexander Nehamas, Andrew Ford, Christian Wildberg e Hendrick Lorenz pelos mesmos motivos acima.

Também aprendi muito e tive o apoio afetivo dos meus amigos e colegas do Grupo Temático de Filosofia Antiga, coordenado pelo professor Zingano, com especial destaque ao Eduardo Wolf, Paulo Ferreira e Vitor Schvartz.

Em Princeton pude contar com um grupo análogo a esse enquanto frequentei o *Classical Philosophy Program*. Um agradecimento especial é devido aos amigos do “*Greek Room*”.

Essa tese não teria sido possível sem o apoio irrestrito da minha família (Elizabeth, Elias, Maria Fernanda e João) e de inúmeros amigos íntimos.

Por fim, agradeço a FAPESP pelo financiamento da pesquisa e a CAPES por ter me concedido apoio para um estágio doutoral de um ano na Universidade de Princeton, EUA.

Resumo

BARROS NETO, Alberto Moniz da. *Sobre o 'Crátilo' de Platão*. 2011 – 108 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A pesquisa propõe uma leitura do *Crátilo* de Platão. O interesse central está na estrutura argumentativa do diálogo com ênfase nas teses do naturalismo e convencionalismo lingüístico. O trabalho busca demonstrar que Platão concede vitória a um convencionalismo moderado.

Palavras-chave: Platão - *Crátilo* – Nomes – Linguagem

Abstract

BARROS NETO, Alberto Moniz da. *On Plato's 'Cratylus'*. 2011 – 108 p. Doctoral Dissertation – Philosophy Department at the University of São Paulo, Brazil, Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011

The dissertation at hand offers a reading of Plato's *Cratylus* with emphasis on its argumentative structure, particularly with what pertains to the doctrines of linguistic naturalism and linguistic conventionalism. The research strives to show that Plato credits victory to a moderate version of conventionalism.

Key-words: Plato – *Cratylus* – Names – Language.

Índice

Introdução.....	p. 6
Sobre o <i>Crátilo</i> de Platão.....	p.17
Bibliografia.....	p.60
Apêndices:	
Apêndice I: Estrutura Argumentativa do <i>Crátilo</i>	p.64
Apêndice II: Estrutura Temática do <i>Crátilo</i>	p.67
Apêndice III: Bibliografia Comentada.....	p.68

Introdução:

O *Crátilo* de Platão é um dos textos mais antigos da tradição filosófica ocidental a explorar a racionalidade por trás da nomeação. O texto questiona se os nomes em circulação são apropriados para designar aquilo que eles designam e, indiretamente, quais seriam os procedimentos a serem seguidos para nomear o que quer que seja. A pergunta geral que ronda o *Crátilo* é: A que título *n* (onde *n* representa um item qualquer) leva o nome “*N*”? O *Crátilo* examina duas hipóteses que podem conduzir a uma justificação.

A primeira dessas hipóteses é a mais longa e intuitiva delas: é a hipótese de que a relação entre o nome e o nomeado é fundamentalmente arbitrária, fruto da convenção humana¹. A justificação nesse caso assume a forma: “*N*” é o nome *correto* de *n* quando a correlação “*N*”: *n* for aquela estabelecida por uma determinada comunidade lingüística. Ou seja, dado que a linguagem como um todo é um sistema de regras convencionais, as regras de nomeação são também convencionais e seguem os padrões do sistema (nome correto é aquele em acordo com os padrões do sistema). Ocorre que essa hipótese apresenta alguns problemas, sendo o mais interessante o problema da origem da linguagem. Em paralelo com a indagação pelo instante do contrato social, a pergunta pela origem contratual da linguagem nos leva a uma cena primitiva que não é nitidamente identificável no tempo e no espaço e cuja justificação geral é um tanto tênue (pesando os prós e os contras falar é mais vantajoso do que não falar, mas isso não explica a adoção do sistema de regras *x* ao invés do sistema de regras *y*). Ainda mais misterioso do que a cena original do contrato social (onde se passa de um estado apolítico a um estado político), a cena do pacto original da linguagem pressupõe uma coletividade de não-falantes que subitamente decidem falar. Em suma, a *tese convencionalista da nomeação* (é esse o rótulo adotado na literatura secundária contemporânea sobre o *Crátilo*) mantém sem resolução as seguintes indagações:

¹ A tese de que a relação entre o signo lingüístico e seu significado é convencional já está estabelecida desde Aristóteles (*De Interpretatione* 16a20-21) e é um dos princípios gerais da Lingüística moderna: cf. Saussure (1916), Primeira Parte, Capítulo 1, parágrafo 2. Tipicamente a pluralidade das línguas naturais e a mutabilidade da relação signo/significado são apontados como os indícios gritantes da arbitrariedade da relação nome/nomeado. É por essas razões que chamo essa hipótese de “intuitiva”.

1. Dizer que o laço que liga o nome ao nomeado é *fundamentalmente arbitrário* é diferente de dizer que ele é *absolutamente arbitrário*. Por que alguns nomes são adotados ao invés de outros?
2. O que faz com que as nomeações tenham certa fixidez e permanência? Que tipo de autoridade impera sobre a nomeação?
3. Quem deu os nomes às coisas? Como e quando?

A segunda hipótese examinada no *Crátilo* para assegurar que um nome possa ser considerado justo, genuíno, ou apropriado para designar aquilo que ele designa (no jargão do diálogo, para que a atribuição de “*N*” a *n* seja considerada uma atribuição *correta*), é aquela que pressupõe que o nome seja uma espécie de espelho do nomeado; ou seja, pressupõe que deve haver um laço íntimo ou, na formulação agora clássica de Bernard Williams, deve haver uma relação complexa² que una o signo lingüístico àquilo que ele nomeia - não é qualquer sequência de marcas gráficas ou articulações sonoras que servem. No *Crátilo* essa tese é traduzida em duas possibilidades: ou bem o nome de algum modo *descreve* o nomeado ou bem o nome *imita* algum aspecto essencial do nomeado (é um *mimēma* do nomeado). Na medida em que o nome é *descritivo*, é por ser analisável em termos de uma combinação de outros sinais que descrevem, sugerem ou evocam aspectos relevantes ou essenciais do nomeado. A análise admite graus diferentes de complexidade e não há necessariamente um resultado único possível. Assim, o nome “aluno” poderia ser analisado, consistentemente àquilo sugerido no *Crátilo*, de dois modos:

- a. “aluno” = “*a*” (o alfa privativo grego) + “*lumen*” (latim para “luz” ou “brilho”) => “aluno” ≡ “que não tem brilho” => Logo, o nome “aluno” contém uma descrição condensada apropriada para designar aquele que ainda não foi iluminado plenamente pela luz do conhecimento.

² Bernard Williams (1982), p. 84.

- b. “aluno” = derivado do latim “*alumnus*” (“criança lactente”, “discípulo”) = derivado do verbo “*alēre*” (“desenvolver”, “nutrir”, “fazer crescer”, “fortalecer” => “aluno” ≡ “aquele que está em desenvolvimento, requerendo nutrição” => Logo, o nome “aluno” pode ser analisável numa segunda descrição condensada (i.e. “aquele que ainda depende de outros”) que é tão apropriada quanto a primeira para designar um aluno.

Por vezes os nomes são descrições altamente condensadas e as análises exigem interpretações elaboradas. Encontramos no *Crátilo* decomposições que seguem um padrão análogo ao seguinte:

- c. “malevolência” = “aquilo que traz o **mal**, **lesa** e **voluntariamente** engendra **violência**”

Nos exemplos (a)-(c) acima de nomes enquanto descrições condensadas, é importante notar um *princípio geral* e um aspecto inusitado da *técnica de interpretação ou decodificação dos nomes*. O princípio geral é o que poderíamos batizar de *princípio da superioridade da descrição profunda com relação à superficialidade material do signo*. Isso significa, em primeiro lugar, que nomes podem ser analisados de modos distintos (o nome “aluno” foi decomposto acima em sentidos levemente diferentes: (a) aquele que ainda está no processo de receber a luz do conhecimento; (b) aquele que ainda depende da nutrição dos mais sábios) desde que produzam descrições igualmente válidas ou relevantes: pouco importa qual aspecto saliente do nomeado esteja contido na descrição, basta que seja suficiente para *discriminar* (*diakrinein*) aquele item de outros. Em segundo lugar, o princípio da superioridade da descrição profunda também implica que as variações das práticas de nomeação através das línguas naturais (o fato que “aluno” em português e “*student*” em inglês serem seqüências sonoras bem diferentes) é de pouca monta. O importante é que a captação e condensação de aspectos essenciais do nomeado esteja preservada, isto é, que os nomes possuam um “valor” ou “poder [descritivo]” (*dynamis*) equivalente. Assim, seguindo um exemplo presente no *Crátilo*, os nomes “*Astíanax*” (que significa “senhor da cidade”) e “*Hektor*” (“Heitor”, isto é, “aquele que possui”), embora seqüências sonoras distintas e com conteúdos descritivos

distintos, são ambas igualmente cabíveis e apropriadas para designar pessoas com um poder especial sobre uma comunidade política.

Também quero chamar a atenção para a técnica de extração dos conteúdos descritivos dos nomes que é empregada no *Crátilo*. Os exemplos (a)-(c) são, evidentemente, meus, mas foram cunhados para facilitar a apreciação daquilo que aparece no diálogo. A tendência seria dizer que o tipo de análise utilizada para obter as descrições é de estirpe *etimológica*. Mas há dois problemas em afirmar isso. Em primeiro lugar, caracterizar a técnica como “etimológica” nos leva a questionar se a etimologia é válida ou não, se, por *etimologia*, entendermos o esforço moderno de identificar evidências seguras sobre a origem e o desenvolvimento histórico dos nomes. Do ponto de vista da etimologia moderna, a análise contida em (a) é ingenuamente plausível, mas falsa³ e aquela empregada em (c) é um absurdo completo, enquanto que o exemplo (b) aponta a etimologia fornecida pelos bons dicionários. Em segundo lugar, evidências sugerem que o termo “etimologia”, enquanto rótulo utilizado para referir a uma técnica, é tardio (estóico) e o termo não é mencionado nem uma única vez no *Crátilo*⁴. Com isso quero apenas afastar de início uma tendência nos estudos modernos do *Crátilo* de focar excessiva atenção na validade das suas análises etimológicas⁵. A prática de lançar mão de etimologias imaginativas ou conotativas (não históricas) é antiga e transcultural⁶. Ela sobrevive em textos filosóficos modernos, reconhecidamente em Heidegger, por exemplo⁷. Para engajar frutiferamente com o diálogo, o leitor do

³ Gostaria de agradecer ao amigo Eduardo Wolf por me sugerir esse exemplo clássico de uma “falsa etimologia”.

⁴ O testemunho mais antigo do termo “etimologia” vem do título de um trabalho de Crisipo (c. 280-207 a.C.), preservado num testemunho de Diógenes Laércio (*Vidas Ilustres*, VII, 200). Para uma apreciação do lugar das análises etimológicas no pensamento estóico, ver James Allen (2005).

⁵ David Sedley (1998), pp. 140-141.

⁶ Discussões sobre a “correção dos nomes”, sobre a relação entre os signos da linguagem e as coisas por eles designadas, bem como o uso de métodos “etimológicos” para acessar o “verdadeiro significado”, a “história” ou dimensões “místicas” ou “mágicas” das palavras aparecem, desenvolvidas em discursos ricos, em diversas culturas. Cf.: Johannes Bronkhorst, “Etymology and Magic: Yāska’s *Nirukta*, Plato’s *Cratylus* and the Riddle of Semantic Etymologies”, *Numen*, vol. 48, no.2, 2001, pp. 147-203; Gershom Scholem, “Le nome de Dieu ou la théorie du langage dans la Kabale: mystique du langage” in: G. Scholem, *Le nom et les symboles de Dieu dans La mystique juive*, Paris: Éditions Du Cerf, 1983, pp. 55-99; Chad Hansen, *Language and Logic in Ancient China (Michigan Studies on China)*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1983; Maan Singh, *The Upanisadic Etymologies*. Nova Deli: Nirmal, 1994. Exemplos de etimologias semânticas em outras culturas são indicadas na bibliografia de Bronkhorst (2001; ver nota 2, p.148).

⁷ Sedley (2003), p.29.

Crátilo precisa aceitar apenas dois aspectos das análises etimológicas que abundam em suas páginas:

- I. Em primeiro lugar, o leitor precisa aceitar a força retórica das etimologias. Isso é, a quantidade e variedade das etimologias, bem como o engenho necessário para produzir muitas delas, geram um corpo de evidência nada desprezível a favor da tese de que nomes possuem conteúdos descritivos.
- II. Em segundo lugar, o leitor precisa aceitar que, dada a tese de um laço íntimo entre nome e nomeado, é razoável investigar se nomes nada mais são que descrições condensadas de seus nomeados. O emprego da análise etimológica nada mais é do que um tipo de decodificação das informações criptografadas nos nomes.

Até este ponto mencionei que o *Crátilo* examina duas hipóteses a respeito da relação entre nome e nomeado. A primeira delas é a tese convencionalista. A segunda hipótese aparece sob duas guisas: nome enquanto descrição condensada e nome enquanto *mimēma* (“imitação”). Já apresentei as linhas gerais do que constitui a idéia de um nome com conteúdo descritivo. Agora devemos nos voltar ao nome enquanto imitação. O elemento central aqui é o da *sonoridade sugestiva*. É importante notar que Platão descarta a semelhança onomatopéica como elemento constitutivo do nome enquanto imitação. O tipo de *mimesis* presente no nome está em algum lugar entre a imitação musical e a pictórica. Ela é próxima da musical por se expressar mediante sons, mas nem todo item emite algum som característico e, em se tratando de itens que são facilmente reconhecíveis mediante os barulhos a eles tipicamente associados (o canto do galo, por exemplo), não há razão prevalente para preferirmos elementos sonoros a elementos de outra natureza (e.g. formais: a crista do galo é tão típica quanto seu canto, por exemplo). O tipo de *mimesis* presente no nome é próxima da representação pictórica por dois motivos: (1) por aquilo que vou chamar de seu *isomorfismo* e (2) pelo que vou chamar de seu aspecto *transcriativo*. Uma representação pictórica, como Platão a entende no *Crátilo*, preserva relações comuns àquelas presentes no objeto real: a representação figurativa e o item figurado compartilham aspectos relevantes⁸. É com base nisso que somos autorizados a falar em um isomorfismo. Por outro lado, tanto a

⁸ Ver Luiz Henrique Lopes dos Santos (1994), pp. 61-63.

representação sonora de algo quanto a representação pictórica se configuram de maneiras materialmente distintas daquilo que elas representam. Caso a representação e o representado fossem idênticos nada mais teríamos do que uma duplicação do real⁹. No entanto, a idéia do conteúdo descritivo do nome nunca está distante dos interesses de Platão nesse diálogo. Assim, o que o nome e a figuração tem em comum é que ambos são transcrições de um objeto em outro meio (da realidade material ou conceitual, por exemplo, para a diagramação pictórica ou lingüística). E ambos os tipos de representação (sonora e pictórica) podem ser objetos de novas descrições ou podem se articular significativamente com outras representações. Um exemplo extremo do *Crátilo* é o seguinte. Algumas consoantes, como as fricativas e as vibrantes, podem, em tese, ser emitidas continuamente e indefinidamente (e.g. o “r”, o “s”, o “l”). Nisso elas compartilham algo em comum com a idéia de uma ontologia em movimento perpétuo: o mundo onde nada está em repouso é sugerido como sendo isomórfico à emissão sonora contínua de letras como o “r” e o “s”, que possuem a mesma *dynamys* para representar o fluxo incessante.

Um outro (exemplo moderno) do que constitui um nome-imitativo de acordo com o *Crátilo* aparece no parágrafo inicial do romance *Lolita* (1955) do Nabokov:

“Lolita, luz de minha vida, labareda em minha carne. Minha alma, minha lama. Lo-li-ta: a ponta da língua descendo em três saltos pelo céu da boca para tropeçar de leve, no terceiro, contra os dentes. Lo. Li. Ta.”¹⁰

O nome “Lolita” é apropriado pelo valor conotativo do “l”, associada ao sexo (o “l” está presente no nome “língua” e articula-se mediante o uso – aqui, quase erótico – da língua, em si um instrumento de prazer sexual), mas também sugestivo da paixão (“luz de minha vida”; “labareda em minha carne”), até mesmo em seus aspectos destrutivos (“minha lama”).

⁹ *Iden.* p. 62 e *Crátilo*, 432b-c.

¹⁰ A tradução é do Jorio Dauster que foi publicada pela Biblioteca Folha (de São Paulo). Não há referências à data de publicação.

Com isso creio ter apresentado as marcas gerais da segunda hipótese sobre a racionalidade por trás da nomeação: nomes enquanto descrições e nomes enquanto imitações. Essa hipótese recebe um rótulo filosoficamente carregado no *Crátilo*¹¹: é a tese segundo a qual nomes são *por natureza*¹¹. São dois os argumentos centrais contra essa tese levantados no diálogo:

1. O primeiro argumento sugere que a tese convencionalista é capaz de explicar um número maior de fatos lingüísticos do que a tese naturalista. Ou seja, mesmo que o naturalismo tenha alguma validade, a “parte do leão”, por assim dizer, deve ficar para o convencionalismo. E.g. mesmo que o “l” (ou a seqüência “l-o-l”) em “Lolita” seja altamente sugestivo, não parece haver nada de relevante na seqüência “i-t-a”; além disso, a letra “l” está também associada à coisas que nada tem a ver com a paixão (considerem os nomes “lesma” e “lolinídeo”, que designa a classe das lulas). Em outras palavras é impossível explicar a relação entre nome e nomeado sem postular a influência de convenções, enquanto que é perfeitamente viável desenvolver uma hipótese sobre a arbitrariedade do signo lingüístico sem postular qualquer naturalismo.
2. O segundo argumento é o seguinte: mesmo que o naturalismo seja apenas parcialmente válido, ele é incapaz de nos dar acesso a *insights* proveitosos sobre o real. O naturalismo nos sobrecarrega com

¹¹ O rótulo é “filosoficamente carregado” pela ambigüidade potencial da palavra “natureza”, o que já foi notado por comentadores antigos do *Crátilo*. Próclo, no *In Platonis Cratylum Commentaria* (LVIII, 25.28-26.3) diz que “aquilo que é natural, assim como aquilo que é convencional, é dito de dois modos”. Ele não nos oferece esclarecimentos maiores. Felizmente, encontramos o esclarecimento no comentário ao *De Interpretatione* feito por Amônio (*In De Interpretatione Commentaria*, 34.20-37.13). Em resumo, o que é dito é o seguinte:

“Nomes são por natureza” pode significar:

(1) Que nomes são *produtos* (*demiourgemata*) de operações naturais, como as sombras e os reflexos.

Ou

(2) Que nomes são apropriados à natureza da coisa nomeada, como as imagens artísticas.

“Nomes são por convenção” pode significar:

(I) que qualquer particular pode instituir nomes às coisas ou alterar, ao bel prazer, os nomes das coisas’;

Ou

(II) 0 que nomes são “por convenção” pois são estabelecidos pelos legisladores dos nomes.

informação e está atravessado por contradições (e.g. o “l” em “labareda” e o “l” em “lama”). Nisso ele não tem nada a nos oferecer para além do convencionalismo e a cognição da realidade deve dar pouca atenção aos nomes.

Eis um resumo do modo como a tese naturalista e convencionalista são desenvolvidas no *Crátilo*. A estrutura geral do diálogo é a seguinte¹². Sócrates é convidado a participar de uma discussão entre Hermógenes e Crátilo. Crátilo sustenta que nomes são por natureza; Hermógenes sustenta uma versão radical da tese de que nomes são por convenção¹³. A estratégia geral de Sócrates é, a um só tempo, mostrar os limites do convencionalismo radical e reconstruir a tese naturalista em sua roupagem mais elaborada. Em seguida, por meio de uma longa série de exercícios etimológicos, ele busca mostrar a realidade do naturalismo¹⁴. Após ter convencido Hermógenes de que a tese naturalista é aceitável, ele “vira o jogo” e, agora tendo Crátilo como interlocutor, aponta os limites da tese de que nomes são por natureza¹⁵. Por fim, Sócrates propõe que qualquer que seja a tese correta, no fim das contas, a compreensão da realidade não se dá por meio da linguagem, mas pelas coisas por elas mesmas¹⁶.

Existe um elemento a mais no diálogo, que ainda não mencionei diretamente e que apresenta dificuldades para todos os comentadores do diálogo: a associação da tese naturalista às doutrinas (heraclíticas) do fluxo perpétuo. A ontologia do fluxo é introduzida sub-repticiamente por Sócrates¹⁷ e, depois de introduzida, dá um *twist* na tese naturalista. Agora o naturalismo passa a ter uma contraparte metafísica: nomes encerram (ou ocultam) *uma* verdade metafísica, que pode ser decodificada por um *expert* nos nomes – a doutrina de que não há qualquer estabilidade no real.

Qual a função de Heráclito aqui? Creio que ela seja tripla. E o ponto onde essas múltiplas funções convergem é a moral final do diálogo, de que a verdadeira cognição

¹² Os apêndices I e II deste trabalho fornecem um quadro geral da estrutura argumentativa e da estrutura temática do diálogo.

¹³ *Crátilo*, 383a1-384e2.

¹⁴ *Crátilo*, 385a1-427d3.

¹⁵ *Crátilo*, 427d4-437d7.

¹⁶ *Crátilo*, 437d8-440e7.

¹⁷ *Crátilo*, 401c-e.

do real depende do reconhecimento da metafísica do estável e da superação do lastro na linguagem. Como é que a doutrina fluxista autoriza isso? Em primeiro lugar, ela serve como um argumento por redução ao absurdo: se a identidade do nomeado está em constante mutação e se os nomes preservam a essência do nomeado, ou bem a nomeação é impossível, por ser ineficaz, ou bem os nomes deverão possuir a mesma mutabilidade de seus nomeados, o que tornaria a comunicação impensável. Em segundo lugar, a possibilidade de representar (conceitualmente ou lingüisticamente) um mundo em perpétuo fluxo exige algum eixo estável de representação. Por fim, o *Crátilo* talvez preserve dramaticamente a narrativa de um desencanto filosófico. Sabemos, por Aristóteles, algo interessante sobre o destino dos partidários do fluxo:

“Ademais, vendo que toda a realidade sensível está em movimento e que do que muda não se pode dizer nada de verdadeiro, eles [os partidários do fluxo] concluíram que não é possível dizer a verdade sobre o que muda em todos os sentidos e de todas as maneiras. Dessa convicção derivou a mais radical das doutrinas mencionadas, professada pelos que se dizem seguidores de Heráclito e aceita também por Crátilo. Este acabou por se convencer de que não deveria nem sequer falar, e limitava-se a simplesmente mover o dedo, reprovando até mesmo Heráclito por ter dito que não é possível banhar-se duas vezes no mesmo rio: Crátilo pensava não ser possível nem mesmo uma vez.”¹⁸

O *Crátilo* também menciona aqueles que apostaram na doutrina do fluxo e acabaram “caindo numa espécie de turbilhão”¹⁹. Juntando essas duas passagens, talvez tenhamos no diálogo a narrativa da queda de Crátilo em extrema confusão.

Por fim, para examinar o *Crátilo* proponho que ele seja dividido em duas partes, com extensões desiguais. A primeira metade do *Crátilo* (do início do diálogo, em 383a1, até 437d7²⁰), desproporcionalmente mais longa do que a segunda, tece uma reflexão a respeito dos nomes e da nomeação. A segunda parte (de 437d8 até o final, em 440e7) representa uma ruptura com a discussão anterior e propõe alguns princípios gerais que possibilitam a cognição da realidade.

¹⁸ Aristóteles, *Metafísica*, Livro Gama, 1010a7-15.

¹⁹ *Crátilo*, 439c-d.

²⁰ Ao longo de todo o trabalho sigo a paginação *Stephanus* na edição da *Oxford Classical Texts* (1995).

Sobre o *Crátilo* de Platão

1. Prelúdio historiográfico:

O *Crátilo* retrata uma reflexão filosófica sobre a correção dos nomes, iniciada por Crátilo e Hermógenes, a qual Sócrates é convidado a participar. No contexto do diálogo, a pergunta pela correção das palavras é relacionada a uma segunda indagação que tem anterioridade lógica a ela: qual a relação entre nome e nomeado? Crátilo sustenta que “*N*” é o nome *correto* de *n* se e somente se “*N*” *pertencer a n por natureza* (é a tese segundo a qual existe um isomorfismo ou uma afinidade íntima entre nome e nomeado); Hermógenes é da opinião de que para “*N*” ser o nome *correto* de *n* basta que “*N*” seja empregado como nome de *n* (é uma versão radical da tese segundo a qual a relação entre nome e nomeado é arbitrária e depende exclusivamente da vontade humana). No mundo antigo, o modo sucinto de referir ao contraste entre as posições de Crátilo e de Hermógenes sobre a relação nome/nomeado era referir a uma como a tese segundo a qual nomes são *physis* (“dados por natureza”) e a outra como a tese segundo a qual nomes são *thesis* (“estabelecidos” [por uma comunidade lingüística]); entre os comentadores contemporâneos fala-se de uma tese *naturalista* e uma tese *convencionalista* sobre a nomeação.

Temos dois aspectos conexos da questão da nomeação presentes no diálogo. Uma indagação sobre *a correção dos nomes*, apresentada como a rubrica geral que caracteriza a temática diálogo, se desdobra numa indagação sobre *o estatuto da relação entre nome e nomeado*, que forma o núcleo da discussão. No *Crátilo* está claro que as teses naturalista e convencionalista fornecerão critérios distintos de correção²¹.

Antes de examinarmos o diálogo em detalhe, é relevante notar que essas questões estavam vivas numa tradição filosófica anterior à redação do *Crátilo*. Portanto, pretendo apresentar, muito sucintamente, os aspectos do *status quaestionis* que

²¹ Em 383a4-5 a posição de Crátilo é caracterizada como aquela segundo a qual o “nome correto” de algo é aquele “que lhe pertence por natureza”; em 384d1 Hermógenes declara não conseguir se convencer de que “a correção dos nomes” dependa de outra coisa que “da convenção e do acordo”. Sobre a *correção dos nomes* como rubrica geral, ou maneira *standard* de caracterizar a discussão do *Crátilo* como um todo (o tema do diálogo por assim dizer), ver 384a6-7 onde Hermógenes pede que Sócrates lhe diga o que pensa “sobre a correção dos nomes”. Por fim, em 384b6-c1 Sócrates aponta Pródico como aquele capaz de dizer “a verdade (...) sobre a correção dos nomes”.

enriquecem a leitura do diálogo. Existem indícios textuais de que tal exercício preparatório seja pertinente. Em primeiro lugar, embora a discussão a respeito da correção esteja configurada nos termos nos quais Hermógenes e Crátilo a entendem (entrelaçando-a com o contraste entre naturalismo e convencionalismo), o texto associa imediatamente o tema da correção ao sofista Pródico (nativo da ilha de Ceos²²), conhecido por seu interesse em palavras. Vejo isso como uma alusão ao trânsito que a reflexão sobre a nomeação tinha na cultura grega da época. Em segundo lugar, a discussão entre Hermógenes e Crátilo não é retratada dramaticamente (ela transcorre antes do encontro com Sócrates) e Hermógenes admite ter discutido sobre a natureza da relação entre nome e nomeado muitas vezes e com muitas pessoas²³. Isto sugere que o tema não seja tipicamente platônico-socrático e que o *Crátilo* não estava inaugurando um campo novo de investigação, mas respondendo a uma tradição de reflexão sobre a nomeação, tornando valiosa uma recuperação, mesmo que breve, de um corpo de temas e de argumentos ligados à essa reflexão. Portanto, a primeira tarefa é esboçar os múltiplos significados da *correção dos nomes* e os principais argumentos a favor e contra *as duas teses sobre a nomeação*.

1.1. *Sobre os nomes e sua correção:*

Pretendo nesta seção destacar quatro aspectos da questão sobre a correção dos nomes:

1. Caracterizar o sentido da expressão no *Crátilo* e sugerir que ela esteja sendo utilizada em um sentido maleável, não técnico (por assim dizer).
2. Mostrar que o sentido comum da expressão bem como outros temas que aparecem no *Crátilo* já estavam enraizados na cultura grega e podem ser vislumbrados na tradição filosófica anterior e contemporâneas ao *Crátilo*.

²² Pródico de Céos (c. 465- c. 395) era um sofista contemporâneo de Sócrates.

²³ Entre as linhas 383a4-384c9 Hermógenes descreve o que ele e Crátilo estavam discutindo. Em 384c10-11 ele diz que já discutiu a questão da correção dos nomes com Crátilo diversas vezes.

3. Listar evidências de que a expressão “correção dos nomes”, e variações dela, passam a adquirir uma dimensão *técnica* à partir dos sofistas e que Platão recorrentemente associa Pródico a reflexões sobre a nomeação.
4. Caracterizar os modos como a questão sobre a correção dos nomes aparece em Pródico e aventurar razões para explicar à que título ele é mencionado na abertura do *Crátilo*.

1.1.1. O sentido de “nome correto” no *Crátilo*:

No *Crátilo*, a questão da correção dos nomes é primeiramente aludida como consequência da tese naturalista²⁴. A tese naturalista afirma existir um isomorfismo ou afinidade íntima entre nome e nomeado. Nomes são descrições condensadas ou imitações do item nomeado ou de aspectos essenciais do item nomeado. Isso significa que, dado um item *n* qualquer, a natureza objetiva de *n* impõe certas restrições sobre a gama de possibilidades de nomes que lhe podem ser atribuídos (não é qualquer combinação de emissões sonoras ou sinais gráficos que valem como instanciações de nomes possíveis para *n*). Isso nos permite distinguir atribuições válidas de atribuições inválidas, com base na teoria da nomeação natural. Um paralelo aparece com relação à teoria convencionalista: “*N*” é o nome de *n* se “*N*” for o nome estabelecido pelo arbítrio humano para designar *n*. Mas tanto Crátilo quanto Hermógenes vão um passo mais longe. Para Crátilo ou bem um nome realiza sua natureza descritiva ou imitativa ou nem mesmo chega a configurar um nome²⁵; para Hermógenes não existem nomes falsos pois todo nome é, por definição, *nome que foi atribuído a algo* (se um indivíduo ou um grupo decidir atribuir o nome “*N*” para *n* então “*N*” é o nome de *n*). Tanto para Crátilo quanto para Hermógenes “nome correto de *n*” é equivalente à expressão “nome de *n*” e todos os nomes são *eo ipso* corretos. Isso significa que a expressão “correção dos nomes” não está indicando nenhuma teoria precisa de correção, mas adquirindo sentidos distintos no interior de cada uma das teses sobre a relação nome/nomeado.

²⁴ A primeira ocorrência de “correção dos nomes” vem do relato de Hermógenes sobre as teses de Crátilo. Segundo Hermógenes, Crátilo sustenta: que existe uma correção dos nomes, que a correção dos nomes está dada por natureza e que nem todo nome é o nome correto daquilo que ele designa.

²⁵ 429b4-430a7.

Mas existe algo em comum entre as duas teses já que ambas podem falar em nome (*onoma*) correto (*orthos*). Muito foi escrito sobre a complexidade de traduzir a palavra grega *onoma* (*onomata*, no plural): “nome”, “palavra”, “termo”? Tradutores modernos do *Crátilo* tendem a optar por “nome”. O único empecilho é que exemplos de *onomata* apontados ao longo do diálogo incluem verbos, nomes próprios, nomes comuns, adjetivos e até participios. A razão disso é simples e o excesso de escrúpulos sobre questões de tradução do termo grego é desnecessária. A única coisa que o leitor do diálogo precisa ter em mente é que Platão está abordando os nomes pela perspectiva da função lingüística que eles desempenham, isto é, enquanto termos *lexicais* (*content words*): itens lingüísticos que possuem um conteúdo semântico estável e pretensão referencial (e.g. substantivos, adjetivos e verbos nomeiam itens, qualidades, ações)²⁶. Pouco importa usar “nome”, “termo” ou “palavra” – o melhor é adotar a tradução mais clara e interessante para cada contexto. Já o adjetivo *orthos*, cujo sentido comum é “correto” ou “acertado”, possui também um sentido mais intenso, qualificando algo como objeto de reflexão cuidadosa, isto é, aquilo que é “preciso”, “acurado”, em oposição ao “comum”, “impreciso” “banal”²⁷. Para o contexto da discussão do *Crátilo*, é também interessante notar que *orthos* podia significar “genuíno” ou “verdadeiro”²⁸. Reforço que “correção dos nomes” no *Crátilo* evoca essa riqueza de sentidos e que a fórmula não está ligada a nenhuma agenda específica.

1.1.2. *A questão da correção dos nomes na tradição grega:*

Com algum esforço é possível vislumbrar um interesse incipiente em questões de correção terminológica e no poder revelador das palavras entre os filósofos

²⁶ Na terminologia lingüística moderna, termos lexicais (*content words*) são contrastados com os termos funcionais (*function words*), que desempenham um papel puramente sintático (e.g. conjunções etc.).

²⁷ Cf. LSG, verbete *orthos*, III.2. e Andrew Ford (2001), p. 100.

²⁸ O clacissita Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf aponta um “sentido lógico” do adjetivo *orthos* que é aquele que aparece na expressão *orthos philos* com o valor de “o verdadeiro amigo”, ou “amigo genuíno”: cf. Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf, (1895), volume I, pp.18-19. Devo essa referência a Jonathan Barnes (1982), nota 16 à p.603. Tenho quase certeza de que Rachel Barney (2001) também fornece essa referência, mas não consegui encontrar a localização exata. “Nome correto” é o mesmo que “nome verdadeiro” no *Crátilo*: cf. 430d5. Para outros sentidos de *orthos*, ver: Pierre Chantraine (1984), vol. II, pp. 818-819. Ver também Ford (2001), p. 100, nota 49.

chamados pré-socráticos²⁹. Alguns exemplos são interessantes por anteciparem o espírito e o vocabulário da reflexão presente no *Crátilo*. Xenófanes (c. 570–c.475 a.C.), no fragmento DK 21 B32, questiona se “*Iris*”, um nome de uma divindade na tradição épica (Homero) e teogônica (Hesíodo), seria o nome apropriado para o arco-íris, já que o fenômeno é “por natureza apenas uma nuvem” (*nephos kai touto pephyke*), colorida de certa maneira³⁰. Heráclito (c. 535 – c.475 a.C.) jogava com o duplo sentido da palavra “*bios*” (“vida” e “arma”³¹, um instrumento letal)³². Perceber essa ambigüidade no nome significa *decodificar* uma verdade metafísica *inscrita* no nome: a metafísica dos contrários que Heráclito elegeu como a descrição fundamental da realidade. Empédocles (c.490- c. 430 a.C.) protesta contra o uso da palavra *genesthai* (“vir-a-ser”), sugerindo que o termo é impróprio para designar o fenômeno. No entanto ele resigna-se a seguir a convenção (*nomos*)³³ adotada entre os homens. Semelhantemente Anaxágoras (c. 500- c. 428 a.C.) escreveu que os Gregos “não definiram corretamente (*ouk orthōs nomizdoysin*) ‘vir-a-ser’ e ‘perecer’” por não terem compreendido a natureza profunda desses fenômenos (para Anaxágoras, assim como para Empédocles, a geração e a destruição são, em certa medida, ilusórias). Mas, diferentemente da atitude resignada de Empédocles, ele propõe um modo correto (*orthos*) de chamar (*kalein*) esses fenômenos: “associação” e “dissociação”³⁴. A descoberta, em 1962, do chamado *Papiro de Derveni* (c. 340-320 a.C) revelou paralelos surpreendentes com o *Crátilo*³⁵: (a) a idéia de um *legislador dos nomes original* (no caso, Orfeu), que estabelece os nomes da maneira “mais perfeita” (*kallista*)³⁶, isto é, de acordo com a definição precisa de cada item

²⁹ Para uma apreciação sucinta e cautelosa da “filosofia da linguagem pré-socrática”, ver De Jonge & van Ophuijsen (2010), pp. 487-488, de onde muitos desses exemplos foram extraídos.

³⁰ Cf. os comentários de John Lesher (1992), pp. 142-144. Lesher também chama a atenção para o fato de que Xenófanes evita caracterizar o arco-íris como um fenômeno espantoso, manifestação da deusa *Iris Thaumantias*, contra a tradição hesiódica que havia traçado a genealogia da deusa, identificando-a como filha do Espanto, *thauma*: *Teogonia*, vv. 265-266. Essa interpretação parece acertada principalmente pelo fato de que a fórmula *thauma idesthai* (“contemplar algo maravilhoso”) aparece com frequência em Hesíodo e Homero e é substituída no fragmento pela fórmula *néphos (ktl.) idesthai* (“contemplar uma nuvem colorida”): assim, o “nome apropriado” para o arco-íris é aquele que o inscreve no registro dos fenômenos naturais e não dentre os fenômenos sobrenaturais (cf. Lesher, *id.* Pp.143-144).

³¹ Literalmente, “arco” (lança-flechas).

³² DK 22 B48

³³ DK 31 B9

³⁴ DK 59 B 17

³⁵ Sobre a relação entre o *Crátilo* e o *Papiro de Derveni* ver o apêndice A.VI.

³⁶ *Papiro de Derveni* (ed. Theokritos Kouremenos *et al.*), col. XXII, 1.

nomeado (*kata ton auton logon*)³⁷; (b) a crença de que nomes, quando adequadamente interpretados, revelam verdades profundas sobre a realidade (i.e. nomes são “códigos” que somente podem ser “quebrados” por um *expert*)³⁸; (c) por vezes o autor do *Papiro de Derveni* utiliza análises etimológicas para decodificar o sentido oculto dos nomes³⁹; (d) por fim, dados os paralelos já listados, é curioso encontrar tanto no *Papiro de Derveni* quanto no *Crátilo* referências à filosofia heraclítica⁴⁰.

1.1.3. A correção dos nomes entre os sofistas

Evidências de um interesse sistemático em questões de linguagem provém do século IV. No período áureo daquilo que se convencionou chamar de “movimento sofístico” o estudo formal e autônomo da gramática ainda não estava consolidado, mas já era incipiente⁴¹; existem testemunhos de que Protágoras e Pródico, em particular, tinham pesquisas em questões de linguagem⁴² e que, dando continuidade a uma tradição secular, o est. Quando Platão começou a escrever seus diálogos, as classes atenienses intelectualizadas já estavam familiarizadas com empreitadas intelectuais (sob a forma de tratados, pesquisas e “exibições sofísticas”) que eram referidas por rótulos como *onomastikon* (“Dos nomes” ou “tratado sobre nomes”)⁴³, *orthoepia* (“correção do

³⁷ *Id.* Col. XIX, 2-3.

³⁸ Kahn (1997), p. 61 e nota 18 na mesma página.

³⁹ Tanto o Sócrates do *Crátilo* quanto o autor do *Papiro de Derveni* derivam “*Dēmētēr*” de “*mētēr*” (*Derveni*, col. XXII, 9-10; *Crátilo*, 404b8) e “*Kronos*” de “*nous*” (*Papiro de Derveni*, col. XIV, 7; *Crátilo*, 396b5-7). Essas derivações não são surpreendentes em e por si mesmas (as conexões são um tanto auto-evidentes), o que é surpreendente é a crença simultânea de que nomes encerram ou ocultam mensagens sobre a realidade e que “decodificações etimológicas” conduzidas por um *expert* no assunto é uma arte que conduz à compreensão profunda do Real.

⁴⁰ Kahn (1997), pp. 60-61. Kahn tende, a meu ver, a dar ênfase demasiada a esse paralelo. Nem a metafísica do fluxo, nem a refutação da mesma estão em jogo no *Papiro de Derveni*. O autor do *Papiro* também não conecta nenhuma etimologias às doutrinas de Heráclito. Se não fossem os outros paralelos, eu tenderia achar que a referência a Heráclito no *Derveni* indicaria apenas a influência de Heráclito no mundo antigo.

⁴¹ Sobre a origem dos estudos gramaticais no mundo Grego, ver : Goldschmidt (1940), p. 7 (e a bibliografia sugerida na nota 4 da mesma página); bem como meu Apêndice (seção II: O Nascimento da Gramática no Mundo Antigo.).

⁴² Pródico me interessa particularmente e será tratado com maior detalhe em breve. O interesse de Protágoras em questões de linguagem é atestado por Platão (DK 80 A26), Aristóteles (DK 80 A27-29) e Diógenes Laércio (DK 80 A1, 254,13-17).

⁴³ Um *Onomastikon* é atribuído a Górgias por Jullius Pollux (em seu *Onomastikon*, IX, 1).

discurso” ou “correção da fala”)⁴⁴ e *orthotēs onmatōn* (“correção dos nomes”)⁴⁵. É provável que houvesse grande variação e plasticidade nos projetos por trás dessas diversas investigações, afinal, ninguém detinha o monopólio sobre o estudo da linguagem⁴⁶.

Eu quero frisar que *correção dos nomes*, e variações dessa expressão, circulavam em dois registros: um registro mais comum e um registro sofisticado. As evidências extraídas dos pré-socráticos, mesmo que escassas, precisam ser levadas a sério.

1.1.4. *Pródico e a correção dos nomes*

A menção a Pródico no *Crátilo* é um tanto paradoxal. Por um lado, nos *Diálogos* de Platão ele é recorrentemente destacado como um especialista em nomes e é rapidamente apontado no *Crátilo* como uma espécie de autoridade óbvia a ser consultada sobre a questão; por outro, ele rapidamente “esquecido” durante a discussão que se desenvolve. Por que?

Os sofistas ocupam um papel reduzido no *Crátilo* e são sumariamente dispensados. Nem Hermógenes, nem Crátilo, são apontados como simpatizantes deles, e

44 Protágoras é, sem dúvida, associado a esse termo (cf. Platão, *Fédro*, 267c6), mas não há evidências de que ele tenha escrito um tomo com o título *orthoepeia* (cf. Andrew Ford, 2001, p. 101).

45 Protágoras também parece ter lecionado “sobre a correção dos nomes”: *Crátilo*, 391b9-c5

46 O leitor atento deve ter percebido minhas dificuldades e hesitações na tradução dos títulos dos tratados e disciplinas Gregas sobre a linguagem. Tais hesitações refletem as particularidades e a flexibilidade do grego que, como outras línguas, possui um vocabulário rico para designar o fenômeno da linguagem. Como não havia na Grécia Antiga uma disciplina consolidada sob a rubrica “Filosofia da Linguagem”, não é estranho que não encontremos um equivalente exato. Mas posso apontar a terminologia básica sobre o assunto. Distribuo o vocabulário em quatro conjuntos: (1) um primeiro conjunto terminológico para “língua”/“linguagem” são os termos *glōssa* (“língua”) e *phōnē* (“emissão sonora articulada”, “voz”, “idioma”); (2) o segundo conjunto terminológico inclui *logos* (“discurso”, “afirmação”, “expressão racional”; mas também “cálculo”, “razão” etc.) e os derivados do verbo *eipein* (“dizer”, “falar”); (3) neste conjunto, aponto *lexis* (“modo de expressão”; “estilo”) e *dialektos* (“maneiras de falar”; “dialética”); 4) *onoma* (designa um termo com estabilidade lexical; gramaticalmente, o “substantivo” ou o “sujeito”) e *rhema* (designa um termo que atribui qualidades a *onomata*; gramaticalmente, “verbo” ou “predicado”). Cf. de Jonge & van Ophuijsen (2010), pp. 485-487; p. 489 *in finis* para *epos* e *eipein*; p. 490 para *onoma* e *rhema*.

é Sócrates quem menciona Pródico como especialista paradigmático no tema da correção dos nomes. Além disso a expressão *orthotēs onomatōn* (“correção dos nomes”) é introduzida por Hermógenes⁴⁷, que não fornece qualquer indicação de estar sob a influência dos sofistas⁴⁸, mas evidentemente a toma como a maneira *standard* (isto é, aludindo ao sentido comum de correção dos nomes) de aludir ao tipo de discussão que ele estava tendo com Crátilo⁴⁹. Isso nos leva a indagar se a referência a Pródico é significativa ou representa apenas mais uma oportunidade para “envenenar” a fama pública dos sofistas, um dos esportes favoritos de Platão.

A troça existe e Sócrates a utiliza como um modo humorístico de introduzir seu tradicional pleito de ignorância (ver **T1** abaixo). Mas não devemos dispensar Pródico tão rapidamente. Pródico é mencionado em nada menos do que quatorze diálogos platônicos⁵⁰, além do *Crátilo*, e, em muitos deles, é representado como tendo como *métier* principal pesquisas em nomeação⁵¹. A referência a ele pode ser, dentre outras coisas, um convite a uma comparação entre o tipo de discussão sobre a nomeação desenvolvida no *Crátilo* e as famosas palestras de Pródico sobre o assunto. Em suma, o que me parece estar ocorrendo por trás da referência é um jogo entre um sentido mais técnico e um sentido menos técnico da fórmula *orthotēs onomatōn*: por um lado havia um interesse antigo em questões de propriedade terminológica, por outro, havia uma figura (Pródico) que se apresentava como um especialista no assunto e tinha uma agenda bem delineada sobre como proceder com respeito a essa reflexão.

⁴⁷ *Crátilo* 383a4-5; 384a6-7.

⁴⁸ Muito pelo contrário: logo após Sócrates mencionar Pródico como sendo a pessoa mais apropriada com quem discutir o assunto, Hermógenes simplesmente responde que já debateu a questão com frequência com Crátilo e outros (*Crat.* 384c10-d2). Caso ele acreditasse que seu modo de formular a questão fosse próxima do modo sofístico, aqui estaria a *golden opportunity* de afirmar a conexão.

⁴⁹ A minha conclusão de que se trata de uma maneira *standard* de se referir a esse tipo de discussão baseia-se na repetição da fórmula em 383a4-5 e 384a6-7.

⁵⁰ *Apologia Socratis*, 19e3; *Axiochus*, 366c e 369b; *Charmides*, 163d; *Eryxias*, 397c e seguintes; *Euthydemus*, 277e, 305c; *Hippias Maior*, 282c; *Laches*, 197d; *Meno*, 75e; *Phaedrus*, 267b3; *Protagoras*, 314c, 315d e seguintes, 316a, 337a-c, 339e-341c, 357e e seguintes, 358a; *Respublica*, X, 600c; *Symposium*, 177b; *Theaetetus*, 151b5; *Theages*, 127e-128b.

⁵¹ Em 7 dos 15 diálogos nos quais aparece ele é apresentado como especialista em questões de linguagem. No, *Eutidemo*, por exemplo, para esclarecer uma obscuridade gerada pela homonímia que cerca a palavra *manthanein* (“aprender” mas também “compreender”), Sócrates propõe uma consulta à Pródico que defende a primordial necessidade de “aprender sobre a correção dos nomes” (*péri onomatōn orthótetos matheîn*; cf. *Eutidemo*, 277e).

Por outro lado, a expressão assume um sentido específico quando atrelada aos trabalhos de Pródico de Céos, recorrentemente caracterizado como um especialista em nomeação nos *Diálogos* de Platão. Logo não é de se estranhar que, no contexto dramático do *Crátilo*, assim que Sócrates é informado do tema da discussão que ocupava a atenção de Crátilo e Hermógenes ele imediatamente se lembra do sofista e de seu domínio sobre o assunto. Leiamos o trecho no qual a menção aparece:

(T1): *Crátilo*, 384b2-c2⁵²

SÓCRATES: (...) Ora, se eu já tivesse ouvido a **exposição⁵³** (*epideixis*) de cinquenta dracmas de Pródico [sobre a *correção dos nomes*] – e, segundo ele próprio, quem a tiver

⁵² Todas as citações do *Crátilo* em português seguem a seguinte tradução: *Platão: Crátilo*. Tradução de Mara José Figueiredo e introdução de José Trindade dos Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. Em alguns lugares, faço pequenas modificações. As ênfases são minhas.

⁵³ *Epideixis* é também usualmente traduzido por “demonstração”. Existem diversas teorias sobre o conteúdo exato dessas “exposições” e a razão delas (seu “objetivo” político, moral ou pedagógico, por exemplo). Existe também alguma incerteza a respeito do número de eventos compreendidos pelo termo *epideixis*: um único encontro ou uma série? Alguns tradutores optam por verter *epideixis* (um substantivo singular) por “curso”, substantivo singular que encerra um pluralidade de eventos (é a opção C.D.C. Reeve); outros traduzem por “a lição” ou “a aula”, apontando para a singularidade do evento (Carlos Alberto Nunes, Catherine Dalimier, Léon Robin, Louis Méridier); por fim, H.N.Fowler é o único a deixar explícito sua crença de que se trata de uma sequência de preleções (“*fifty-dracma course of lectures*”). Próclo vê justamente na singularidade da exposição um indício da arrogância do sofista: pretender explicar um assunto tão complexo quanto a nomeação em apenas uma única exposição é sinal de enorme pretensão (*In Platonis Cratylum Commentaria*, XXIV).

O valor de 50 dracmas tende a favorecer um evento singular, por representar um preço alto, mas nada exorbitante: salgado para apenas algumas horas de ensino, mas um preço razoável para vários dias (ver G.B. Kerferd, *The Sophistic Movement*, pp.27-28). No *Alcibiades* (199a) nos é dito que Zenão cobrava 100 minas por suas lições. Como 1 mina = 100 dracmas, tal quantia era mais que exorbitante e o preço da exposição de Pródico deixa de impressionar. O curioso é que a idéia de uma exibição intelectual de 50 dracmas de Pródico era quase proverbial: cf. Aristóteles, *Rhetorica*, III, 1415b15; DK 84A11; Quintiliano, *Instituições Oratórias*, IV, 1,73-74. Um dracma era o soldo diário médio de um artesão qualificado na Atenas do século Va.C. (cf. Michel Austin e Pierre Vidal-Naquet, *Économies et Société en Grèce Ancienne*, Paris, 1972). Na *Apologia* (26d-e), Sócrates alude a lições que podiam ser adquiridas “por uma dracma” no teatro e em nota à sua tradução desta passagem, Luc Brisson sugere que aqui tenhamos uma referência ao preço do “ingresso” cobrado em leituras públicas de livros (*Apologie de Socrate*, tradução, introdução e nota de Luc Brisson, Paris: Flammarion, 1997, nota 129, pp.143-144). Não é impossível que Pródico oferecesse “exposições privadas (encontros únicos ou um curso completo)” para um grupo seleto de pagantes dos altos círculos sociais e tivesse uma versão “popular” da demonstração, lida publicamente a preços mais modestos. Seja como for, do ponto de vista dramático-filosófico, o que temos nesta passagem parece ser uma ironia calculada: Pródico ou qualquer um de seus alunos sabem “50 vezes mais” sobre “a correção dos nomes” do que Sócrates, o que aumenta o “valor” de sua reflexão (improvisada?) sobre os nomes.

escutado ficará informado sobre este tema —, nada te impediria de, neste mesmo instante, conheceres a verdade acerca da correção dos nomes; porém eu não ouvi essa **exposição**, mas apenas a de um dracma; por isso não sei qual possa ser a verdade acerca dessas coisas.”

No que consistia a *epideixis* de Pródico? Informações (poucas mas valiosas) encontram-se espalhadas tanto pelo *Corpus Platonicum* quanto em alguns outros testemunhos. Com base na análise das passagens relevantes vou propor que devemos distinguir dois “projetos” de investigação sobre os nomes que faziam parte da agenda de Pródico e que são relevantes para o estudioso do *Crátilo*: compreender o significado preciso das palavras em uso e identificar imperfeições e limitações do nosso vocabulário, propondo reformas e revisões. Para fins de clareza, vou tratar cada um desses projetos individualmente e batizá-los (mantendo-me o mais fiel possível à terminologia usada nos testemunhos) de: (i) *a distinção dos termos* e (ii) *a correção dos nomes*.

(i) *A distinção dos termos*:

Um conjunto de referências em Platão relatam que Pródico enfatizava a importância de *distinguir* (*diaireîn*) os nomes⁵⁴. Nos casos nos quais esse verbo é mencionado de modo saliente, o que está em jogo são problemas ligados ao campo restrito da distinção entre *verdadeiros-sinônimos* (ou *quase-sinônimos*) e *pseudo-sinônimos*: no *Cármides*, trata-se de distinguir “fazer” (*poieîn*) de “realizar” (*prattein*)⁵⁵; no *Láques*, distinguir o “corajoso” (*to andreîon*) do “destemido” (*to aphobon*)⁵⁶; no *Mênon*, distinguir o “limite” (*peras*) da “extremidade” (*eschaton*)⁵⁷ e, no *Protágoras*, distinguir “querer” (*boulesthai*) de “desejar” (*epithymein*)⁵⁸. Creio que Pródico estava operando com a hipótese de que a riqueza do nosso vocabulário possui

⁵⁴ Consultar a discussão sobre as “distinções” de Pródico no comentário de C.C.W. Taylor ao *Protágoras*: *Plato: Protágoras* (Clarendon Plato Series), tradução e comentários de C.C.W. Taylor, edição revisada, 1991, pp. 136-140. Goldschmidt (1940, p. 8) sugere que *diarein* pode ser um “termo técnico” utilizado pelo Pródico histórico.

⁵⁵ *Cármides*, 163b-d.

⁵⁶ *Láques*, 197b-d.

⁵⁷ *Mênon*, 75e.

⁵⁸ *Protágoras*, 340a.

uma afinidade íntima com a complexidade da realidade; em outras palavras, que existe uma correspondência (mais ou menos) perfeita entre as palavras e aquilo que elas designam⁵⁹. Assim, em alguns casos potencialmente ambíguos - e.g. onde a existência de sinônimos potenciais demandam uma investigação acerca do modo “correto” de empregar os termos para obter uma descrição acurada do real - , a regra que define a *correção de um termo* não é apenas uma regra de *uso* do termo (determinada por uma prática particular⁶⁰), mas da identificação de sua *designação específica*. Ou seja, a proposta de Pródico é a de que o problema da correção dos nomes deverá ser resolvido no plano da realidade e não no plano da linguagem (que é vista como sintomática do real): “*I’ll teach you differences*” (*Rei Lear*, I, iv, 94) chegou a ser considerado por Wittgenstein como mote para as *Investigações Filosóficas*, mas cairia bem para Pródico. Os casos dos quase-sinônimos são distintos do tipo de correção proposta por Anaxágoras – substituir “geração” e “destruição” por “associação” e “dissociação” – pois lá (em Anaxágoras) estamos lidando com pares de palavras com sentidos claramente distintos. Pródico poderia querer dar conta dos casos ambíguos. Se existem duas ou mais palavras para designar aquilo que aparenta ser um único fenômeno, devemos sempre considerar a possibilidade de haver mais de um estímulo no real demandando múltiplos modos de referência.

Distinguir os termos é um modo condensado de designar um recurso que perfaz quatro etapas:

1. Em primeiro lugar *identificar* os termos que os homens dizem compartilhar o mesmo campo semântico (os supostos sinônimos).

59 “Prodicus (...) seems to have operated on the hypothesis that there were no genuine synonyms, that where there were two words, there were two meanings” (Norman Kretzmann, 1967, p. 359). Caso a tese de Pródico seja a de que para cada item da realidade corresponde um termo da linguagem, então estaríamos diante de tese legitimamente metafísica.

⁶⁰ E.g. em Português temos “ética” e “moral”. Alguns argumentam que ambos significam fundamentalmente a mesma coisa e apenas convenções estabelecem quando devemos usar um ou outro termo; mas existem aqueles que traçam distinções entre as duas palavras. Outro exemplo divertido é a distinção entre “grafite” e “pichação”. Lembro de um comentário num jornal que dizia que “pichação” é *vandalismo*, mas “grafite” é *arte* quando alguém poderia argumentar que ambos designam a mesma coisa (*street art*, por exemplo) e que a única distinção relevante está na atribuição de valor estético a alguns casos e não outros.

2. Depois, *indagar a respeito* das realidades relevantes e confrontá-las com a lista de termos.
3. Em seguida, *distinguir as designações específicas* dos termos *vis-à-vis* às realidades relevantes; isto é, correlacionar a lista de termos à lista dos recortes do real;
4. Por fim, *fazer uso correto* dos termos apropriados nos contextos apropriados.

Podemos ilustrar o método com um exemplo:

- 1* “Corajoso”, “bravo” ou “destemido” são termos atribuídos a indivíduos que agem de determinado modo (e.g. com vigor ou persistência) em determinadas situações (e.g. no combate);
- 2* Existe uma distinção entre (e.g.) (i) *o vigor ou persistência no combate guiado pela razão* e (ii) *o vigor ou persistência no combate regido pelo impulso ou pela indiferença com relação à própria sorte*;
- 3* “Corajoso” designa (i) e “destemido” designa (ii).
- 4* Logo, devemos empregar o termo “corajoso” em circunstâncias (ou contextos) *c* e “bravo” ou “destemido” em circunstâncias (ou contextos) *c'*. Seguir essas regras instanciará empregos *corretos* dos termos “corajoso”, “bravo” e “destemido”.

O elemento problemático do modelo acima é explicação da correlação expressa em (3*), isto é, a racionalização do porquê da atribuição de “corajoso” a (i) e “destemido” a (ii). O que garante que obtivemos a correlação correta? Tudo indica que o que permite a Pródico a traçar suas distinções é: (a) a pré-existência de um escopo semântico relacionado a cada um dos termos; (b) um conjunto de regras de uso (estabelecidas pela tradição) e (c) a benção de alguma autoridade (no caso o próprio Pródico) para legitimar as correlações. O partidário do naturalismo cratiliano poderia insistir na arbitrariedade dessas associações e alegar que faltam a elas bases objetivas que assegurem as distinções: “corajoso”, “bravo”, “destemido” são distinções *acidentais* da língua e a aplicabilidade (correta) dos nomes não consiste em outra coisa que a obediência a normas (um tanto arbitrárias) de uso - a riqueza semântica dos termos é um

fato da linguagem, não um fato da realidade. Veremos que a rejeição de uma autoridade mundana que estabelece a relação nome/nomeado bem como a exigência de um isomorfismo são temas centrais da posição naturalista no *Crátilo*.

(ii) *A correção dos nomes:*

Existe outra dimensão das reflexões de Pródico sobre a nomeação que pode ser chamada de *correção dos nomes*, no sentido estrito de uma demanda pela reforma das práticas de uso existentes. Os argumentos aqui são ou argumentos baseados na *demandada por coerência sistemática no uso dos termos* ou argumentos baseados na *afinidade (etimológica) entre as palavras*.

A demanda pela coerência sistemática depende de uma crença numa ligação rígida entre o nome e o seu sentido. Assim, no *Protágoras*⁶¹, Sócrates faz menção à constante vigilância de Pródico no uso apropriado do adjetivo “terrível” (*deinos*). No grego ático, assim como no português contemporâneo, a palavra “terrível” podia ser utilizada em alguns contextos contraditórios: falamos em um “monstro terrível” (algo ruim; um mal), mas também uma pessoa pode ser qualificada como “terrivelmente inteligente” (algo bom; uma virtude). Ocorre que nunca falamos em uma “terrível saúde” ou numa “paz terrível”. A demanda é uma demanda por coerência: já que “terrível” pode *sempre* ser atribuído a coisas ruins mas somente em alguns casos a coisas boas, o preferível seria uniformizar o uso.

O segundo recurso é o mais interessante. No *Protágoras*⁶², após algumas distinções do tipo que acabamos de discutir, Pródico utiliza um recurso curioso para distinguir os verbos *euphrainesthai* e *hedesthai*, que podem ser traduzidos como “derivar prazer de” ou “aprazer-se com”. Vamos aplicar novamente o modelo inspirado em Pródico:

⁶¹ Protágoras, 340e-341b.

⁶² Protágoras, 337a-c.

- (1)** Tanto *euphrainesthai* quanto *hedesthai* designam estados de prazer;
- (2)** existem estados de prazer: (i) tipicamente associados ao corpo e (ii) tipicamente associados a estados mentais;
- (3)** *euphraneisthai* está ligado “ao exercício da inteligência (*phronēsis*)”, logo, deve designar (ii)⁶³; portanto, *hedesthai* deve designar (i).
- (4)** Logo, devemos usar o termo *euphraneisthai* em circunstâncias (ou contextos) nos quais estamos nos referindo a prazeres mentais e *hedesthai* em circunstâncias (ou contextos) nos quais estamos nos referindo a prazeres corporais.

A ligação entre *euphraneisthai* e *phronēsis* é, presume-se, de natureza “etimológica”. O raciocínio etimológico operante pode ser desdobrado do seguinte modo:

- i. *euphrainesthai* é um verbo derivado do substantivo *euphrosunē*;
- ii. *euphrosunē* = *eu* + *phrosunē*;
- iii. *eu* + *phrosunē* = *eu* (“bom”/ “bem”) + *phronēsis* (“mente”/ “inteligência”)
- iv. Logo, *euphrosunē* designa um estado mental positivo (i.e. um “prazer” ligado à mente)
- v. *euphrosunē* é um nome correto ou apropriado, em virtude de seu conteúdo descritivo, para designar um prazer da alma (ou da mente)

Notem que agora o método para distinguir os termos tem por autoridade informações contidas nos próprios nomes.

O mais interessante é que esse não é o único testemunho que temos de um recurso etimológico atribuído a Pródico. O segundo exemplo foi preservado por Galeno⁶⁴. No trecho no qual o testemunho se encontra, Galeno está tecendo alguns comentários a respeito da terminologia dos humores (*chumoi*) resultantes da

⁶³ *Protágoras*, 337c2-4 (edição Burnet).

⁶⁴ *De virtutibus (facultatibus) naturalibus*, II, ix, 130 (= DK 77 B4):

combinação (em certas quantidades e sob certas condições) dos temperamentos (*syzygiai*). A tradição hipocrática preserva a seguinte correlação:

1. o quente e o úmido geram aquilo a chamamos “sangue”;
2. o quente e o seco geram aquilo a que chamamos “bile amarela”;
3. o frio e o úmido geram aquilo a que chamamos “flegma”;
4. o frio e o seco geram aquilo a que chamamos “bile negra”.

Mas Pródico aponta a necessidade de “corrigir” esta terminologia. Ele conecta a palavra *phlegma* (“flegma”) ao verbo *phlegesthai* (“ser queimado”). Como aquilo que foi objeto da ação do calor intenso resulta em algo quente e seco, segue-se que *phlegma* é o nome correto daquilo que atualmente chamamos “bile amarela”. A correção da terminologia, no entanto, gera um espaço “vazio”: qual o nome apropriado ao resultado da combinação do frio e do úmido? Ocorre que há um termo no vocabulário médico que pode “ocupar” a antiga posição ocupada por “*phlegma*”: “muco” (*blenna*), que é uma substância viscosa que, como nota Pródico, é encontrada entre aqueles acometidos por certas infecções, ou seja, expostos ao *frio* e à *secura* do inverno (em Português dizemos “resfriado”). O termo “bile amarela” passa a ser considerado um termo infeliz e expulso do vocabulário científico. Com esses reajustes, Pródico acredita ter aperfeiçoado (corrigido) a terminologia médica.

Em suma, creio ter identificado dois interesses gerais de Pródico que são interessantes quando comparados ao *Crátilo*:

- a. O *estudos dos nomes* enquanto investigação *metafísica*: Pródico poderia avançando uma hipótese sobre a “transparência” da linguagem. Isto é, a riqueza terminológica poderia ser produto de riquezas *do* mundo.
- b. O *estudo dos nomes* enquanto *reforma racional*: um projeto de “purificação” da linguagem.

1.2. *As duas teses sobre a nomeação*:

O *Crátilo* apresenta duas teses sobre a relação entre nomes e os itens por eles nomeados. De acordo com uma tese, a relação é “natural”; de acordo com a segunda tese, a relação é “convencional”. A tradição filosófica antiga assimilou o contraste⁶⁵. Um modo simplificado de introduzir cada uma dessas posições é o seguinte:

- A *tese naturalista* aposta na idéia de que a razão humana desempenha um papel limitado no surgimento ou estabelecimento dos nomes; os nomes que utilizamos são substancialmente determinados por forças que estão aquém da estipulação humana.
- A *tese convencionalista* aposta na idéia de que nomes são, primordialmente, signos arbitrários resultantes de pactos sociais (conscientes ou não; explícitos ou não) e/ou acidentes histórico-culturais.

Dois problemas me parecem evidentes nas caracterizações acima. Em primeiro lugar, as expressões “natureza” e “convenção” são potencialmente ambíguas, podendo adquirir significados bastante distintos; em segundo lugar, as teses não são necessariamente opostas nem mutuamente excludentes. Alguém poderia argumentar que nenhuma das posições isoladamente pode explicar satisfatoriamente todos os aspectos da relação nome-nomeado. A seguinte analogia poderia ser exemplificadora: a enorme variação línguas naturais, a possibilidade humana de manipular e moldar a língua de maneiras imprevisíveis, a míngua contribuição do signo para a constituição do significado dos nomes⁶⁶ são todos fatores que apontam para os aspectos convencionais da linguagem, mas a predisposição humana para a *linguagem* é um dado da natureza

⁶⁵ No mundo grego o contraste é usualmente expresso pelos rótulos abreviados *physys* (posição naturalista ou naturalismo onomástico) e *thesis* (posição convencionalista ou convencionalismo onomástico): cf. Alcínoo, *Didaskalikos*, 160.3-5; Próclo, *In Platonis Cratylum Commentaria*, *passim*.; Amônio, *Ammonii in Aristotelis De Interpretatione commentarius*, 37, 10-13; Simplicio, *In Aristotelis Categorias*, *passim*.; Orígenes, *Contra Celsum*, I, 24, 9-10. Reencontramos o contraste no mundo moderno: e.g. Leibniz, *Nouveaux Essais sur l'Entendement Humaine*, III, ii onde é dito que o significado (*significations*) das palavras (*mots*) é “arbitrário” (*arbitraires*; *ex instituto*: Leibniz utiliza tanto a expressão francesa quanto a latina) e não por “necessidade natural” (*nécessité naturelle*).

⁶⁶ **Juliet:**

"What's in a name? That which we call a rose
By any other name would smell as sweet."
(Shakespeare, *Romeo&Juliet*, II, ii, 1-2).

humana (isto é, um dom *natural*). É útil mencionar também uma segunda analogia. É bem conhecido o projeto liderado por alguns sofistas de distinguir quais elementos da realidade humana são predeterminados (ou estão “*dados*”) “por natureza” e quais são fundamentalmente fenômenos culturais (convencionais), no sentido de admitirem maleabilidade⁶⁷. Assim, e.g., a *organização* político-social pode ser um impulso (ou uma predisposição) natural dos homens, mas as formas particulares de instituições político-sociais que cada agrupamento humano adota são resultantes de processos histórico-culturais, que podem ser rotulados como forças *convencionais*.

Mas o contraste entre as teses se tornou lugar comum no mundo antigo. No capítulo XVI de seu comentário ao *Crátilo*, Próclo produz um levantamento dos partidários de cada uma dessas posições:

“Da opinião de Crátilo eram tanto Pitágoras quanto Epicuro, [enquanto] Demócrito e Aristóteles [eram da opinião] de Hermógenes.”⁶⁸

O recorte de Próclo não é tão simplista ou reducionista quanto pode parecer à primeira vista. Próclo não está sugerindo que Pitágoras e Epicuro diziam (ou diriam) as exatas mesmas coisas que Crátilo dizia (ou diria) tampouco que “Crátilo” e “Hermógenes”, na citação acima, fazem às vezes de “tese naturalista” e “tese convencionalista” (respectivamente). Creio que o que está em jogo seja algo mais instigante e em sintonia com a progressão dialética do *Crátilo*. O que temos na verdade é uma coleção de argumentos que apontam *os limites* de cada um dos modelos (“convencionalistas” ou “naturalistas”) de pensar a relação entre nomes e itens-nomeados.

67 Discussões sobre o contraste sofístico entre *nomos* (i.e. aquilo que é instituído pela razão) e *physis* (aquilo que está dado pela natureza das coisas) aparecem em: Felix Heinemann, *Nomos und Physis*, Basileia: 1945 (republicado em Darmstadt pela Wissenschaftliche Buchgesellschaft em 1987; ver, em especial, as páginas 53-54 da edição de 1987, que comentam o *Crátilo*); E.R.Dodds, *The Greeks and the Irrational*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1951, pp.182-189; M.Pohlenz, “*Nomos und Physis*”, *Hermes*, lxxxi, 1953, pp.418-438; W.K.C.Guthrie, *The Sophists*. Reino Unido: Cambridge University Press, 1971, pp.55-135; J. e Romilly, *La Loi dans la pensée grecque*. Paris, 1971, pp.58-114; G.B.Kerferd, *The Sophistic Movement*. Reino Unido: Cambridge University Press, 1981, pp.111-13.

⁶⁸ *Procli Diadochi In Platonis Cratylum Commentaria*, XVI.

Existem dois argumentos longevos contra o convencionalismo. O primeiro deles, é o argumento da impossibilidade de se identificar o instante do pacto; o segundo deles é o perigo da arbitrariedade radical no estabelecimento dos nomes.

(1) O problema da instituição inicial da convenção pode ser encontrado numa passagem de um texto de juventude de Russell:

Bertrand Russell, *The Analysis of Mind* (1921):

“É natural pensar que o significado de uma palavra é algo convencional. No entanto, isso só é verdade com grandes limitações. Uma nova palavra pode ser introduzida em uma língua existente por mera convenção, como ocorre, por exemplo, com novos termos científicos. Mas a base de uma língua não é convencional, nem do ponto de vista do indivíduo nem do da comunidade. Uma criança que está aprendendo a falar está aprendendo hábitos e associações que são tão determinados pelo ambiente quanto o hábito de esperar que cachorros latam e galos cantam. A comunidade de falantes de uma língua a aprendeu e a modificou por meio de processos que, em sua esmagadora maioria, não foram deliberados, antes resultaram de causas que operavam segundo leis identificáveis. Se remontarmos às origens remotas de qualquer língua indo-européia, chegaremos, ao menos hipoteticamente (de acordo com certas autoridades) a um estágio no qual a língua era composta apenas pelas raízes a partir das quais as palavras subsequêntes foram construídas. Como essa raízes adquiriram seu significado não é sabido, mas uma origem convencional é tão mítica quanto o contrato social por meio do qual Hobbes e Rousseau supuseram que o governo civil se estabeleceu. Não é plausível imaginar um parlamento de anciões até então afásicos reunindo-se para decidir chamar a vaca de “vaca” e o lobo de “lobo”. A associação entre as palavras e os seus significados deve ter sido o produto de algum processo natural, embora a natureza desse processo nos seja hoje desconhecida.”⁶⁹

⁶⁹“ It is natural to think of the meaning of a word as something conventional. This, however, is only true with great limitations. A new word can be added to an existing language by a mere convention, as is done, for instance, with new scientific terms. But the basis of a language is not conventional, either from the point of view of the individual or from that of the community. A child learning to speak is learning habits and associations which are just as much determined by the environment as the habit of expecting dogs to bark and cocks to crow. The community that speaks a language has learnt it, and modified it by processes almost all of which are not deliberate, but the results of causes operating according to more or less ascertainable laws. If we trace any Indo-European language back far enough, we arrive hypothetically (at any rate according to some authorities) at the stage when language consisted only of the roots out of which subsequent words have grown. How these roots acquired their meanings is not known, but a conventional origin is clearly just as mythical as the social contract by which Hobbes and Rousseau

(2) O problema do relativismo radical (relativismo “*anything goes*”) tem seu *locus classicus* numa passagem de Lewis Carroll:

“ ‘When *I* use a word,’ Humpty Dumpty said, in rather a scornful tone, ‘it means just what I choose it to mean – neither more nor less.’ ”⁷⁰

Já os argumentos contra o naturalismo são classicamente encontrados em Demócrito⁷¹:

1. O argumento chamado *polusēmon*: Uma vez que coisas distintas recebem o mesmo nome (nas diferentes línguas) é prova de que a linguagem não é natural. Esse argumento reaparece em Leibniz, por exemplo: Se nomes pertencessem às coisas por natureza, haveríamos de ter uma língua única entre os homens⁷².

2. Nomes podem ser alterados pela vontade humana. Ou seja, a atribuição dos nomes é motivada, logo, não pode ser natural.

3. O terceiro argumento é baseado na limitação das derivações. Se a nomeação fosse natural, seria de se esperar que o sistema como um todo fosse mais coerente do que é.

2. Preparando o jogo (*Crátilo* 383a1-384e2):

Agora que “esquentamos os nossos motores”, estamos preparados para apreciar as sutilezas dos argumentos que aparecem no *Crátilo*. É hora de examinarmos o texto em detalhe.

supposed civil government to have been established. We can hardly suppose a parliament of hitherto speechless elders meeting together and agreeing to call a cow a cow and a wolf a wolf. The association of words with their meanings must have grown up by some natural process, though at present the nature of the process is unknown.” (Bertrand Russell, *The Analysis of Mind*, edição de Thomas Baldwin, Londres: Routledge, 1995, pp. 158-159)

⁷⁰ No sexto capítulo de *Through the Looking-glass*, de Lewis Carroll, 1871, várias edições. O Humpy Dumpty é muito frequentemente lembrado pelos estudiosos como exemplo caricatural da posição de Hermógenes (Robinson, 1956, p. 334; Kahn, 1973, pp.158-159; Baxter, 1992, pp.18-19, dentre outros).

⁷¹ Ademollo (2003).

⁷² Este argumento é apresentado por Leibniz como o primeiro argumento contra o naturalismo nos *Nouveaux essais sur l'entendement humain*, Livro III, capítulo ii: “...on peut demander d’abord comment ces mots y ont este determine; et l’on convient que c’est non par aucune connexion naturelle qu’il y ait entre certains sons articulés et certaines idées (car en ces cas il n’y auroit qu’une langue parmy les hommes)...”

O contexto dramático do *Crátilo* é indeterminado, podemos inferir apenas que estamos em Atenas. Sócrates é convidado a participar (*anakoinōsōmetha*⁷³) de uma discussão em andamento entre Hermógenes e Crátilo. O tema, como já sabemos, é a *correção dos nomes* (*tēn orthotēn onomatōn*⁷⁴) e Hermógenes, membro do círculo íntimo de Sócrates, pede auxílio ao amigo para *interpretar* (*sumbalein*⁷⁵) o “o oráculo de Crátilo” (*tēn Kratylou manteian*⁷⁶), isto é, as coisas obscuras e esquivas que Crátilo diz acerca da nomeação:

(T2): *Crátilo*, 383a4-384a7

HERMÓGENES: Crátilo aqui, ó Sócrates, dizia que **cada um dos seres** (*hekastoi tōn ontōn*) **tem** um nome correto **que lhe pertence por natureza** (*physei pephykyian*), e que não é nome aquilo a que alguns **chamam** (*kalōsi*) nome, **acordando** (*synthemenoī*) em **chamar**-lhes (*kalein*) assim, e **enunciando uma parcela da sua voz** (*tēs hautōn morion epiphteggomenoi*), mas que **pertence** (*pephykenai*) aos nomes uma certa correção, que é **a mesma para todos, sejam Gregos ou bárbaros**. Por isso eu perguntei-lhe se **o seu nome é verdadeiramente** (*tēi alētheiai onoma*) “Crátilo”. E ele assentiu. “E o de Sócrates?” perguntei-lhe. “É ‘Sócrates’ ”, disse ele. “Quer dizer que, relativamente a todos os outros homens, aquilo que lhes **chamamos** é o nome de cada um deles, e esse é, para cada um, o seu nome?” disse eu. “Bem, o teu não é ‘Hermógenes’ ”, respondeu ele, “apesar de todos os homens te chamarem assim”. Mas embora eu o interrogue e esteja cheio de vontade de conhecer o que pode ele querer dizer, ele nada esclarece e ironiza comigo, afetando possuir em seu íntimo qualquer coisa que ele conhece, e que, se quisesse expor claramente, me faria concordar com ele e dizer as mesmas coisas que ele diz. Ora, se tu [Sócrates] puderes **interpretar** (*sumbalein*) o oráculo de Crátilo, ouvir-te-ei com prazer; mas ainda com mais prazer ouviria aquilo que pensas **sobre a correção dos nomes** (*peri onomatōn orthotētos*), se quiseses me dizer.

Vamos listar as coisas que Crátilo diz:

- C.1. Que existe um nome correto (ou genuíno⁷⁷) para cada nomeado⁷⁸;
- C.2. Que o nome correto (ou genuíno) de cada nomeado está dado por natureza (*physei pephykyian*)⁷⁹;

⁷³ *Crátilo* 383a1-2

⁷⁴ *Iden ibiden* 384a6-7

⁷⁵ *Iden ibiden* 384a5

⁷⁶ *Iden ibiden* 384a5

⁷⁷ No *Crátilo*, “nome correto (*orthotēs*)” e “nome verdadeiro (*alethēs*)” são expressões equivalentes: cf. 383b2-3 (*tēi alētheiai onoma*) e 430d5.

⁷⁸ 383a4-5. Ao longo do *Crátilo*, Platão utiliza um vocabulário frouxo para se referir àquilo que o nome nomeia: “ser” ou “realidade” (*to on*; 383a5), “coisa” (*pragma*) ou “essência” (*ousia*). Não é necessário “aquilo que é designado pelo nome”

⁷⁹ 383a5.

C.3. Que o nome correto (ou genuíno) de cada coisa não é aquilo que convencionamos (*synthemenoî*) chamar (*kalein*) os itens nomeados⁸⁰;

C.4. Que a correção dos nomes é a mesma para todos (gregos e bárbaros)⁸¹.

E agora vamos passar para a posição de Hermógenes:

(T3): *Crátilo*, 384c10-d7

HERMÓGENES: Quanto a mim, ó Sócrates, muitas vezes conversei com ele [Crátilo] e com muitos outros, e não sou capaz de me deixar persuadir de que a correção dos nomes seja outra coisa para além da **convenção e do acordo** (*synthēkē kai homologia*). Parece-me que aquele nome que alguém **estabelecer** (*thētai*) para uma coisa, **esse será o nome correto**; e se de novo o mudar, e já não lhe **chamar** aquele, o segundo em nada será menos correto do que o primeiro, como nos mudamos os nomes dos nossos escravos doméstico, sem que o nome para o qual mudamos seja menos correto do que aquele que primeiramente lhes fora posto. De fato, **nenhum nome pertence por natureza a nenhuma coisa**, mas [o nome] é estabelecido **pela regra e pelo uso** (*nomōi kai ethei*) daqueles que o **estabeleceram, chamando** [o nomeado] desse modo.

A posição de Hermógenes:

H.1. A correção dos nomes não depende de nada além da convenção e do acordo;

H.2. O nome correto de um item é aquele que foi estabelecido como o nome do item;

H.3. Convenções podem mudar

H.4. Nenhum nome pertence por natureza a nenhum nomeado

H.5. Nomes são estabelecidos pelo uso e pelo costume.

A possibilidade de alterar os nomes dos escravos era uma prática grega. Olimpíodoro escreve: “Além do mais, os homens livres se distinguem dos escravos pelo nome e pelo corte de cabelo; os escravos portam nomes como o Geteu, o Dávio, o Firgiano; mas em nossos dias, a confusão também reina nesse domínio”⁸². Isto é, havia na antiguidade o costume de “trocar” o nome dos escravos, designando-os pela

⁸⁰ 383a5-7.

⁸¹ 383a7-b2.

⁸² Olympiodorii in Platonis Alcibiadem Commentaria, 149, 3

procedência⁸³. Também havia o costume de conferir aos escravos nomes puramente fantasioso⁸⁴.

Hermógenes parece estar propondo um modelo radical de convencionalismo. As únicas restrições à nomeação parecem ser:

- (1) nome tem que ser um som (o *Crátilo* trata fundamentalmente de uma cultura oral)
- (2) tem que ser um som articulável/pronunciável
- (3) tem que ser um som voluntário

3. O convencionalismo radical (*Crátilo*, 385a1-385e3)⁸⁵:

A fortuna crítica é ambivalente com relação ao convencionalismo de Hermógenes. Enquanto alguns a descartam como bobagem ou a julgam como de qualidade desigual, há certa tendência contemporânea em reabilitar seu valor⁸⁶. A avaliação da tese exige paciência e cuidado. A contenda gira em torno da interpretação da passagem em 385a:

(T4): *Crátilo*, 385a1-385e3.

SÓCRATES: (...) Aquele nome que alguém estabeleça para chamar (*théi kalein*)⁸⁷ uma coisa, será o nome da coisa?

HERMÓGENES: É o que me parece.

SÓCRATES: Quer tenha sido um particular (*idiotes*) ou uma cidade (*polis*) a chamar (*kalēi*) [a coisa] por meio desse nome?

HERMÓGENES: Sim.

SÓCRATES: Mas então, se eu chamar (*kalō*) uma coisa qualquer, por exemplo, se eu chamar “cavalo” àquele a que agora chamamos (*kaloumen*) “homem” e “homem” àquele que chamamos “cavalo”, será o nome disso “homem” para as pessoas em geral (*dēmosiai*) e “cavalo para mim em particular (*idiai*)? E, no outro caso, “homem” para mim em particular e “cavalo” para as pessoas em geral? É isso que queres dizer?

⁸³ ver O. Masson, “Les noms des esclaves dans la Grèce antique” in *Actes du Colloque de 1971 sur l’esclavage*, Paris, 1973, pp. 9-21

⁸⁴ fantasiosos Ammonius, In *De Interpretatione*, 38, 17-20; Simplício, In *Aristotelis Categorias*, 27, 15-24.

⁸⁵ É importante notar que estou seguindo agora a edição OCT (1995), ou seja, estou aceitando a transposição da passagem 385b2-d1 para depois de 387c5.

⁸⁶ A respeito disso, ver Barney (2003).

⁸⁷ Há alguma variação entre os manuscritos nessa passagem.

HERMÓGENES: É o que me parece.

São essas palavras que condenam Hermógenes na opinião de alguns exegetas. Afinal, estariam abertas as portas para uma radical nomenclatura privada: cada um chama o que quiser do que quiser. Mas três aspectos precisam ser levados em conta: 1) as palavras são de Sócrates e não de Hermógenes; 2) a tese só se torna absurda na oposição *demósios* – *idiós*; 3) não haveria alguma situação imaginável na qual a nomenclatura privada pudesse ser admitida? Rachel Barney⁸⁸ é hábil em delinear com extrema cautela a tese do convencionalismo. O fundamental é perceber o uso que Hermógenes faz de dois verbos gregos: *kalein* e *tithemi*. O verbo *tithemi* comporta longos verbetes nos dicionários, mas aqui significa, sobretudo, *fixar* ou *estabelcer*. Por sua vez, *kalein* é *chamar*. Logo, Hermógenes distingue dois tempos da nomeação: 1) o batismo (*tithemi*) e 2) o uso (*kalein*). No momento de atribuição de um nome a algo, estamos no terreno da pura arbitrariedade: todos os nomes são corretos; não há nenhum critério *natural* que nos aponte uma direção. E é *esta* etapa da nomeação que é o foco da atenção de Hermógenes. O *uso* do nome é algo diferente e deve ser regrado de acordo com o batismo do objeto. Cito a última peça que completa o quebra-cabeças da tese convencionalista:

(T5): *Crátilo*, 385d2-e3.

SÓCRATES: E o nome que cada um diz (*phēi*) ser o nome de cada coisa, esse será o nome dessa coisa?

HERMÓGENES: Sim.

SÓCRATES E cada nomes que alguém diz (*phēi*) ser o nome de cada coisa, esse será o nome dessa coisa?

HERMÓGENES: De fato, Sócrates, tenho para mim que não há outra correção dos nomes senão esta: posso chamar (*kalein*) cada coisa pelo nome que eu lhe pus (*ethemēn*), e tu, por outro nome que tu lhe puseste; E da mesma maneira vejo as cidades atribuírem nomes particulares às mesmas coisas, e os gregos darem nomes diferentes dos que dão outros gregos, e os gregos darem nomes diferentes dos que dão os bárbaros.

Ethemēn é o aoristo de *tithemi* na primeira pessoa do singular. Ou seja, continuamos a ter a nomeação em dois tempos. Não existe critério de correção do batismo (é arbitrário) e qualquer modificação do nome (*metatithemi*) será um novo batismo. Daí decorre o exemplo da mudança dos nomes dos escravos em TH1. Sócrates

⁸⁸ Barney (1997).

compreende o par *tithemi-kalein* que é a espinha dorsal do convencionalismo de Hermógenes: ele utiliza nitidamente a expressão *thei kalein* em TH2. Mas ele força Hermógenes a admitir uma situação absurda ao permitir um “livre batismo” e um “livre uso” dos nomes por particulares *dentro* do contexto comunitário. Goldschmidt, no entanto, está correto em defender que, para a teoria convencionalista, *idiós* (o particular) e *demosiós* (o público) não estão em oposição⁸⁹. Isto está claro em TH3 onde cada cidade (cada cidade *particular*) produz seus nomes *particulares* (*idiós*). Aqui a cidade é tratada como o indivíduo: cada pessoa ou comunidade está livre para batizar o que quer que seja aleatoriamente; o que deve conformar à correção dos nomes é o *uso* que se faz deles. Não se deve conferir força exagerada à nomeação particular.

Vimos até agora que a querela sobre a nomeação pode ser expressa, em sua versão mais geral, pela oposição *physei – sunthémnoi* (nomeação natural - nomeação convencional). Até aqui, pouco nos foi dito a respeito da tese naturalista e suas implicações, mas já vimos que a teoria convencionalista opera via a relação *tithemi-kalein*.

4. Contra o relativismo (*Crátilo*, 385e4-387c5):

O foco da atenção agora é a derrocada do relativismo em duas de suas modalidades: o de Protágoras⁹⁰ e o de Eutidemo (em 386d eles são apresentados como correlatos). O objetivo do argumento é garantir uma essência (*ousia*) estável própria para todas as coisas e é alcançado por meio da tradicional tese que atenta para os perigos da admissão de um relativismo moral via o relativismo epistemológico ou ontológico. Mas por que o relativismo? Parece-me uma decorrência da interpretação que vê no convencionalismo a abertura para uma liberdade irrestrita de nomeação; um mundo no qual homens teriam o poder de atuar numa esfera particular (*idiós*) como deuses, fabricando cosmologias próprias e conflitantes. O significativo aqui é a apresentação de um dos grandes temas de todo o diálogo: o conflito entre a estabilidade

⁸⁹ Goldschmidt (1940), p.46.

⁹⁰ O perigo do relativismo protagórico aparece também em *Teeteto*, 152a.

e a instabilidade ontológica e epistemológica⁹¹. Inicialmente, o convencionalismo de Hermógenes é interpretado como uma abertura para o relativismo de Protágoras e Eutidemo; mas, mais para frente no diálogo, será o relativismo de Heráclito o grande obstáculo a ser combatido por Sócrates (contra o heraclitismo radical de Crátilo⁹²) e a contraprestação metafísica de toda a sequência etimológica – seu *leitmotiv* filosófico – será a confirmação recorrente do fluxo universal.

O argumento contra o relativismo é o seguinte:

P.1: Uma vez que o relativismo é inaceitável, algumas coisas devem estar investidas de regularidade;

P.2. Uma vez que existe alguma regularidade, as ações correlatas a essas regularidades devem se conformar a essas regularidades;

C.: Logo nomear, na medida que nomear é uma prática correlata à regularidades, deve se submeter a regularidades.

5. A relevância da distinção entre nome falso e nome verdadeiro (*Crátilo*, 385b2-d1):

Este trecho é visto como extremamente problemático. Ele contém o seguinte argumento:

P1: Existe o discurso verdadeiro e o discurso falso;

P2: Nomes são partes do discurso;

P3: As partes do discurso verdadeiro são também verdadeiras; as partes do discurso falso são também falsas;

C: Logo nomes podem ser verdadeiros ou falsos.

⁹¹ Segundo Goldschmidt, o grande tema do diálogo: ver Goldschmidt (1940), pp.56-57.

⁹² Aristóteles, *Metafísica*, Livro Gama, 1010a10-14.

A validade desta inferência é discutível⁹³. Ela tem todos os ares de uma falácia da divisão. A premissa P1, conforme entoam aqueles versos para crianças, “incomoda muita gente”. Incomoda o próprio Platão, pois implica a bipolaridade das partes do discurso (os nomes). Ora, no *Sofista* (262-264) há a colocação de que é com relação às *sentenças*, que se pode falar em verdade ou falsidade⁹⁴. Parece nítido que Hermógenes exclui a bipolaridade do batismo, mas nada sugere – até agora – que ele também a exclua do uso (ou seja, quando nomes passam a figurar em sentenças discursivas). O argumento, em realidade, parece dirigido à Crátilo. Afinal, se todo nome é essencialmente (naturalmente) correto, ou o nome é trivialmente verdadeiro, ou ele nem mesmo chega a se constituir enquanto tal (excluindo, assim, a questão da falsidade). Tal tese é exposta com vigor por Crátilo, mas somente em 429b-430a⁹⁵. Então fica a pergunta: o que esta tese está fazendo neste momento do diálogo?

Garantida a estabilidade das essências (*bebaióteta tês ousías*; 386a3), as coisas devem se adequar cada qual à sua *physis* e não à nossa *dóxa* (para onde apontavam Protágoras e Eutidemo). Mas dentre as coisas do mundo há as ações (*práxeis*), além dos objetos; elas também são “maneiras de ser” (386e6-9):

“Logo, as ações se realizam segundo sua própria natureza (*physin*), não conforme a opinião (*dóxan*) que dela fizermos.” (387a1-2).

Mais especificamente, Platão está descrevendo o *modus operandi* das artes técnicas⁹⁶, nas quais a *práxis* é regulada com vistas a um fim. Isto significa que as ações comportam, cada qual, um índice específico de adequação: o cortar e o queimar (os exemplos são de Platão) demandam seus modos próprios de realização. Quem deseja cortar deve cortar algo com algo e de uma determinada maneira. É uma visão regrada do mundo: tanto práticas quanto objetos se desenvolvem num horizonte que não admite anomalias e a normatividade é inerente a cada ser.

⁹³ Ver Robinson (1955), p.328.

⁹⁴ Em Aristóteles vemos isso claramente: *De Interpretatione*, 16a 10-13.

⁹⁵ Uma tese análoga é defendida por Trasímaco na *República*, Livro I, 340c-341a: o governante que comete um erro não é verdadeiramente um governante.

Agora o *falar* é apresentado como uma espécie de ação com relação a certas coisas (*práxis tis ên peri ta prágmata*; 387c10-11) e o *nomear* é parte do falar (387c6-7). Portanto, o nomear também é uma espécie de ação (387c9-11) e quem deseja nomear deve nomear algo com algo e de uma determinada maneira. Caímos numa estrutura comum às *technés*: algo é realizado com algo, de certa maneira e em vista de um determinado fim. Se agora a pouco os exemplos eram o cortar e o queimar, agora temos também o tecer, o furar e o nomear. Para furar, o instrumento adequado é o furador; para tecer, o instrumento adequado é a lançadeira; para nomear, o instrumento adequado é o nome: o nome é um *instrumento* (*órganon*). Dentre as artes técnicas, o tecer – e, sobretudo, seu instrumento, a lançadeira (*kerkís*) – passam de exemplo a paradigma do funcionamento da nomeação:

“*Sócrates*: E o que fazemos quando tecemos? Não separamos a trama da urdidura, que estão misturadas? (...) Se dizemos que o nome é instrumento, que fazemos quando designamos alguma coisa?

Hermógenes: Não sei como responder.

Sócrates: Não instruímos [*didaskomén*] uns aos outros, e não distinguimos [*diakrínomen*] as coisas [*tá prágmata*], conforme sejam constituídas?

Hermógenes: perfeitamente.

Sócrates: O nome, por conseguinte, é instrumento [*órganon*] para instruir [*didaskalikón*] e para separar [*diakritikón*] a realidade [*tês ousías*], tal como a lançadeira [*kerkís*] separa os fios da teia.” (388c; tradução modificada).

Goldschmidt traça habilmente a distinção entre o exemplo e o paradigma em Platão⁹⁷: “o paradigma não serve para formular uma regra geral que abarca o objeto investigado, mas para estudar esse objeto mesmo, sob uma forma reduzida, mais simples e abordável”⁹⁸. A lançadeira em 387d – 388a era um exemplo dentre outros; ela se torna paradigmática à partir de 388b.

Até agora temos:

1) A estabilidade das essências das coisas e a regra interna a cada uma delas, ditadas por sua natureza.

⁹⁷ GOLDSCHMIDT, pp.58-61. A definição platônica de “paradigma” está no *Político*, 277d – 278e (sobretudo, em 278c).

⁹⁸ *Ibid.* p.60.

- 2) Dentre o mobiliário do mundo (as coisas, compreendidas de maneira ampla) temos os objetos e as ações.
- 3) O nomear é uma ação ligada ao falar.
- 4) O nomear se realiza por meio de um instrumento próprio: o nome.
- 5) O nome é um instrumento que possui uma dupla função: didática e diacrítica⁹⁹.
- 6) O nomear tem como paradigma o tecer, assim como o nome tem como paradigma a lançadeira.

Para o argumento seguinte, os exemplos retornam:

“Sócrates: E agora, de quem é o trabalho de que o tecelão se serve bem, quando faz uso da lançadeira?

Hermógenes: Sócrates: Do carpinteiro.

Sócrates: E todo homem é carpinteiro, ou apenas o que conhece a arte da carpintaria?

Hermógenes: Apenas esse.

Sócrates: E de quem é o trabalho de que se serve o homem que fura alguma coisa, quando faz uso do furador?

Hermógenes: Do ferreiro.

Sócrates: E todo mundo é ferreiro, ou apenas quem possui essa arte?

Hermógenes: Quem possui essa arte.

Sócrates: Muito bem. E agora, de quem é o trabalho de que faz uso o professor [*didaskalikós*], quando emprega o nome?

Hermógenes: A isso, também, não sei responder.” (388c-d).

Algumas coisas são curiosas nesse trecho. Em primeiro lugar, pelos exemplos, existe uma relação de anterioridade entre certas técnicas: a arte do tear depende da lançadeira, e esta, por sua vez, depende da arte do carpinteiro. Essa anterioridade é simultaneamente lógica e cronológica: a arte do tecelão só é possível mediante a arte do carpinteiro. Em segundo lugar, devemos observar que Sócrates está tratando de apenas uma das funções do nome: a instrução. Logo, a arte de instruir, realizada mediante o instrumento nome, depende de alguma arte anterior. Hermógenes não é capaz de identificar esta arte. Mais que isso, ele não é capaz de identificar como os nomes dos quais nos servimos chegaram até nós. Essa segunda questão, colocada por Sócrates em 389b destoa da lista de exemplos. Lá, em nenhum momento houve a indagação a respeito de como chegou a lançadeira nas mãos do tecelão. Não importa a obviedade possível daquela resposta, aqui a solução é a seguinte: foi a lei (*nómos*) que fez com que

⁹⁹ A relação entre essas funções precisa ser melhor averiguada.

os nomes chegassem até nós e, portanto, quando o professor instrui (utilizando o instrumento nome), utiliza o trabalho do *legislador* (*nomotétes*).

Somos testemunhos agora da importante introdução do par *nómos-nomotétes* no diálogo. É importante acompanhar os diferentes papéis que o legislador assume, não apenas no decorrer do *Crátilo*, como também pelo *opus* platônico em geral¹⁰⁰. Aqui, ele é colocado lado a lado com os outros artesãos. O fundamental é: 1) a existência de uma anterioridade lógica e cronológica entre o ato de batismo e o uso do nome; entre o artesão do nome e o usuário do nome; 2) o legislador opera *como* o artesão, ou seja, ele segue uma regra que é inerente à sua prática¹⁰¹ e inerente ao mundo; 3) o legislador é o instaurador da lei, que é o meio pelo qual o nome entra em circulação. Portanto, qual o significado de *nómos*? O termo é central para o diálogo, pela sua dupla acepção: lei e costume. Hermógenes fez uma oposição entre *nómos* e *physis*, apontando assim para o aspecto convencional do termo (aquilo que os homens firmam entre si). Neste contexto, no entanto, Sócrates está praticamente reduzindo a *nómos* à *physis*, pois o estabelecimento dos nomes se dá por meio de regras ditadas pela natureza das coisas¹⁰².

Por que chamar o trecho de “teoria da linguagem ideal” (Goldschmidt)? Porque a *eupraxia* depende de uma relação entre a singularidade e a forma perfeita. O artesão realiza sua técnica com vistas a um modelo ideal. Nos textos de Platão – e no decorrer do *Crátilo* – isso costuma estar sinalizado por expressões do tipo “fixar os olhos em” (formadas à partir do verbo grego *blepéo*, “eu vejo”). Assim, o legislador fabrica o nome, com os olhos voltados para o nome ideal.

2) O êxtase de Eutifro: a análise etimológica (396d-426b)

Com o estabelecimento de uma essência fixa do mundo e a identificação da figura rara do artesão dos nomes, que age em conformidade com a natureza das coisas, temos o terreno preparado para a longa análise etimológica. O estudo particular das

¹⁰⁰ GOLDSCHMIDT, pp.64-67.

¹⁰¹ *Ibid.* p.64.

¹⁰² A possibilidade dessa redução de um de termo no outro não encontra no *Crátilo* sua única instância. Pode-se conferir também ocorrência similar nas *Leis*, Livro X, 891 (888e-890a) e seguintes; *Górgias*, 483a e seguintes.

etimologias seria tarefa mais apropriada a um filólogo ou helenista. Nosso objetivo aqui é apontar para algumas características e funções *filosóficas* desta secção.

De um modo geral, podemos dizer que a análise etimológica é um exemplo de um argumento levado às suas últimas conseqüências, culminando num limite radical. Afinal, em 426c, Sócrates produz a teoria da imitação direta, segundo a qual as letras imitam as essências das coisas. Tal teoria já é apresentada por Sócrates com certa desconfiança (ele a chama de “exagerada e ridícula”, em 426b) e será definitivamente descartada a partir de 427d. Como vimos, toda a defesa da linguagem natural realizada por Sócrates ocorre em três movimentos: 1) o estudo preparatório; 2) a análise etimológica; 3) a teoria radical da imitação. A análise etimológica encontra-se elegantemente emoldurada por duas extremidades opostas: por um lado, o solo comum das teses que surgem no estudo preparatório (teses aceitas pelos três interlocutores); por outro, a visão radical final (que só será aceita por Crátilo).

Mas o que deve ser necessariamente descartado na radicalização gradual da defesa socrática da linguagem natural é sua contraprestação metafísica. A análise etimológica e, especialmente seu clímax final, representa uma confirmação da metafísica de Heráclito, em especial da tese do fluxo perpétuo. E aqui surge uma das maiores dificuldades do diálogo. Se o estudo preparatório tinha como base a estabilidade das essências (386a3), como conciliar isso com a fluidez heraclitiana? Como uma tese poderia culminar na outra? Uma parte dessa dificuldade vem da famosa obscuridade de Heráclito¹⁰³; outra decorre da necessidade da reconstrução da leitura platônica dessas teses. Nesse sentido seria interessante comprar as passagens do *Crátilo*, com as passagens do *Teeteto* que lidam com a doutrina de Heráclito¹⁰⁴. Seria igualmente revelador estabelecer um contraste entre o Protágoras, contra quem foi firmada a essência fixa, e as teses do fluxo contínuo. Por ora, basta salientarmos as duas marcas da análise etimológica: o heraclitismo e a inspiração oracular de Eutifronte.

Em 396c-d, lemos:

“*Sócrates*: (...) Se eu pudesse lembrar a genealogia de Hesíodo e os antepassados mais remotos dos deuses, continuaria a investigar se foram corretos os nomes atribuídos a todos eles, até ver se tem algum valor e para que serve essa sabedoria [*sofias*] que caiu

¹⁰³ BARNES, pp. 65-69.

¹⁰⁴ *Teeteto*, 179d-183b.

repentinamente sobre mim, não sei de onde.” (396c-d; tradução modificada, mas que precisa revisão).

Uma sabedoria que “cai repentinamente” e “não se sabe de onde” não é de espírito socrático. No geral, essas ocorrências são o signo de alguma influência externa: *Fedro*, 235c, 238d, 241e. Quando livre destas forças, Sócrates é mais sóbrio. No *Eutidemo*, por exemplo, ele diz que “a sabedoria [*sofia*] é comunicável por meio da instrução e não vêm aos homens bruscamente, por si própria” (*Eutidemo*, 282c). Ou seja, em algum momento do *Crátilo*, Sócrates recebeu alguma sorte de influência que é gradualmente reconhecida e admitida. Hermógenes é sensível em perceber o novo estado de espírito de seu interlocutor e, imediatamente comenta: “dás me a impressão, Sócrates, de que enuncias oráculos, como profeta de inspiração recente”. O filósofo reconhece sua condição:

“*Sócrates*: Sim, Hermógenes; e estou convencido de que apanhei isso de Eutifronte, pois passei grande parte da manhã a ouvi-lo. É bem possível que seu entusiasmo não somente tivesse me deixado os ouvidos cheios com sua sabedoria, como também se apoderasse de minha alma. A meu ver, devemos proceder da seguinte maneira: aproveitemos neste resto de dia essa influência para concluirmos o que falta dizer sobre o significado dos nomes; mas, amanhã, caso estejas de acordo, expulsemos-la por meio de encantamentos e purifiquemo-nos, se porventura encontrarmos alguém que entende de purificação, quer seja sacerdote, quer sofista.” (396d-397a).

Eutifronte é personagem de um diálogo que leva seu nome. Em *Eutifronte* 3c, ele se compara a Sócrates: ambos seriam profetas e mestres da verdade. Eutifronte se apresenta como um homem piedoso, um profundo conhecedor do sagrado e das regras que separam a pureza da poluição. Sócrates revelará como é falaciosa a definição de sagrado adotada pelo seu interlocutor, com isso, marcará a diferença que existe entre eles. Portanto, Sócrates não é um grande admirador da sabedoria de Eutifronte. O defeito desta, claro, é seu aspecto meramente opinativo. O combate à opinião (*dóxa*) e a passagem ao conhecimento é realizado por meio da purificação (*katarse*). No *Sofista*, a sexta definição da arte sofística a apontava como aquela que “purifica as almas, afastando as opiniões que impedem o aprendizado” (231e). Mas atenção, pois o ardiloso lobo é demasiadamente semelhante ao cão, nosso fiel companheiro: o sofista não passa de um falso purificador (*Sofista*, 231a). Para a análise do *Crátilo*, a passagem 231b do *Sofista* é de grande interesse, por vincular a purgação à arte didática e diacrítica, que são

as funções dos nomes: a nomeação está ligada à purificação¹⁰⁵. Mas dentre aqueles que dominam a arte da purificação, *quem* a realiza adequadamente? O sofista e o sacerdote são candidatos, mas serão descartados. Eutifronte, com seu caráter piedoso, talvez desempenhe o papel do sacerdote; já a desqualificação do sofista (que, para Sócrates, não passa de um embusteiro), atravessa a obra de Platão. Ou seja, no trecho citado acima temos uma promessa futura de purgação. Tal promessa será mantida, mas não será realizada “amanhã” e muito menos com um sacerdote ou sofista. Será Sócrates que iniciará o processo de purificação em 428d¹⁰⁶, em sua recapitulação geral das teses apresentadas e posterior derrocada da teoria da linguagem natural.

Mas o que podemos dizer das etimologias em si? Vamos primeiro esboçar a estrutura geral por trás delas:

1) A ordem teológica (397c-400d):

- i) os semoventes: o nome “deuses”
- ii) o nome “espíritos”
- iii) o nome “heróis”
- iv) o nome “homens”
- v) o nome “alma”
- vi) o nome “corpo”
- vii) os nomes individuais dos deuses

2) A ordem cósmica (400d-411a):

Os nomes “sol”, “lua”, “astros”, “terra”, “éter”, “ar”, “fogo”, “água”, “estações” (do ano), “ano”.

3) A ordem moral (411a – 421a):

Nomes dos vícios e das virtudes.

4) As coisas mais nobres (421a-c):

Os nomes: “verdade”, “mentira”, “ser” e “nome”.

¹⁰⁵ A relação entre nomeação e purificação no *Crátilo* precisa ser mais explorada.

¹⁰⁶ GOLDSCHMIDT, p.107, nota 2.

Goldschmidt faz uma divisão tripartite da secção: nome dos deuses; nomes dos fenômenos cosmológicos e nomes das noções morais¹⁰⁷. Tal divisão espelharia aquela do livro de Heráclito, que continha, segundo a tradição, uma parte cosmológica, outra política e outra teológica¹⁰⁸. É factível encontrar uma simetria perfeita nas etimologias, por meio de seu tema recorrente – o mobilismo universal – que está expresso nas extremidades do catálogo etimológico. No início da análise dos semoventes lemos:

“*Sócrates*: parece-me que os primitivos habitantes da Grécia não reconheciam outros deuses além dos admitidos por muitos povos bárbaros do nosso tempo: o sol, a lua, a terra, os astros e o céu. Por terem observado que todos eles se movem perpetuamente em seu curso, deram-lhes o nome de ‘deuses’ [*theoi*] por causa dessa faculdade natural de correr [*thein*].” (397d).

A tese do movimento está presente, bem como a fórmula de Crátilo “tanto entre os Gregos, quanto entre os bárbaros”¹⁰⁹. No final das etimologias, o vocábulo *ónoma* (nome) é interpretado como uma sentença concentrada que significa “a existência do ser (*tó on*) que investigamos”. E temos:

“*Sócrates*: A ‘Verdade’ [*alétheia*] significa o movimento divino do ser [*théia alē*]. A ‘Falsidade’ [*pseudos*] indica o contrário de movimento. Nesse passo, aquilo que é um empecilho ao movimento ou que força o repouso é condenado.” (421b).

A própria “verdade” aponta tanto para o espírito religioso, que marcou toda a análise etimológica (via a inspiração profética de Eutifronte), como também para a metafísica do movimento, sua contraparte filosófica. Esta longa secção é um belo exercício estilístico de Platão, um canto cosmológico que atravessa uma ampla gama das coisas do universo (os nomes das plantas, dos animais e dos artefatos humanos ficam de fora), nomeando-as uma a uma.

A teoria da imitação (422a-426a):

¹⁰⁷ GOLDSCHMIDT, pp.109-142.

¹⁰⁸ Diógenes Laércio, *A Vida de Heráclito*, IX, 5.

¹⁰⁹ Ver TCH, na primeira página do presente texto.

Sócrates está disposto a levar seu método às suas últimas consequências, o que contribui – e muito – para a elegância de sua argumentação. Um nome pode ser composto por outros nomes, elementos ou sentenças – *alétheia* é *théia alê* – que, por sua vez, também são passíveis de análise. Logo, deve haver algum limite na decomposição dos nomes: os nomes elementares ou primitivos, *próton onomáton* (422b-c). Como deve haver um único princípio para determinar a correção dos nomes, tal princípio deve ser aplicável a *todos* os nomes, tantos os primitivos, quanto os derivados. Logicamente, a correção dos derivados, depende da correção dos nomes primitivos. Portanto, a pergunta: qual a relação estabelecida entre um nome primitivo e o nomeado? Tal problemática já indica o término do êxtase profético: Sócrates retoma seu estilo ponderado de investigação.

A teoria do nome como *imitação* é proposta. O nome é a imitação vocal da coisa imitada (423b). Esta solução é descartada como incompleta: aquele que bale como o carneiro, estaria nomeando tal animal? (423c). A imitação necessita de alguma qualificação. Duas artes são contrapostas aqui à arte da nomeação: a música e a pintura. O mundo é dotado de sonoridade, forma e cor. Cabe a estas artes imitá-lo; a nomeação opera diferentemente: ela imita a *essência própria* das coisas, para mostrar claramente o que cada coisa é (423e). O contraste, sugere Goldschmidt, está na distinção entre a imitação de acidentes (som, forma e cor) e a imitação de essência¹¹⁰. Isso não anula a relação tensa entre nomeação e pintura que passa a figurar no *Crátilo* após a introdução da doutrina da *mímesis*.

3) A teoria radical da imitação (426b-427d):

Munido da teoria da imitação essencial, Sócrates analisará as palavras *rhoê* (aquilo que corre ou escorre; fluxo); *iénai* (ir) e *schésis* (deter) (424a). A primeira dessas palavras está fortemente vinculada à fórmula de Heráclito – “tudo flui” – citada

¹¹⁰ GOLDSCHMIDT, pp.147-152, mas especialmente p.149.

pelo próprio Platão no *Crátilo* (402a)¹¹¹. As outras também fazem parte do vocabulário que compõe a teoria do movimento.

As unidades últimas da linguagem são as letras e sílabas (423e, *in finis*). Elas são como o espectro de cores disponíveis ao pintor. Ao compôr um retrato, algumas vezes o pintor utilizará uma cor pura, outras vezes terá de preparar misturas para atingir o efeito desejado. O mesmo se dá com os nomes (424c-425a): “do mesmo modo que o pintor reproduziu uma figura por meio da pintura, aqui, também, criaremos a linguagem por meio da arte de nomear ou de falar” (425a). Devemos lembrar que o nomear e o pintar não imitam as coisas da mesma maneira. Sócrates insiste nessa diferença em 430b. Mas em ambos os casos existe um olhar de artesão, que ordena as coisas, seus insumos e seus instrumentos na busca por uma adequação entre eles.

Há muito de acidental num nome: a evolução histórica da língua, a flexibilidade da linguagem, a influência de dialetos estrangeiros. A investigação sobre a correção dos nomes é tarefa árdua e Sócrates contempla desistir; talvez os nomes nos foram entregues pelos deuses ou sejam a herança de algum povo bárbaro antigo (425e). Evasões como essas precisam ser evitadas; não passam de um *deus ex machina*, algo aceitável apenas entre os poetas trágicos.

Assim, sem um corpo de argumentos suficientemente seguro e reconhecendo a possível precariedade de sua tese – “parecem impertinentes e ridículas as reflexões que tenho formulado acerca dos nomes primitivos” (426b *in finis*) – Sócrates apresenta a teoria radical da imitação: a letra rhô é aquela que mais faz a língua vibrar em sua pronúncia, assim é apta a imitar o movimento em palavras como *rhein* (correr) e *rhoê* (aquilo que escorre); a letra iota imita tudo que é sutil e veloz – temos *iénai*.

O silêncio quase completo de Goldschmidt na análise desta passagem é sugestivo. A teoria radical é falha: Sócrates não é capaz de cobrir todo o alfabeto e nem todas as letras indicam o movimento perpétuo, o que compromete as etimologias. Daí, talvez, a rapidez com que o assunto seja encerrado.

¹¹¹ Barnes sustenta que se trata de uma citação direta do livro de Heráclito. Ver BARNES, p.65.

Crátilo e a refutação da tese naturalista:

Crátilo é finalmente convidado a comentar o que foi dito e aprova tudo sem restrições (428c). A postura de Sócrates imediatamente muda:

“*Sócrates*: Acho de bom aviso, portanto, fazermos uma revisão geral em tudo que eu disse. Não há nada pior do que enganar a si mesmo; quando o enganador não se afasta uma linha de nós mesmos, mas se encontra sempre à mão, poderia haver algo mais terrível [*deinón*]? Precisamos, segundo penso, voltar uma e mais vezes ao que dissemos antes e tentar olhar para diante e para trás, como nos aconselha Homero.” (428d).

O problema do “enganar a si mesmo” é um tema socrático. “Não há nada pior” do que acreditar ter conhecimento e estar equivocado: *Sofista*, 229c. O produto de tal erro é uma filosofia “terrível”. E é esta sentença final que paira sobre o que foi dito até agora a respeito da linguagem natural. Para evitar os “erros do geômetra”, que se espalham por suas demonstrações produzindo verdades coerentes entre si, mas apenas aparentes, é necessário “refletir bem” sobre o “começo do assunto” (436d), “olhar para frente e para trás”. Então, Sócrates retoma as teses basilares: 1) A correção dos nomes consiste em mostrar como é constituída a coisa: todos os nomes são corretos; 2) nomes têm por finalidade a instrução (428e). Ao lançar estas teses para o escrutínio de Crátilo, finalmente somos oferecidos uma amostra do pensamento autêntico deste último. A estrutura geral da argumentação de Sócrates seguirá o seguinte plano geral:

I) Contra a tese: todos os nomes são corretos:

(1) A imitação necessariamente comporta imperfeição e a possibilidade do erro.

a) Seja pela possibilidade do erro na *atribuição* dos nomes às coisas.

b) Seja pela imperfeição necessária de toda e qualquer imitação.

(2) É impossível não reconhecer algum convencionalismo nos nomes.

II) Contra a tese: os nomes instruem:

(3) Contradição: os nomes não apontam para uma visão comum do mundo.

(4) A instrução está nas coisas e não nos nomes.

I) Contra a tese da correção necessária dos nomes:

A refutação da tese de que a correção dos nomes consiste na revelação da essência das coisas se faz em dois tempos. Em primeiro lugar (1), Sócrates mostrará que toda *mimesis* é, por definição, imperfeita e incompleta. Em segundo lugar (2), mostrará que é impossível não reconhecer algum papel desempenhado pelo convencionalismo no estabelecimento dos nomes (o que derruba o naturalismo como um todo).

1) A imitação necessariamente comporta imperfeição e a possibilidade do erro

Dentre os pintores, existem aqueles melhores e aqueles piores, o que Crátilo aceita; Sócrates arrisca uma comparação com o legislador:

“Sócrates: E entre os legisladores, uma parte executará melhor o trabalho, e outra o apresentará com defeitos?

Crátilo: Nesse ponto estou em desacordo.

Sócrates: Não admities que algumas leis sejam melhores e outras piores?

Crátilo: Também não.

Sócrates: Pelo que se vê, não admities também que em relação aos nomes uns tenham sido atribuídos com mais propriedade que outros?

Crátilo: De forma alguma.

Sócrates: Nesse caso, todos os nomes foram aplicados com acerto?

Crátilo: Uma vez que são nomes...

Sócrates: Como! E nosso amigo Hermógenes, a que nos referimos há pouco, diremos que não recebeu esse nome, visto não ter ele nada de comum com a descendência de Hermes, ou que o recebeu, porém indevidamente?

Crátilo: Segundo minha maneira de pensar, Sócrates, esse nome não lhe foi dado; apenas parece que foi. Mas de fato é nome de outra pessoa com as características a ele inerentes.” (429b-c).

Sócrates e Crátilo estão claramente tomando o legislador em sua dupla acepção – o instituidor dos nomes e o instituidor das leis. Assim como no argumento de Trasímaco com relação às leis¹¹², ou um nome é correto ou ele nem mesmo chega a se constituir como um nome: todo nome é verdadeiro e todos os nomes são igualmente

¹¹² *República*, Livro I, 340c-341a. Ver também *Teeteto*, 167c e 172b.

verdadeiros. Isso abre para o problema do erro, do engano e da falsidade. Crátilo é categórico:

“*Crátilo*: De que modo, Sócrates, poderia alguém dizendo aquilo que diz, dizer o que não é? Dizer algo falso não seria dizer o que não é?” (429d).

Crátilo está filiado ao poema de Parmênides que impossibilita o discurso falso. Este antigo problema da mentalidade grega é definitivamente refutado por Platão no *Sofista* (260a-264b), através da noção de participação (o ser não necessita ser absoluto). Aqui o mesmo problema sofre ataques por outro ângulo: a imperfeição natural da imitação. O campo de batalha é o problema do nome de Hermógenes. Não é a primeira vez que esse problema surge ao longo do diálogo. A primeira ocorrência dele está nas primeiras páginas do texto:

“*Hermógenes*: Perguntei-lhe [Crátilo] então, se, em verdade, ‘Crátilo’ era ou não o seu nome [*ónoma*], ao que ele respondeu afirmativamente, que assim, de fato, se chamava. E Sócrates? Perguntei. É ‘Sócrates’ mesmo, respondeu. E para todos os outros homens, o nome que aplicamos a cada um é seu verdadeiro nome? E ele: Não; pelo menos o teu, replicou, não é ‘Hermógenes’, ainda que todo o mundo te chame desse modo.” (383a)¹¹³.

Inicialmente Sócrates toma essa afirmação em espírito jocosos: Hermes é o patrono dos bons negócios e Hermógenes – “filho de Hermes” – não é muito atinado ao sucesso financeiro. Sob a influência do êxtase de Eutifronte, Sócrates oferece outra etimologia para “Hermes”, tentando com isso apaziguar Hermógenes, estupefato pela sugestão de Crátilo de que esse pudesse não ser seu nome (407e-408d). “Hermes” seria uma corruptela da fusão de duas palavras – falar (*eirein*) e inventar (*emêsato*) – que gerou o nome “Eiremes”, posteriormente “embelezado” para “Hermes”, o deus que inventou o discurso e é mensageiro entre os deuses e os homens. E seu filho legítimo é Pan:

“*Sócrates*: Como sabes, o discurso indica todas as coisas [*pan*], e circula e se movimenta sem parar, além de ser de natureza híbrida, verdadeira e falsa ao mesmo tempo. (...) Logo, o que há nele de verdadeiro é macio e divino, e reside no alto com os deuses; por outro lado, o que há de falso mora embaixo com a multidão dos homens, e é

¹¹³ A tradução deste trecho é delicada e precisaria ser revista.

áspero como o bode trágico, pois, em realidade, o maior número das fábulas e das mentiras se encontra justamente no domínio da tragédia.” (408c)¹¹⁴.

Bipolaridade? Não. Essas são as palavras de um Sócrates piedoso, temente aos deuses e filiado à linguagem natural. O que temos é o retrato de um mundo cindido ao meio, parte tragicamente humano, parte gloriosamente divino. Uma antecipação da posterior etimologia da palavra “verdade” – o “movimento divino do ser”. O discurso ou é absolutamente verdadeiro ou absolutamente falso: dizer a verdade é se elevar para o alto, dizer o falso é cair em fábulas e mentiras. Crátilo é ainda mais extremo: o discurso falso é vazio, inócuo, nem chega a ser discurso. Assim, caso alguém o confundisse ao longe na rua e chamasse “Hermógenes”, tal pessoa estaria falando algo totalmente “sem sentido” (429e), a pessoa só “produziria um ruído”, como quando “batemos contra algum objeto de metal” (430a)¹¹⁵.

São dois os golpes que derrubam esta tese e possibilitam o erro; e a batalha é travada no terreno de analogias entre a pintura e a nomeação. O primeiro golpe depende da noção de *atribuição (dianomé)*¹¹⁶, que vale tanto para a relação nomes-coisa nomeada, quanto para a relação retrato-coisa retratada: em cada uma dessas duas espécies de imitação (o nome e a pintura), há a possibilidade de um gesto ostensivo de comparação. O retrato de um homem pode ser colocado diante de um homem ou diante de uma mulher e uma avaliação de adequação pode ser realizada, porque haveria de ser diferente com os nomes? Veja bem, o argumento aqui é externo à constituição íntima do nome e diz respeito aos usuários dos nomes: mesmo que os nomes fossem imitações perfeitas das coisas nomeadas, haveria a possibilidade do erro na atribuição, no casamento entre linguagem e mundo. A segunda investida se direciona para a própria constituição dos nomes e para o ato de batismo, por parte do legislador: nomes não são imitações perfeitas das coisas que eles nomeiam, existe um grau de imperfeição (de “falsidade”) interna a eles. O argumento é elegante:

“*Sócrates*: Se fossem postos juntos dois objetos diferentes: Crátilo e a imagem de Crátilo, e uma divindade não imitasse apenas a tua figura e tua cor, como fazem os

¹¹⁴ Curiosamente Goldschmidt mantém silêncio a respeito deste trecho.

¹¹⁵ Para uma análise do aspecto falacioso presente em 429b-430a, ver SPRAGUE, pp.46-64.

¹¹⁶ WILLIAMS, pp.32-33 e GOLDSCHMIDT, pp.161-162.

pintores, mas formasse todas as entranhas iguais às tuas, (...), além de movimento, alma e raciocínio, tal como há em ti; em uma palavra: tudo exatamente como és, e colocasse ao teu lado essa duplicata de ti mesmo: tratar-se ia de Crátilo e uma imagem de Crátilo, ou de dois Crátilos?

Crátilo: Parece-me, Sócrates, que seriam dois Crátilos.

Sócrates: (...) Percebes, amigo, quão longe estão as imagens de possuir todas as propriedades dos originais que elas imitam?

Crátilo: Percebo.

Sócrates: E como seria risível, Crátilo, o efeito dos nomes sobre as coisas que elas designam, se em tudo elas fossem reprodução exata dessas coisas! Tudo ficaria duplicado, sem que ninguém fosse capaz de dizer qual era a própria coisa e qual o nome.” (432b-d).

Mesmo que os nomes fossem imagens perfeitas das coisas nomeadas, o que impediria o usuário do nome de atribuí-los erroneamente? Por outro lado, caso a relação de imitação que existe entre o nome e o nomeado fosse perfeita, teríamos um mundo duplicado e nada poderíamos dizer a respeito dele (pois todo ato de nomeação seria mais um ato de duplicação)¹¹⁷.

2) É impossível não reconhecer algum convencionalismo nos nomes.

O argumento de 433b-435c não é dos mais fáceis e mira a teoria radical da imitação. A sugestão é curiosa. A palavra para “aspereza” é *sklêrotês*, no grego ático, e *sklêrotêr*, entre os eretrienses. A diferença está na substituição de um *rhô* por um *sigma* no final. Ora, foi visto que o *rhô* indica movimento, translação e aspereza. Isto indicaria um acerto do legislador na escolha de um *sigma* inicial para a palavra e uma equivalência entre o *rhô* e o *sigma* no final da mesma: essas letras devem ter o mesmo valor, se foram substituídas com tanta facilidade. O problema é a existência da palavra *sklerón* (áspero) e do *lâmbda* presente nas três (o *lâmbda* indica aquilo que é macio; o contrário da aspereza). Era possível explicar racionalmente pelo sistema da imitação radical o fato do *rhô* e do *sigma* serem intercambiáveis, mas como explicar a presença do *ny* no mesmo local (o final da palavra)? Ele não indica movimento ou aspereza. Teríamos nesse caso uma exceção ou motivos para desconfiar da equivalência entre o *rhô* e o *sigma*? Talvez, o final da palavra parece não ser central para a indicação da sua natureza. Uma saída possível – mas não proposta – seria analisar o início da palavra,

¹¹⁷ Sobre a imperfeição natural da imitação, comparar com *Fedon*, 73e-74a.

mas duas objeções seriam imediatas: 1) por que a aleatoriedade do final da palavra não poderia valer para a letra inicial? (objeção mais fraca) e 2) uma vez desconfiados da equivalência entre o ρ h e o σ igma, como continuar aceitando que o σ igma inicial indica aspereza? Há um outro problema também: como explicar a presença do λ âmbda (que indica o contrário da aspereza) no meio da palavra? Diante deste quadro e da existência de três palavras (levemente) diferentes para designar idéias em torno do áspero, como é possível compreendê-las, caso estivermos sob o jugo de uma rigorosa lei de nomeação natural? Crátilo sucumbe:

“Crátilo: Graças ao costume [*éthos*], meu caro.

Sócrates: E por falar em costume, achas que disseste algo diferente de convenção [*synthékes*]?” (434e).

O vocabulário é aquele do convencionalismo de Hermógenes e Crátilo não vê saída a não ser aceitar *alguma* dose de convencionalismo. Essa abertura para a aceitação de uma influência, mesmo que mínima, do convencionalismo, é interessante. Seria como se a tese naturalista tivesse diante de um tribunal no qual um único voto dissidente de um membro do júri fosse suficiente para virar o veredicto.

II) Contra a tese: os nomes instruem:

A precisão do problema está em 435d-436a. Sócrates pergunta pela propriedade dos nomes e o que de belo conseguimos por meio deles.

“Crátilo: Sou de parecer, Sócrates, que os nomes instruem [*didáskein*], sendo nos lícito afirmar com toda a simplicidade que quem conhece [*epístetai*] as palavras, conhece também as coisas [*pragmata*].

Sócrates: Certamente, Crátilo, queres dizer que quando alguém sabe o que realmente é um nome, sendo este tal qual a coisa, conhecerá também a coisa, visto ser esta igual ao nome, valendo uma única arte [*téchne*] para todas as coisas semelhantes entre si. É nesse sentido, me parece, que afirmas que quem conhece o nome conhece também a coisa.” (435d-e).

Esta me parece uma das teses mais fecundas do diálogo, por produzir duas visões polarmente distintas sobre as relações entre linguagem e ontologia. Existiria um mundo dos nomes e um mundo das coisas, radicalmente distintos? Para Crátilo, há uma coincidência entre eles. E sendo os nomes iguais as coisas, há apenas uma única ciência do universo. Neste caso, o privilégio humano da linguagem é um dom poderosíssimo: o cosmos nos foi entregue de bandeja. Conhecer os nomes não é apenas um método de

investigação a respeito do ser; para Crátilo, a etimologia assume a posição de Filosofia Primeira.

3) Contradição: os nomes não apontam para uma visão comum do mundo.

Mas o que aconteceria caso o legislador tivesse cometido algum erro no estabelecimento dos nomes? Como garantir que o retrato do mundo que a linguagem nos oferece seja um *conhecimento do mundo* e não apenas uma opinião, por sorte errônea? Crátilo contra-argumenta: há *consistência* universal nos nomes – todos apontam para o fluxo perpétuo. Sócrates rebate: a consistência universal não é índice de acerto. Poderíamos ter a situação do geômetra equivocado: um diminuto engano penetra seu sistema, gerando conformidade e consistência, embora baseadas em premissas falsas. Sócrates mostrou que, com alguns truques etimológicos, é possível fazer uma palavra significar o contrário do movimento, como a contradição inscrita em *sklērotês*, ou na ambigüidade da própria palavra “conhecimento” (*epistême*; 437a).

Crátilo então sugere que ao menos a *maioria* dos nomes aponta na direção do fluxo perpétuo. A sugestão não é desenvolvida, mas poderia ter um caráter “científico”: uma confiança na evidência total. A réplica de Sócrates utiliza uma analogia política:

“*Sócrates*: E isso que importa, Crátilo? Iremos agora contar os nomes como fazemos com as pedrinhas de votar, para decidirmos, de acordo com a maioria, a respeito de sua correção? O processo que obtiver maior número de votos é que será o verdadeiro?” (437d).

Essa recusa de “seguir a maioria” não é incomum em Platão: ver *Laches*, 184d; *Teeteto*, 170e-171a. E Sócrates pode ter, propositadamente, recusado a ouvir Crátilo com cuidado. Afinal, existe uma diferença entre o fato da maior parte dos *nomes* apontarem para uma determinada configuração do mundo (uma *evidência* racionalmente obtida nesse sentido), da necessidade de aprovar uma ou outra posição a respeito da relação linguagem-mundo diante de um maior número de filiados a ela.

4) A instrução está nas coisas e não nos nomes.

Já vimos que há uma contradição interna aos nomes: nem todos apontam para a metafísica do fluxo perpétuo. Mas ainda resta combater a tese de Crátilo segundo a qual

apreendemos as coisas pelos nomes. No limite seria *impossível* explicar o estabelecimento dos nomes mais antigos. Como é que o legislador primordial poderia ter conhecimento do mundo se ainda não haviam nomes, que são a chave do mundo? Crátilo não consegue fornecer uma resposta aceitável: talvez os primeiros nomes vieram dos deuses. Nesse caso teríamos de cometer uma blasfêmia e aceitar que os deuses pudessem errar¹¹⁸, uma vez que existe patente contradição nos nomes. Para descobrir a natureza das coisas faz-se necessário um critério outro que o nome. E mesmo que os nomes fossem imitações perfeitas, por que ir à réplica e não buscar a verdade no modelo original? (438a-439b).

¹¹⁸ No *Eutifronte*, 7b, Sócrates aceita que possa haver discordância entre os deuses. Talvez essa discordância seja apenas em matéria moral e nunca em cosmologia ou ontologia. Ver GOLDSCHMIDT, pp.174 -175.

Bibliografia:

Edição do *Crátilo* utilizada:

Platonis, Cratylus. In: *Platonis Opera*, tomo I, tetralogias I-II. Edição de E.A. Duke, W.F. Hicken, W.S.M. Nicoll, D.B. Robinson e J.C.G. Strachan: Oxford Classical Texts, 1995.

Tradução utilizada:

Platão: Crátilo. Tradução de Mara José Figueiredo e introdução de José Trindade dos Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. A tradução é baseada na de Louis Méridier. Paris: Les Belles Lettres, 1931.

Autores Modernos e Estudos sobre o *Crátilo*:

ACKRILL, J.L. “Language and Reality in Plato’s *Cratylus*”. Publicado originalmente em: *Studi di Filosofia Antica*, 1994, pp.9-24. Republicado em: J.L. Acrill, *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Claredon Press, 1997; e também em: FINE, Gail (ed.). *Plato I: Metaphysics and Epistemology*, Oxford: Oxford University Press, 1999.

ADEMOLLO, Francesco. “Democritus B26, On Names”, In: Christos Nifadopoulos (Ed.), *Etymologia: Studies in Ancient Etymology*. Münster: Nodus Publikationen, 2003, pp. 33-42.

ALLEN, James. “The Stoics on the origin of language and the foundation of etymology”. Em: Dorothea Frede & Brad Inwood (eds.), *Language and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp. 14-35.

BARNES, Jonathan. *The Presocratic Philosophers*, Londres e Nova York: Routledge & Keegan Paul, edição revisada, 1982.

BARNEY, Rachel. *Names and Nature in Plato’s Cratylus*. Garland Press, 2001.

BRONKHORST, Johannes, “Etymology and Magic: Yāska’s *Nirukta*, Plato’s *Cratylus* and the Riddle of Semantic Etymologies”, *Numen*, vol. 48, no.2, 2001, pp. 147-203.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*, Paris, editions Klincksieck, 198, em três volumes.

De JONGE, Casper & Johannes M. van Ophuijsen, “Greek Philosophers on Language”, in E.J. Bakker (ed.), *A Companion to the Ancient Greek Language*, Oxford: Blackwell, pp. 485-497.

FEHLING, Detlev. “Zwei Untersuchungen zur Griechischen Sprachphilosophie”, *Rheinisches Museum für Philologie*, Band 108, Heft 3, 1965, pp. 212-229.

FORD, Andrew, “Sophists without Rhetoric: The Arts of Speech in Fifth-Century Athens”, in Y. L. Too (ed.), *Education in Greek and Roman Antiquity*, Leiden: Brill, 2001, pp. 85-109.

FORD, Andrew, *The Origins of Criticism: Literary Culture and Poetic Theory in Classical Greece*, Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2002.

GEACH, Peter T. “Mr. Ill-Named”, *Analysis*, Vol. 9, No. 1 (Outubro, 1948), pp. 14-16.

GOLDSCHMIDT, Victor. *Essai sur le Cratyle*. Paris: Vrin, 1940 (republicado em 1982).

GREENE, Thomas M. “Language, Signs and Magic”, In: Peter Schäfer & Hans G. Kippenberg (eds.), *Envisioning Magic: a Princeton Seminar and Symposium*. Leiden: Brill, 1997, pp. 255-272.

JOWETT, Benjamin, “Introduction to the *Cratylus*” in Benjamin Jowett, *The Dialogues of Plato Translated into English with Analyses and Introductions (In Five Volumes)*. Oxford: Clarendon Press, 1ª edição, 1871; 2ª edição, 1875, Vol. II.

KAHN, Charles. “Language and Ontology in the *Cratylus*” in Mourelatos & Rorty (eds.), *Exegesis and Argument: Studies in Greek Philosophy Presented to Gregory Vlastos; Phronesis*, supplementary volume 1, Van Gorcum, Assen, 1973.

KAHN, Charles. “Was Euthyphro the Author of the Derveni Papyrus?”. Em *Studies on the Derveni Papyrus*. Edição organizada por Andre Laks e Glenn W. Most. Oxford: Oxford University Press, 1997.

KIPLING, Rudyard. *Just So Stories* (1902), edição, introdução e notas de Lisa Lewis. Oxford: Oxford University Press (Oxford World Classics), 1995 (Capítulo “How the Alphabet was Made”).

KRETZMANN, Norman. “Semantics, History of”. In: *The Encyclopedia of Philosophy*, New York, The Macmillan Company, 1967, pp. 358-406.

KRETZMANN, Norman. “Plato on the correctness of names”, *American Philosophical Quarterly*, vol.8, no. 2 (April, 1971), pp.126-138.

LANATA, Giuliana. *Poetica Preplatonica: Testimonianze e frammenti*, com texto, tradução e comentário. Florença: La Nuova Italia, 1963.

LESHER, J. H. *Xenophanes of Colophon: Fragmens*. Edição, tradução, comentário de J.H. Lesher, Toronto: University of Toronto Press, 1992.

LORENZ, K & MITTELSTRASS, J. “On Rational Philosophy of Language: the Program in Plato’s *Cratylus* Reconsidered”, *Mind*, 76, 1967, pp.1-20.

LOCKE, John. *An Essay Concerning Human Understanding* (1689). Edição de Peter H. Nidditch. Oxford: Clarendon Press (Clarendon Edition of the Works of John Locke), 1975.

MORISON, Ben. “Language”, In: R.J. Hankinson (ed.), *The Cambridge Companion to Galen*, edited, Cambridge: Cambridge University Press, 2008, capítulo 5, pp. 116-156.

MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Nietzsche: civilização e cultura*. São Paulo: Martins Fontes: 2005, PP. 35-51.

NIETZSCHE, F. *Über Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinne* (1872/1873). Publicado no volume 6 do *Friedrich Nietzsche: Gesammelte Werke*, Munique: Musarion Verlag, 1922

NOVAES, Moacyr. “Gramática e Filosofia (o *De Magistro*)”, in: Moacyr Ayres Novaes Filho, *A Razão em Exerício: Estudos sobre a filosofia de Agostinho*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, pp. 27-92.

ROBINSON, Richard. “The Theory of Names in Plato’s *Cratylus*”. *Revue Internationale de Philosophie*, vol.9, 1955, pp.221-236. This paper was republished in: Richard Robinson, *Essays in Greek Philosophy*. Oxford, 1969, pp.118-138.

ROBINSON, Richard. “A Criticism of Plato’s *Cratylus*”, *The Philosophical Review*, vol.65, no. 3, July, 1956, pp.324-341. This paper was republished in: Richard Robinson, *Essays in Greek Philosophy*, Oxford, 1969, pp.118-138.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Essai sur l’origine des langues*. Texto estabelecido e apresentado por Jean Starobinsky. Paris: Éditions Gallimard, 1990. Tradução brasileira de de Fulvia M.L.Moretto e apresentação de Bento Prado Jr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. “A Essência da Proposição e a Essência do Mundo”, em: Ludwig Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921/1922), tradução, apresentação e ensaio introdutório de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2ª edição revista e ampliada, 1994, pp. 11-112.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral* (1916). Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, S.D.

SEDLEY, David. “The Etymologies in Plato’s *Cratylus*”, *Journal of Hellenic Studies*, 118 , 1998, pp. 140-154.

SEDLEY, David. *Plato’s Cratylus*. Cambridge University Press, 2003.

Wilamowitz-Moellendorf, Ulrich Von. *Euripides: Herakles*, Berlim: 1895, em dois volumes (disponível online no *Google books*).

WILLIAMS, Bernard. “Cratylus’ theory of names and its refutation”, Nussbaum&Schofield (eds.), *Language and Logos: Studies in Ancient Greek Philosophy Presented to G.E.L. Owen*. Cambridge University Press, 1982, pp.82-93.

Apêndice I: Estrutura Argumentativa do *Crátilo*

Parte I: Nomes e o Problema da Atribuição
(383a1-437d7)

Prólogo: 383a1-384e2

Sócrates, Hermógenes e Crátilo discutem sobre *a correção dos nomes*.

Duas teses são propostas:

(1) Tese “naturalista” (defendida por Crátilo):

O critério que determina a correção de um nome é *natural*. A nomeação não está lastreada à vontade humana, mas sim à natureza objetiva do item nomeado:

Se “*N*” é o nome correto de um item *n*, então “*N*” revela ou imita a natureza de *n*.

(2) Tese “convencionalista” (defendida por Hermógenes):

O critério que determina a correção de um nome é puramente *convencional* e depende apenas da vontade humana.

Se *N* for o nome empregado (por um indivíduo isolado ou uma comunidade lingüística) para designar *n*, então “*N*” é o nome correto de *n*.

A. A Interpretação do “oráculo” de Crátilo e a Refutação da tese convencionalista:
385a1-427d3

Em 384a4-7 Sócrates é convidado por Hermógenes a fazer duas coisas:

interpretar o “oráculo” de Crátilo (384a4-5);
fornecer sua própria opinião sobre a correção dos nomes (384a6-7)

A interpretação do oráculo de Crátilo e a refutação de Hermógenes transcorre entre 385a1-427d3. Na minha interpretação, Sócrates apresenta sua própria opinião sobre os nomes apenas na segunda parte do diálogo (437d8-440e7).

Sócrates *contra* Hermógenes:

Primeiro argumento contra o convencionalismo: o perigo do relativismo (385a1-

1ª etapa da contestação: 385a1-e3

É pertinente a distinção entre verdade e falsidade, entre discurso verdadeiro e discurso falso (385b2-d1).

2ª etapa da contestação: 385e4-386e5

(A) *Contra* Protágoras: ao contrário do que acarreta o relativismo protagórico, é possível distinguirmos graus de sabedoria entre os homens.

(B) *Contra* Eutidemo: se todas as propriedades estivessem onipresentes em cada indivíduo a um só tempo, não haveria sentido a distinção entre homens bons e homens maus. Ora, a identificação de tipos morais é um recorte pertinente.

(C) Conclusão ontológica: as coisas possuem alguma essência fixa (au}ta\ au{tw~~n ou}si/na e!conta/ tina be/baio/n e}sti ta\ pra/gmata).

3ª etapa da contestação: 386e6-388c2

Definição: *nomear* é uma prática regrada (pra~~xij), à maneira da arte do tear, que tem no nome seu instrumento (o!rganon). Este instrumento tem como função *enunciar* (dida/skein) e *distinguir* (dia/krinein) as essências (ai{ ou}si/ai).

4ª etapa da contestação: 388c3-391b3

Sendo uma prática desta natureza, o nomear deve ser realizado por um artesão habilitado para tanto: é o *legislador dos nomes* (nomoqe/thj) que fabrica os nomes sob a supervisão do *dialético* (dialektiko/j), o *usuário* dos nomes.

O artesão dos nomes, o legislador, deve deter a *capacidade* (du/namij) de fixar (tiqe/nai) a *forma* (to\ ei#doj) de *cada um dos seres* (e{ka/st+ tw~~n o!ntwn) nas *letras e sílabas*.

Conclusão: 390d11-e1

“Crátilo diz a verdade ao afirmar que os nomes pertencem às coisas por natureza.”

Parte 2: 391b4-427d3

Sócrates e a lista ordenada das etimologias:

- a) Etimologia dos nomes homéricos.
- b) Etimologia das categorias cosmológicas gerais:

“deuses”, “espíritos”, “heróis”, “homens”, “alma”, “corpo”.

c) Etimologia dos nomes divinos (lista dos deuses do Olimpo).

d) Etimologia dos fenômenos cosmológicos.

e) Etimologia das noções morais.

f) Etimologia dos termos metafísicos:

“nome”, “verdade”, “falsidade”, “ser”, “essência”.

B. A Refutação da tese naturalista: 427d4-437d7

Sócrates *contra* Crátilo - limites do naturalismo:

I) Contra a tese “todos os nomes estão corretos”:

(1) Nome enquanto imagem (mi/mhsij) da coisa nomeada necessariamente comporta imperfeição e a possibilidade do erro,

a) seja pela possibilidade do erro na *atribuição* dos nomes às coisas.

b) seja pela imperfeição necessária de toda e qualquer imitação.

(2) É impossível não reconhecer algum convencionalismo nos nomes.

II) Contra a tese: os nomes enunciam:

(3) Contradição: os nomes não apontam para uma visão comum do mundo.

(4) O conhecimento está nas coisas e não nos nomes.

Parte II: A Possibilidade da Cognição e o Emblema do Real
(437d8-440e7)

Epílogo: 438e5-440e7

Dois paradigmas ontológicos:

Qual a estrutura última da realidade? Fluxo Perpétuo *ou* Essências Imóveis?

Apêndice II: A Estrutura Temática do *Crátilo*

Apêndice III: Bibliografia Comentada

Edições do *Crátilo* (em ordem cronológica de publicação):

1. *Platonis Cratylum*. In: *Platonis omnia opera*, Vol. V. Sect. II. Texto estabelecido e anotado por Gottfried Stallbaum. Gotha und Erfurt, 1835.
2. *Platonis, Cratylus*. In: *Platonis Opera*, volume I. Edição de John Burnet. Oxford: Oxford Classical Texts, 1900.
3. *Platon, Cratyle*. In: *Platon, Oeuvres Complètes, Tome V: 2e. Partie*. Edição, tradução, introdução e notas de Louis Méridier. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (Também conhecida como Edição Budé).
4. *Platonis, Cratylus*. In: *Platonis Opera*, tomo I, tetralogias I-II. Edição de E.A. Duke, W.F. Hicken, W.S.M. Nicoll, D.B. Robinson e J.C.G. Strachan: Oxford Classical Texts, 1995.

O texto utilizado ao longo do trabalho é o da OCT (Duke *et al.* 1995).

Questões textuais:

1. DORANDI, Tiziano. *Le Stylet et la Tablette: Dans le Secret des Auteurs Antiques*. Paris: Les Belles Lettres, 2000, pp. 169-172.
2. SCHOFIELD, Malcolm. “A Displacement in the text of the *Cratylus*”, *The Classical Quarterly*, New Series, vol.22, no.2, November, 1972, pp.246-253.
3. SLINGS, S.R. “*Cratylus*, 417c”, *Mnemosyne*, Fourth Series, vol. 29, fasc. 1, 1976, pp.42-51.
4. VALENTI, V. “Una variante d’autore: Plat. *Crat.* 437d10-438a2”, *Studi Classici e Orientali*, Vol. 46, No. 3, 1998, pp. 769-831.
5. de VRIES, G.J. “Notes on Some Passages of the *Cratylus*”, *Mnemosyne*, Fourth Series, Vol. 8, Fasc. 4, 1955, pp. 290-297.

Uma seleção de traduções do *Crátilo*:

Sempre que possível, registro a edição do texto grego utilizado como base para a tradução.

Para o espanhol:

1. *Platón, Cratilo – o del lenguaje*. Tradução, introdução e notas de Atilano Domínguez, Madrid: Editorail Trotta, 2002. (Domínguez justifica explicitamente - pp.58-60 - sua opção por seguir a edição de Méridier).

O interesse de Atilano Domínguez pelo *Crátilo* remonta ao ano de 1988, quando iniciou uma pesquisa (ainda inédita) sob o título *La filosofía del lenguaje en la obra de Platón*, apresentada à Universidade de Castilla–La Mancha. Domínguez é um hábil e renomado tradutor das obras de Espinosa. Sua tradução do *Crátilo* é bastante útil por vir acompanhada de um índice analítico e uma lista alfabética das etimologias do diálogo; a bibliografia contém uma longa lista das traduções espanholas existentes.

Para o francês:

1. *Platon, Cratyle*. In: *Platon, Oeuvres Complètes, Tome V: 2e. Partie*. Edição, tradução, introdução e notas de Louis Méridier. Paris: Les Belles Lettres, 1931. (= [3] acima).
2. *Platon, Cratyle*. Tradução, introdução e notas de Catherine Dalimier. Paris: Flammarion, 1998. (Dalimier baseia sua tradução na edição da OCT2, mas assinala, nas páginas 61-64, suas discordâncias com o texto da *Oxford Classical Texts*).

Para o inglês:

1. George Burges, *The Cratylus* no volume III de George Burges, *The Works of Plato: a new and literal version*. Londres: 1850. Burges utiliza a edição de Stallbaum. As notas textuais dessa edição são úteis, embora a edição seja raramente mencionada nos estudos contemporâneos.
2. Benjamin Jowett, *Plato's 'Cratylus'*. In: Benjamin Jowett, *The Dialogues of Plato Translated into English with Analyses and Introductions (In Five Volumes)*. Oxford: Clarendon Press, 1ª edição, 1871; 2ª edição, 1875, Vol. II.
3. *Plato, Cratylus*. In: *Plato: Cratylus, Parmenides, Greater Hippias, Lesser Hippias*. Tradução de H.N. Fowler. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press (Loeb Classical Library, volume 167; Plato, volume IV), 1926. (Harold N. Fowler estabelece o texto grego que traduz).
4. *Plato, Cratylus*. Tradução, introdução e notas de C.D.C. Reeve. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1998. Originalmente publicado em *Plato: the complete works*, edição de John M. Cooper. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1997. (Reeve segue OCT1 controlada por OCT2).

A tradução de C.D.C. Reeve foi discutida com Rachel Barney, Myles Burnyeat, David Seadley e Paul Woodruff, antes de ser publicada. Ao menos Barney e Sedley estão dentre os estudiosos que trabalharam com o *Crátilo* nos últimos anos. É a “primeira tradução inglesa em setenta anos (prefácio, p.ix).

Embora tendo se baseado, sobretudo, na edição de John Burnet, Reeve é pioneiro em abraçar uma sugestão de Malcolm Schofield (1972) e deslocar a passagem 385b2-d1 para depois de 387c5. A edição OCT2 é a primeira a fazer alusão a tal possibilidade,

sinalizando-a em seu aparato crítico e colocando a passagem entre colchetes no corpo textual.

Uma resenha desta tradução apareceu na *Bryn Mawr Classical Review* de 1999.03.12, assinada por Robin Waterfield.

Para o português (Brasil):

1. *Platão: Teeteto-Crátilo*. Tradução de Carlos Alberto Nunes, Belém: 1973. Republicada em Belém: Editora da Universidade Federal do Pará (EDUFPA), 3ª edição revista sob coordenação de Benedito Nunes.

Uma curiosidade: embora professe seguir Burnet, em diversas passagens Carlos Alberto Nunes se aparta tanto da edição OCT1, quanto da Edição Budé (Mérider). Portanto é preciso ler sua tradução com cautela, comparando com mais de uma edição do texto grego.

Para o português (Portugal):

1. *Platão: Crátilo*. Tradução de Mara José Figueiredo e introdução de José Trindade dos Santos. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. A tradução é baseada na de Louis Mérider. Paris: Les Belles Lettres, 1931

Comentários antigos ao *Crátilo*:

Procli Diadochi in Platonis Cratylum commentaria. Edição de G. Pasquali. Leipzig: Teubner, 1908. (reedição Stuttgart: Teubner, 1994).

A primeira edição moderna do comentário de Próclo ao *Crátilo* foi realizada por J.F. Boissonade e publicada como: *Ex Procli scholiis in Cratylum Platonis excerpta*, Leipzig, Weigel, 1820. Esta edição foi profundamente criticada por Pasquali em sua edição e foi totalmente suplantada.

O comentário de Proclo ao *Crátilo* foi traduzido como:

On Plato's 'Cratylus'. Tradução, introdução e notas de Brian Duvick; editor especialmente convidado, Harold Tarrant. Estados Unidos: Cornell University Press, 2007.

A base original da tradução de Brian Duvick foi sua tese de doutorado defendida na universidade de Chicago, com o título: *A Translation and Analysis of Proclus' In Platonis Cratylum Commentaria*, University of Chicago, 1992.

Estudos acadêmicos contemporâneos sobre o *Crátilo*:

1. ACKRILL, J.L. “Language and Reality in Plato’s *Cratylus*”. Publicado originalmente em *Studi di Filosofia Antica*, 1994, pp.9-24. Republicado em: J.L. Ackrill, *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Clarendon Press, 1997; e também em: Gail Fine (ed.), *Plato 1: Metaphysics and Epistemology*, Oxford: Oxford University Press, 1999, pp.125-142. (Eu utilizo a edição de 1997).

O ensaio de Ackrill tem por origem duas palestras ministradas em Florença em 1990. O artigo está elegantemente enraizado na tradição Analítica e sua ampla circulação garantiu que ele conquistasse estatuto de verdadeiro “clássico” dentre os trabalhos contemporâneos dedicados ao *Crátilo* no seio da tradição anglo-americana. Apesar de dedicar muitas páginas à refutação da posição de Hermógenes, o artigo de Ackrill é ambicioso e oferece uma interpretação global do diálogo.

O título, “Linguagem e Realidade no *Crátilo* de Platão”, chama a atenção do leitor para aquilo que mais intriga Ackrill: a ausência de conexões “necessárias ou racionais” (p.34) entre as questões “lingüísticas” do diálogo (“naturalismo” e “convencionalismo”) e as teorias ontológicas que são invocadas em seu curso (doutrina heraclítica do Fluxo e doutrina platônica das Formas). A discussão a respeito dos nomes é uma discussão a respeito de *como* nomes nomeiam *o que quer que haja* no mundo; por sua vez, o confronto entre as duas posições ontológicas sobre a realidade é uma discussão a respeito *daquilo que há* no mundo. O nexo que liga estes dois planos de investigação é impreciso. Ao lado da aparente lacuna entre as teorias semânticas e as teorias ontológicas existe um segundo problema: a alternativa óbvia ao lema heraclítico - “tudo está em perpétuo movimento” - não necessita ser a ambiciosa Doutrina Platônica das Idéias, mas sim o slogan bem mais modesto, “há algo de estável no mundo”. A principal intenção de Ackrill é explorar como estas teses díspares se inter-relacionam.

Mais da metade do artigo é dedicado a examinar a refutação do chamado “convencionalismo” de Hermógenes (385e-391a). Ackrill contrasta a tese dos “nomes ideais” (*ideal names*), apresentada por Sócrates, com a tese dos “nomes naturais”, sustentada por Hermógenes (acredito que “nome natural” seja uma boa tradução para o português, o original proposto por Ackrill é “*ordinary names*”). A primeira delas aborda a nomeação pela perspectiva do *conceito* (*name-as-concept*); a segunda aborda a nomeação pela perspectiva de sua expressão particular nas diversas línguas naturais. Assim, “cão”, “dog”, “chien”, “cane” representam quatro nomes naturais distintos, mas

que convergem para um único e mesmo “nome ideal”, a saber, uma única e mesma idéia que se manifesta diferentemente em diferentes línguas. Para Ackrill é aqui que reside aquilo que há de mais refinado no *Crátilo* em termos de Filosofia da Linguagem: o fato de Platão ter percebido que entre o nome e a coisa faz-se necessário um terceiro elemento intermediador, um *conceito*. Nesta perspectiva, qual o sentido das expressões “por natureza” e “por convenção”? Aqui é útil pensarmos no modelo do dicionário. Quando lemos que “dog” significa *cão* não estamos equacionando um nome do inglês com um nome do português, mas sim um signo convencional de uma língua particular (por acaso a língua inglesa) com um conceito. Nesta página do nosso dicionário, diríamos que “dog” é “por convenção” e *cão* é “por natureza”.

É diante do quadro acima que surge a contraparte ontológica da discussão em jogo no *Crátilo*. A função de um nome é “instruir por meio da divisão dos seres” (*Crátilo*, 388b10-11). E são dois os elementos presentes nesta função: a *comunicação* e a expressão da *verdade* (a divisão dos seres *que são* e *como* eles são). Dois problemas aparecem aqui, o primeiro é primordialmente epistemológico enquanto o segundo é rigorosamente ontológico. (1) Que garantia temos de que cada um dos usuários de um certo nome natural (“cão”, por exemplo) estão referindo-se a um mesmo nome ideal (o conceito de *cão*)? Em outras palavras, que garantia temos de que nomes realizam a tarefa de comunicar idéias com sucesso? Nomes são realmente capazes de instruir? (2) Que garantia temos que um nome ideal reflete algo com precisão? Ou seja, como saber se um conceito captura a essência de algo que realmente *é* e *como é*? Nomes ideais conseguem expressar a verdade? Segundo Ackrill, o problema (1) não é tratado no *Crátilo*, mas é resolvido por Platão, no *Fédon*, por meio da doutrina da *anamnesis*: a predisposição inata dos seres humanos de correlacionar certos nomes com certos conceitos garante a viabilidade da comunicação. O segundo problema, embora não inteiramente solucionado, também depende de uma noção fundamental em Platão: a *noesis*: a dialética leva o filósofo a “ver”, “contemplar” intelectualmente o mundo como ele realmente é.

2. ALLAN, D.J. “The Problem of Cratylus”, *The American Journal of Philology*, vol. 75, n.3, 1954, pp.271-287.

O artigo de D.J.Allan é uma reação ao texto homônimo de G.S.Kirk (1951). Allan se declara “convencido de que o problema postulado por Kirk é ilusório e que outra versão da personalidade de Crátilo e de sua influência, bem como da origem das informações de Aristóteles a seu respeito, precisa ser elaborada” (p.272). Qual era o principal problema levantado por Kirk? A incompatibilidade lógica entre a tese da linguagem natural e a ontologia heraclítica; portanto, a incongruência entre “o Crátilo de Platão” (primordialmente um defensor do nominalismo natural) e “o Crátilo de Aristóteles” (fundamentalmente um partidário radical da doutrina do fluxo). Como dar conta de tal incongruência? Kirk sugeriu que o retrato elaborado por Aristóteles poderia ter em sua origem uma leitura equivocada do *Crátilo*, e não um contato de primeira mão com o Crátilo histórico. Contra tal tese, D.J.Allan apresenta os seguintes pontos:

(i) A estória atribuída a Aristóteles (*Metaphysica*, A, 6, 987a32-b1) de que Crátilo teria sido o primeiro instrutor de Platão no paradigma heraclítico pode ter como origem uma leitura errônea da passagem εἰς κενὸν ἢ οὐρανὸν ἢ γένος ἢ μένος. A palavra κενὸν/οὐρανὸν, na época clássica, servia para indicar “familiaridade”, mas adquiriu o significado de “pupilo” no neo-platonismo. Assim, uma leitura anacrônica de Aristóteles, elaborada pelos comentadores neo-platônicos, deu origem a uma lenda. (pp.275-277).

(ii) Allan defende que os eventos do *Crátilo*, do ponto de vista dramático, ocorrem no mesmo dia dos eventos narrados no *Teeteto*, por volta de 399 a.C.. Crátilo é retratado como sendo ainda jovem neste ano (*Cratylus*, 429d; 440d), logo, não há nada que indique que ele fosse mais velho que Platão. (pp.272-275).

(iii) As biografias antigas de Platão (de Diógenes Laércio, Olimpiodoro de Alexandria e do autor anônimo do *Prolegomena in Platonis Philosophiam*) preservam uma tradição segundo a qual Platão foi influenciado pelo heraclitismo de Crátilo *após* a morte de Sócrates. Isso soa incompatível com o εἰς κενὸν ἢ οὐρανὸν ἢ γένος ἢ μένος de Aristóteles, que sugere que Crátilo teria sido o primeiro professor de Platão nas doutrinas do fluxo. Mas, levando em consideração a juventude de Crátilo em 399 a.C. (ponto ii) e o significado “fraco” de κενὸν/οὐρανὸν (ponto i), podemos reconstruir uma cronologia mais suave da evolução intelectual do Crátilo histórico: Crátilo teria sido um conhecido de Platão, sendo de idade muito próxima e caracterizado por uma paixão juvenil por

doutrinas de Heráclito; com o passar dos anos tal encanto amadureceu em uma posição intelectual rigorosa, a respeito da qual lemos em *Metaphysica*, G, 1010a12-15. Não haveria incompatibilidade entre o *Crátilo* e a *Metafísica*, apenas dois retratos de diferentes momentos do desenvolvimento filosófico de Crátilo. (pp.277-279).

(iv) Alguns argumentos de cunho filológico levam Allan a concluir, contra Kirk, que o Crátilo do diálogo platônico não é primordialmente um defensor do naturalismo nominal, mas sim um defensor de duas doutrinas simultâneas: naturalismo lingüístico e doutrina do fluxo. Ocorre que, à época dos eventos do *Crátilo*, ele ainda não havia adotado uma heraclitismo radical arraigado, nem percebido que a doutrina do fluxo *total* implica também uma instabilidade nominal (*Teeteto*, 180a; 183a-b). É justamente a *conjunção* dessas teses que o levarão, 30 anos mais tarde (é a estimativa de Allan), ao silêncio registrado por Aristóteles (*Metaphysica*, G, 1010a12-15). (pp.279-284).

Assim, não há um “Crátilo de Platão” e um “Crátilo de Aristóteles”, nem mesmo uma incompatibilidade lógica entre o naturalismo nominal e a doutrina do fluxo: *Metaphysica*, A retrata um Crátilo juvenil, contemporâneo e conhecido de Platão, que flerta com certas doutrinas heraclíticas; o *Crátilo* apresenta um Crátilo testando suas inclinações intelectuais adolescentes e, em *Metaphysica*, G, encontramos o Crátilo maduro, adulto, cético e professoral.

[22] ANAGNOSTOPOULOS, Georgios. “Plato’s *Cratylus*: the two theories of the correctness of names”, *The Review of Metaphysics*, vol.XXV, no.4, Junho, 1972, pp.691-736.

Georgios Anagnostopoulos declara que sua interpretação do *Crátilo* é radicalmente distinta daquela de Ronald B. Levinson (1957) e de Rudolf H. Weingartner (1970) (Anagnostopoulos, p. 693, nota 4). Portanto, é interessante ler seu artigo em contraste com esses trabalhos. Além de Levinson e Weingartner, os principais interlocutores de Anagnostopoulos são Richard Robinson (1955, 1956), Lorenz & Mittelstrass (1967) e o livro de I.M. Crombie, *An Examination of Plato’s Doctrines* (1963). O artigo está inserido neste eixo interpretativo.

O texto está dividido da seguinte maneira:

Introdução: O autor aponta a excentricidade do *Cratylus*: ele aparentemente lida com uma questão singular na obra de Platão, que não aparece em nenhum outro diálogo.

Seção I: Apoiando-se no artigo de Gilbert Ryle, “Letters and Syllables in Plato” (*Philosophical Review*, LXIX, 1960), Anagnostopoulos procura definir o *problema* do texto. Platão raramente reflete a respeito da natureza do signo gráfico, logo, os “nomes” do *Crátilo* devem ser entendidos como “sons proferidos”, isto é, *fonemas* (*phoneme*, no inglês). A questão do diálogo, então, é a relação entre um fonema S (um nome) e a coisa T por ele nomeada; ou seja, quais são as condições necessárias e suficientes para o fonema S ser o nome correto de T?

Seção II: Anagnostopoulos examina a primeira tese do diálogo: o convencionalismo. Segundo ele, comentadores costumam negligenciar a pluralidade de argumentos implícitos na posição defendida por Hermógenes (nota 8, p. 695). Hermógenes não defende apenas que “nomes são *por convenção*”, mas sim três pontos muito mais sofisticados: a) que a convenção e o acordo em utilizar o fonema S para designar a coisa T é condição suficiente para S ser nome de T; b) que qualquer fonema arbitrário S serve para designar qualquer coisa; e c) que é permissível nomear “por desígnio” (“*one can name by fiat*”), i.e., que é possível, mediante pura determinação individual, utilizar um nome previamente estabelecido na língua L para designar o objeto T para designar outro objeto (U, por exemplo). Segundo Anagnostopoulos, os argumentos contidos em 385b-d estariam direcionados unicamente contra este último ponto (c), e não contra o convencionalismo em geral, o que costuma passar despercebido pelos comentadores (p.701, nota 16).

Seção III: O longo argumento que vai de 386d até 391b é realmente notável, argumenta Anagnostopoulos, pois demonstra que Platão efetivamente compreendeu que a questão “*como* são corretos os nomes?” somente pode ser respondida mediante a investigação do *quê* vem a ser um nome. A resposta de Platão é: o nome é um instrumento, cunhado para realizar uma *função*. Uma das características centrais deste artigo é justamente o peso argumentativo que Anagnostopoulos confere à noção de “função”, pois Richard Robinson, dentre outros, já argumentaram que o termo *ergon* não tem no *Crátilo* nem o sentido e nem a relevância que terá em diálogos posteriores (Robinson, 1956). Seja como for, Anagnostopoulos invoca *República I*, 352d-353a para

defender que a correção dos nomes deve ser decidida com base na *função dos nomes*, isto é, com base nas “condições necessárias e suficientes” para que cada nome realize sua função. Uma das consequências desta posição é a decisão por descartar qualquer doutrina das Formas do horizonte do *Crátilo*: o olhar do nomoque/thj (o legislador dos nomes) volta-se apenas para a função dos nomes e as condições necessárias para que eles realizem esta função. Qualquer menção às Formas é sinal de uma leitura demasiadamente forte.

Seção IV: Nesta seção, Anagnostopoulos reconstrói a teoria naturalista do *Crátilo*: A condição necessária e suficiente para que um fonema S seja o nome de T (para S *significar* T, shmai/nein é o verbo utilizado no diálogo) é que S *revele* (dhlou~~n) a natureza de T; e S revelará a natureza de T se, e somente se, houver alguma relação de correspondência entre S e T, de tal forma que S *imite* (mimei~~sqai) foneticamente a natureza de T. Durante toda esta exposição, Anagnostopoulos opta por um vocabulário de claro sabor “wittgensteiniano”. Assim: “está claro que a tese que demanda a existência de nomes simples que não podem mais ser analisados, em conjunção com a demanda por um simbolismo perspicuo, implica na necessidade da existência de objetos simples” (p.728); “então temos [no *Crátilo*] um completo isomorfismo entre a estrutura e a natureza do mundo e a estrutura e natureza da linguagem. A Linguagem (...) é uma figuração [*picture*] do mundo” (p.729) etc.

Seção V: Em face à crítica socrática à nomeação natural, Anagnostopoulos prepara o caminho para seu artigo seguinte. Por que Platão prefere uma linguagem constituída por nomes naturalmente estabelecidos, mesmo quando a correção natural não é condição suficiente da nomeação? E por que Platão levanta a questão das condições da nomeação? Compreender o significado (“*the significance*”) do *Crátilo* depende das respostas a essas perguntas.

- [23] ANAGNOSTOPOULOS, Georgios. “The Significance of Plato’s *Cratylus*”, *The Review of Metaphysics*, vol. XXVII, no.2, dezembro de 1973, pp.318-345.

Complementa e desenvolve o artigo anterior, publicado no mesmo periódico.

Anagnostopoulos pretende refutar duas interpretações tradicionais a respeito do significado geral do *Crátilo*:

- (1) O *Crátilo* é um dos primeiros documentos a tratar da questão da “origem” da Linguagem.
- (2) O *Crátilo* tem apenas um magro valor filosófico.

Tanto (1) quanto (2) foram sustentadas por um rol de notáveis comentadores, dentre os quais: A.E. Taylor, Paul Shorey, W. Lutoslawski, U. Wilamowitz-Moellendorff e Paul Friedländer.

O sabor da abordagem adotada por Anagnostopoulos é admiravelmente condensado na seguinte passagem do artigo:

“[The *Cratylus*] is perhaps the earliest attempt to solve a perennial philosophical problem about the relation between the nature and structure of language and the nature and structure of the world in order to use our knowledge of the former to arrive at knowledge of the nature and structure of the latter.” (p.319).

Seção I: Nesta primeira seção, Anagnostopoulos busca refutar a interpretação (1). O *Crátilo* não se configura como um diálogo sobre *a origem da linguagem*, mas sim um diálogo sobre um problema *lógico*: quais são as condições necessárias e suficientes da nomeação?

Seção II: Agora Anagnostopoulos busca lidar com a interpretação (2). No artigo de 1972 o autor já havia sinalizado que o *Crátilo* parece abordar um problema que não é tratado em nenhum outro diálogo de Platão. Encontrar valor filosófico para este diálogo seria equivalente a inseri-lo no seio do “platonismo”. A solução de Anagnostopoulos é mostrar que o *Crátilo* está intimamente conectado com problemas metafísicos e epistemológicos que marcam outros diálogos de Platão. Nos diálogos de juventude, Sócrates procura fornecer uma glosa ou definição da natureza de algum objeto (“piedade”, “temperança”, “coragem” etc.). E todas as tentativas culminam em algum fracasso. No *Crátilo*, Platão explora a possibilidade de utilizar o nome do objeto como forma de acessar sua natureza. Das duas teorias da nomeação propostas, uma delas inviabiliza tal possibilidade (o convencionalismo), mas a outra (o naturalismo) sugere uma solução *metodológica*: no modelo da nomeação natural, o isomorfismo entre linguagem e mundo garante que a ciência da natureza dos nomes é também a ciência da

natureza das coisas. Assim, Platão levanta a questão das condições da nomeação como parte de um projeto amplo por delinear os métodos possíveis de acesso ao conhecimento das coisas. Ocorre que Sócrates, no decorrer do diálogo, demonstra que a correção natural não é condição necessária da nomeação. Diante de um nome qualquer, não temos como *saber* se ele é naturalmente correto, a não ser que já saibamos algo a respeito da natureza da coisa por ele nomeada. A conclusão, portanto, é que o conhecimento deve partir das coisas, e não dos nomes. Mas o que Platão quer dizer por “o conhecimento deve partir das coisas”? Para Anagnostopoulos, isso provavelmente significa algum tipo de “saber por contato direto” (“*knowledge by direct acquaintance*”). O movimento do *Crátilo* seria semelhante ao do *Mênon*: algum gênero de conhecimento anterior (por rememoração ou percepção) é condição necessária para o “indagar e o descobrir” à respeito do mundo. O legado do diálogo é negativo: nenhum método infalível foi identificado, mas aos menos certos exercícios possíveis foram expostos como infrutíferos (439b).

O artigo de Anagnostopoulos refere-se constantemente aos textos de Richard Robinson a respeito do *Crátilo* e, portanto, deve ser lido em contraste com os trabalhos deste último.

[26] BARNEY, Rachel. “Socrates Agonistes: The case of the *Cratylus* Etymologies”. Em *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, volume XVI, 1998, pp.63-98.

A principal e mais inovadora tese defendida por Barney neste artigo é a tese de que as etimologias representam um tipo específico de escrita platônica, um gênero com importantes conseqüências metodológicas: o a}gw/n, um estilo de composição competitiva, cunhado nos moldes da competição atlética, especialmente da corrida de biga do livro 23 da *Iliada* (p.77). Na *Iliada*, Nestor ensina seu filho Antíloco a melhor conduzir sua biga utilizando sua inteligência e corretamente interpretando os *sinais*. Esta corrida de biga acabou por se transformar, na cultura grega, em modelo para o percurso epistemológico. Barney justifica sua hipótese de um uso consciente deste gênero de escrita, identificando no diálogo instâncias de vocabulário tipicamente agonístico, em especial, na passagem 407d7-8 (pp.75-76)

As etimologias devem ser lidas como preenchendo três funções simultâneas: (1) elas são uma reconstrução racional da tese sobre a nomeação natural; (2) são um episódio de inspiração profética; (3) seguem o modelo do a}gw/n.

(1) *Reconstrução racional*. A capacidade de Sócrates de *reconstruir* ou *reproduzir* o que Crátilo diz ou diria é emblemático da própria prática de Platão como autor de diálogos (p.70). Em algum sentido relevante, *todo* diálogo platônico é uma reconstrução racional do caráter, opiniões e das atitudes dos personagens neles contidos. Especificamente no *Crátilo*, o que é reconstruído é um tipo de prática intelectual bastante difundida à época de Platão, inclusive pelo próprio Crátilo. Ainda mais, existe alguma evidência de que Eutífron fosse conhecido na Antiguidade por suas proezas etimológicas.

(2) *Episódio da inspiração*. No *corpus* Platônico não é incomum a correlação entre a inspiração profética e o *furor poeticus* (p.72); no *Crátilo*, por exemplo, o episódio é imediatamente antecedido por uma análise dos nomes homéricos. Estes estados de êxtase carregam um significativo poder de atração (*Íon*, 535c-536d). Assim, para Barney, diferentemente do que ocorria na leitura das etimologias como paródia, a função da inspiração de Eutífron não é desmascarar o ceticismo com o qual elas devem ser lidas, mas reforçar seu caráter sedutor, bem como sua distância com relação ao estilo socrático. E este é um passo importante para o a}gw/n: indicar que se trata de um estilo de argumentação que é próprio de outrem (pp. 71-74, especialmente p.74).

(3) *as etimologias como a}gw/n*. O *Crátilo* não é singular na utilização do gênero. Ele já foi identificado dentre os estilos de escrita de Platão, aparecendo no argumento contra Zenão do *Parmênides*, na oração fúnebre do *Menexeno*, na interpretação dos versos de Simonidas no *Protágoras* e na reconstrução do discurso de Lísias, no *Fédro*. Em todos esses casos, o a}gw/n é direcionado para gêneros discursivos específicos – a retórica pública ou privada, as etimologias, a interpretação poética – para sinalizar uma deficiência *metodológica* que os trespassa: “todos compartilham o defeito fatal de não serem dialética, sendo, portanto, incapazes de gerar conhecimento sobre a natureza das coisas.” (p.83).

Uma vez caracterizado as etimologias como a}gw/n, cabe perguntar a qual propósito filosófico elas servem? A resposta de Barney é a seguinte: as etimologias

desempenham uma função metodológica (p.85). Elas podem ser “levadas a sério”, na medida em que revelam uma duplicidade que é própria da nomeação humana em geral. A linguagem conceitual é utilizada de maneira ambígua, tanto para se referir ao reino divino das Formas, como para designar, por eponímia, o fluído mundo onde se desenrola a trágica existência humana (pp.96-97).

É interessante comparar esse artigo com o de David Sedley (1998).

[27] BARNEY, Rachel. *Names and Nature in Plato's Cratylus*. Garland Press, 2001.

Rachel Barney atualmente integra o departamento de filosofia da Universidade de Chicago. Seu livro sobre o *Crátilo* é baseado em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Princeton em 1996, sob orientação de John M. Cooper.

O aspecto que mais se destaca na análise de Barney é sua inclinação por localizar temas políticos e morais no diálogo. Isto se deve aos paralelismos supostamente existentes entre as atividades de nomeação e a instituição de leis. Assim, o horizonte do *Crátilo* seria, eminentemente, *político* (p.13), no sentido de se enquadrar num grupo de diálogos que compartilham um projeto comum: “o projeto do sentido estrito”. Este se caracteriza por uma investigação conceitual em busca de uma definição daquilo que pode *verdadeiramente* contar como uma instância de algum termo politicamente relevante (a “coragem”, no *Laques*; o “governo”, no *Político* etc.). Por trás deste projeto está em operação a tradicional divisão do conhecimento entre *doxa* e *epistêmê*. O “projeto do senso estrito” é tipicamente revisionista, por demonstrar que a natureza genuína do objeto sob análise é muito mais rara e restrita do que normalmente reconhecida. Tanto o “convencionalismo” de Hermógenes, quanto o “naturalismo” de Crátilo, por assumirem igualmente que “todos os nomes estão corretos, ao menos enquanto nomes”, esvaziam qualquer crítica da atividade de nomeação, o que é inaceitável para Sócrates.

No tocante às etimologias, Barney pretende contornar a anítese *Scherz oder Ernst*. Deveríamos antes perguntar: que gênero de escrita platônica são as etimologias? O aspecto mais inovador de sua monografia é justamente interpretar a seção etimológica

como uma exibição à maneira de um a}gw/n, nos mesmos moldes da interpretação dos versos de Simônidas, no *Protágoras*, e da oração fúnebre do *Menexeno*. A função do a}gw/n é vencer o oponente em seus próprios termos, revelando drasticamente suas insuficiências.

Uma resenha do livro de Rachel Barney foi realizada por Malcolm D. Hyman (*Bryn Mawr Classical Review*, 2003.03.35).

O livro de Barney foi antecipado por dois artigos de sua autoria:

(1) “Plato on Conventionalism”, *Phronesis*, 42, 1997, pp.143-162. Este artigo pretende “resgatar” o personagem de Hermógenes da acusação (comum na bibliografia recente) de ser um “Hupty Dumpty” lingüístico.

(2) “Socrates agonistes: the case of the *Cratylus* etymologies”, ver o item 36 desta bibliografia.

[28] BAXTER, Timothy M.S. *The Cratylus: Plato's Critique of Naming*. Leiden: E.J. Brill, 1992.

É um estudo pioneiro por ser o primeiro de um tríptico de livros sobre o *Crátilo* publicados em língua inglesa nos últimos 15 anos, inaugurando uma linhagem de novos trabalhos : o livro de Rachel Barney foi publicado em 2001; o de David Sedley, em 2003. Os três livros devem ser estudados juntos.

O livro de Baxter teve sua origem numa tese de doutorado defendida na Universidade de Cambridge em 1991, sob orientação conjunta de Myles Burnyeat e Malcolm Schofield (não deixa de ser curioso que David Sedley tenha sido um dos examinadores!). Mais do que tudo, é um balanço da literatura acadêmica sobre o *Crátilo*, publicada entre 1950 e 1990, com destaque quase exclusivo à língua inglesa (exceção feita, por exemplo, à monografia de Goldschmidt).

Baxter é um herdeiro confesso da linha de interpretação adotada por Goldschmidt, especialmente nas seguintes teses: 1) A "teoria" da linguagem esboçada por Sócrates durante todo o diálogo é *prescritiva* e não *descritiva*; 2) As etimologias são um exercício de ironia e paródia direcionado a certas tendências do meio intelectual

grego (Baxter procura identificar essas tendências em seu longo capítulo 5); 3) Demonstrar a possibilidade do conhecimento é o princípio que atravessa o diálogo (v.p.175).

Resenhas do livro de Baxter foram realizadas por Matthew K. McCoy (*The Review of Metaphysics*, junho, 1994, pp.798-799) e (uma resenha mais crítica) por R. J. Ketchum (*Ancient Philosophy*, No.15, 1995, pp.211-214).

- [29] CALVERT, Brian. “Forms and Flux in Plato’s *Cratylus*”, *Phronesis*, XV, 1970, pp.26-47.

É um texto que se opõe ao de J.V. Luce (1965).

- [30] DERBOLAV, Josef. *Platons Sprachphilosophie im Kratylus und in den Späteren Schriften*. Darmstadt, 1972.

Debolav é um dos mais importantes e citados comentadores contemporâneos do *Crátilo*. Seu primeiro estudo sobre o diálogo é de 1953: Josef Derbolav. *Der Dialog ‘Kratylus’ im Rahmen der platonischen Sprach und Erkenntnisphilosophie*. Sarrebruck, 1953. Este livro foi, e continua sendo, criticado por ser menos um estudo do *Crátilo* do que uma tentativa de construção de uma filosofia da linguagem, pensada em termos heideggerianos. Em 1962, o professor Derbolav reviu algumas de suas posições num artigo: Josef Derbolav. “Das Metasprachliche in Platons ‘Kratylus’ ”. In *Lebendiger Realismus. Festschrift J. Thyssen*, Bonn, 1962, pp.181-210. Mas foi em 1972 que ele publicou o estudo aqui citado. É um texto central que oferece uma bibliografia quase exhaustiva do comentário acadêmico ao *Crátilo* de 1804 até 1972.

Resenhas do livro de Derbolav de 1972 apareceram nas seguintes revistas:

(1) *Mind*, New Series, vol.84, no.335, julho de 1975, pp.459-460 (resenha de Justin Gosling).

(2) *The Classical Review*, New Series, vol.25, no.2, novembro de 1975, pp.193-194 (resenha de Pamela M. Huby).

(3) *Journal of Hellenic Studies*, vol.101, 1981, pp.155-156 (resenha de G.B.Kerferd).

- [33] FINE, Gail. "Plato on Naming". Publicado pela primeira vez em *Philosophical Quarterly*, 27, 1977; republicado no livro de Gail Fine, *Plato on Knowledge and the Forms: selected essays*. Oxford: Claredon Press, 2003, pp.117-131. (Eu utilizei esta última edição).

Gail Fine está escrevendo contra as interpretações que tratam da natureza do nominalismo platônico, cujos representantes paradigmáticos seriam G.E.L. Owen (no artigo "Notes on Ryle's Plato", de 1971) e Richard Robinson (no artigo "A criticism of Plato's *Cratylus*", de 1956). Ambas estas interpretações foram desenvolvidas para justificar, de uma maneira ou de outra, como Platão pôde articular a questão da falsidade com o problema da nomeação. Segundo Owen, Platão é partidário de um atomismo semântico, reduzindo sentenças à nomes (elas nada mais seriam do que "uma cadeia de nomes"), e como tudo que podemos fazer com um nome é nomear (designar, apontar), a complexidade sintática das proposições desaparece. Por outro lado, para Robinson, Platão faz o contrário: ao postular que todos os nomes possuem conteúdo descritivo, ele trata todo nome como se fosse uma proposição (é a mesma interpretação de Goldschmidt). Em ambos os casos, Platão fracassa na tentativa de distinguir nomes e proposições. O objetivo do artigo é demonstrar que "a teoria dos nomes desenvolvida no *Crátilo* é mais sofisticada do que reza as suposições usuais". A estratégia de Fine é a seguinte: em primeiro lugar ela precisa derrubar as versões de Owen e Robinson, para depois reconstruir a teoria da nomeação que, segundo ela, apareceria no *Crátilo*.

Contra Owen, ela colhe evidência terminológica do *Sofista*, *Teeteto* e *Crátilo* para sugerir que as palavras $\tau\omicron\lambda\eta\mu\alpha$ e $\tau\omicron\lambda\omicron\mu\alpha$ recobrem um campo semântico amplo, sendo até mesmo intercambiáveis: o dito platônico segundo o qual toda sentença é um nome nada mais quer dizer do que toda sentença ou nome possui um conteúdo descritivo (contra Owen). Contra Robinson, Gail Fine sugere que Platão não defende que nomes sejam verdadeiros *do mesmo modo* que sentenças são verdadeiras: nomes

são corretos ou incorretos e podem ser verdadeiramente ou falsamente aplicados às *coisas*, assim, nomes não são *como* proposições (que tem no *sentido* expresso o foco da verdade).

Em sua reconstrução da teoria da nomeação do *Crátilo*, Fine sugere que estejamos diante de uma teoria de *tupos*, similar a de Searle: a correção do nome depende do quão adequada é sua descrição (e nem toda descrição é uma proposição). E a teoria do diálogo é tão sofisticada quanto a do *Sofista* ao compreender que a falsidade depende de um processo duplo: a constituição do sentido e comparação do sentido com aquilo ao qual ele pretende se referir. No *Crátilo* este duplo processo seria realizado pelo prêmbulo “este é seu nome” em conjunto com algum recurso ostensivo.

[34] GOLDSCHMIDT, Victor. *Essai sur le Cratyle*. Paris: Vrin, 1940 (reeditado em 1982).

É a primeira publicação de Goldschmidt. Catherine Dalimier, em introdução à sua tradução do *Crátilo* identifica nos textos de Goldschmidt e Grote um esforço por “defender uma coerência funcional de conjunto” do diálogo (Dalimier, p.14, nota 7). Até a publicação do estudo de Goldschmidt, havia, por tradição, “o *Crátilo* dos filósofos e o *Crátilo* dos filólogos” (*ibidem*, p.14). O efeito imediato disso era que os comentadores de formação filosófica tendiam a tratar as etimologias como pura digressão literária (exercícios estilísticos), desprovidas de interesse filosófico. Goldschmidt é um dos pioneiros em tratar as etimologias como filosoficamente relevantes, mesmo que insistindo no caráter paródico delas: afinal, a ironia filosófica tem outro andamento que o humor puramente literário. As etimologias representariam um levantamento exaustivo de diversos pensadores e ramos do conhecimento (Anaxágoras, os poemas órficos, Heráclito, os poetas, a exegese de Homero, os teólogos etc.), com vistas à demonstrar como a doutrina do fluxo estava onipresente na epistemologia grega. Assim, as duas notas características da seção etimológica seriam: 1) o caráter enciclopédico; 2) o tom irônico e paródico. (Sobre as etimologias, ver as pp.90-142).

As páginas 5-37 oferecem um panorama histórico bastante útil e erudito do pensamento grego sobre a linguagem à época de Platão e Goldschmidt insiste que a oposição que atravessa o diálogo é a clássica controvérsia entre *no/moj* e *fu/sij* (pp.15-16; pp.40-41). Para o autor, o “tema e problema central de todo o diálogo é: a estabilidade das coisas e do conhecimento” (pp.56-57). As etimologias são um exercício paródico e irônico para atacar o relativismo oriundo das práticas sofísticas, bem como as teses do fluxo pepétuo em suas múltiplas expressões.

A monografia de Goldschmidt é onnipresente nas bibliografias sobre o diálogo.

- [35] GROTE, George. *Plato and the other companions of Sokrates – volume II, chapter XXIX*. London: Thoemmes Press, 1865 (consultei uma edição de 1998).

Para Grote, “não é admissível” que as etimologias sejam pura paródia ou caricatura (p.521), uma sugestão que marcou a interpretação do diálogo no mundo moderno. O *Crátilo* percorre um caminho comum a outros diálogos de Platão: na *República* e no *Político* começamos com uma impressão inicial de que a Cidade seja fruto de processos arbitrários e históricos, para, gradualmente, percebermos que, ao contrário disto, Platão favorece o modelo de um artesão-demiurgo. “O que Platão faz para sistemas sociais no *Político*, ele faz para os nomes no *Crátilo*” (p.547).

- [36] GUTHRIE, W.K.C. *A History of Greek Philosophy: volume V*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp.1-31.

Uma característica da leitura de Guthrie é a importância que ele confere para o “fundamento teleológico (*prático*) de todo o socratismo e platonismo” (p.21). Platão é um realista e isto pode ser verificado em sua compreensão daquilo que vem a ser um nome: uma definição eidética e não simbólica de alguma coisa. A linguagem de Platão é uma linguagem de *essências*.

Guthrie se apresenta como herdeiro da leitura de Francis M. Cornford e sugere duas linhas possíveis de interpretação para o diálogo como um todo. Segundo uma linha possível, o texto seria revisionista: a direção da indução socrática, nos diálogos de

juventude, caminhava dos nomes para as coisas (usamos o termo “coragem” para recobrir uma gama de instâncias particulares – deve haver *alguma coisa* em comum à todas elas). O *Crátilo* teria sido cunhado para corrigir esse equívoco e devolver a primazia da coisa sobre o nome (pp.25-26). Segunda outra leitura possível, Platão jamais teria cometido tal “equívoco”. Desde os diálogos de juventude, a nomeação sempre foi subordinada às Formas – o *Crátilo* seria uma vindicação desta crença contra ataques mal formulados (pp.27-28). Ambas as possíveis linhas de interpretação dependem, em alguma medida, de como interpretamos a passagem da *República*, Livro X, 596a.

Um resultado positivo do diálogo é que nomes podem nos informar sobre essências, *contanto que essas essências sejam conhecidas anteriormente*. Devemos nos interrogar, portanto, sobre como aprender as coisas diretamente, sem os nomes: devemos aprendê-las “umas por meio das outras, se forem de mesma natureza, e a cada uma por si mesma” (*Cratylus*, 438e). Tal projeto final fica por conta do *Teeteto* e do *Sofista*. Com isso, Guthrie tacitamente confirma uma tradição de leitura do diálogo, classificando-o como propedêutico para esses dois últimos (pp.28-29).

- [37] KAHN, Charles. “Language and Ontology in the *Cratylus*”. Em Mourelatos & Rorty (eds.). *Exegesis and Argument: Studies in Greek Philosophy Presented to Gregory Vlastos; Phronesis*, supplementary volume 1, Van Gorcum, Assen, 1973.

Está entre os artigos mais citados e discutidos na bibliografia especializada. Os principais interlocutores de Kahn neste texto são Richard Robinson (1955) e Norman Kretzmann (1971). A leitura de Kahn está na vertente da tradição analítica que encontra ecos do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein no *Crátilo* (“...Platão desenvolve uma teoria da linguagem particularmente interessante, e que guarda uma profunda semelhança com a concepção de Wittgenstein no *Tractatus*.”, p.166). Por outro lado, Charles Kahn aposta bastante em uma noção central da semiótica de Peirce:

a noção de *sign relation* (“relação símica”, é a tradução comum). Segue abaixo um resumo do artigo.

A oposição naturalismo-convencionalismo é apenas um mote para que Platão levante as duas questões que realmente lhe interessam: 1) quais são as condições mínimas que a função simbólica de qualquer língua natural deve cumprir para que ela possa comunicar algo sobre a realidade, isto é, para que a distinção entre o verdadeiro e o falso seja possível? 2) qual a relevância do estudo das palavras para o exame da natureza das coisas (do Real)? A conclusão geral do diálogo será uma tese *positiva*, posteriormente reafirmada no *Parmênides* (135b-c): o discurso filosófico e o conhecimento racional requerem objetos cognitivos estáveis e imutáveis.

Kahn inicia sua análise com uma “digressão histórica”: uma interpretação da antítese no/moj-fu/sij que atravessa o diálogo. Para ele, devemos compreender o termo no/moj sob uma ótica eleática, que remonta à Parmênides e Demócrito. O ponto central desta “perspectiva eleática da nomeação” é que, por serem produto da atividade humana com todas as suas limitações, os nomes nos apresentam um falso retrato da realidade (apenas uma do/xa), o que conduz o filósofo à conclusão de que a evidência fornecida pela linguagem é enganosa. Ao longo do diálogo, Sócrates converte o “convencionalismo” de Hermógenes em termos desta interpretação de no/moj, o que fica evidente na seção etimológica, especialmente em 401a, quando o exame caminha para a análise da do/xa humana que revela a crença na onipresença do fluxo.

Qual a razão de Platão ter introduzido a possibilidade da verdade/falsidade nominal, especialmente diante da posição tão diferente que é exposta no *Sofista*? Para Kahn a doutrina do *Crátilo* decorre de uma necessidade de reagir contra a inclinação do personagem Crátilo em negar tanto a falsidade nominal, quanto a falsidade em geral (429c-e). Diante disso, Sócrates é obrigado a resguardar a bipolaridade de modo amplo. Do ponto de vista da interpretação da verdade/falsidade nominal, Kahn se declara simpático à posição de Lorenz & Mittelstrass (1967): ela pode ser interpretada como uma relação predicativa concebida semanticamente, na qual o sujeito é um objeto extralingüístico e o predicado é um nome isolado. Com esta tese segundo a qual a verdade nominal depende de um acordo entre algo interno à linguagem (o nome) e algo externo a ela (a coisa nomeada), Platão prepara a ontologia do *Crátilo*. O fundamental aqui, é a

distinção entre nomes enquanto *configurações fonéticas particulares* (Forma do nome particular) e nomes enquanto veículos para a realização da *função sígnica* (“*sign function*”) da Linguagem (Forma do Nome em geral). Assim, a configuração fonética “Astíanax” aponta para a forma desse nome particular (designando aquele que é senhor da cidade), assim como “Heitor” aponta para uma forma particular (designando aquele que é detentor). “Heitor” e “Astíanax” são manifestações particulares de uma mesma Forma do Nome, isto é, são signos que apontam uma única e mesma Forma: rei.

Segundo Kahn, a noção de “Forma do Nome”, no *Crátilo*, é cunhado para afastar nossa atenção do plano fonético da linguagem para seu plano simbólico. Da lingüística caminhamos até a ontologia: de uma configuração fonética particular, vamos ao seu significado específico, que, por sua vez, pode ser subsumido em outro mais geral, que aponta uma Forma. As etimologias servem como testemunho do erro de permanecermos apenas no plano lingüístico. O verdadeiro confronto do diálogo se dá entre as mais diversas doutrinas do fluxo (não apenas a heraclítica) e certas marcas de concepções neo-eleáticas. A defesa sólida das Formas ocorrerá na *República* e no *Fédon*, mas o *Crátilo* já prepara o terreno, afastando outras doutrinas sobre as relações entre linguagem e ontologia que eram tidas como as principais rivais das teses platônicas.

- [38] KAHN, Charles. “Les mots et les formes dans le *Cratyle* de Platon.”. Em *Philosophie du Langage et Grammaire dans l’Antiquité*. Grenoble: Université des Sciences Sociales de Grenoble, Cahiers de Philosophie Ancienne, no.5, 1986.

Para Charles Kahn, o *Crátilo* figura entre os diálogos da fase intermediária de Platão, sendo contemporâneo ao *Banquete*, *Fédon* e *República*. Tal localização é suficiente para supormos que nele não encontraremos uma etapa da Teoria das Formas muito diferente da que encontramos nesses outros diálogos. As Formas aparecem por duas vezes no texto: logo no início e nas páginas finais. O *Crátilo* foi composto de modo simétrico e sua estrutura literária apresenta a doutrina das Formas como o quadro filosófico no interior do qual serão tratados certos problemas de linguagem. Kahn deseja examinar 3 teses do texto, sendo que o enfoque primordial é a segunda delas:

I) Uma tese negativa: o estudo das palavras é impotente para nos ensinar o que quer que seja à respeito da realidade das coisas – a moral do diálogo é que devemos

abandonar a lingüística em favor da dialética. Sintomático disso é a seção etimológica do diálogo, onde Platão se diverte empregando livremente sua “imaginação lingüística”, para “provocar” e “tapear” seu leitor com o “método arbitrário e quimérico” das etimologias, “este exercício totalmente vão”. Mas são quatro as razões que produzem esta tese negativa, duas razões de ordem filosófica, duas de ordem histórico-literárias:

1) Platão não chegou a elaborar uma distinção clara e sistemáticas entre o *uso* (“l’emploi”) do nome e sua *imposição* ou *atribuição* (“l’imposition”) a uma coisa.

2) “Ainda mais grave” é a ausência no *Crátilo* de qualquer distinção entre sentido e referências, entre *Sinn* e *Bedeutung*, entre a função denotativa e a função descritiva das palavras. “É provável que nenhum filósofo antes de Frege tenha sido inteiramente lúcido sobre esse ponto: e foi Platão quem avançou os primeiros passos, no *Sofista*, mediante a distinção entre *onoma* e *rhema*” (p.96).

3) Platão foi formado pela “doutrina eleática da palavra”, que remonta a Parmênides e que prega que todas as palavras são produto da convenção e costume entre os homens e que exprimem, portanto, uma visão essencialmente falsa da realidade. O leitor contemporâneo à Platão, mais familiarizado com essa doutrina, seria mais sensível para perceber a intenção irônica das etimologias.

4) Tal ironia fica ainda mais realçada diante do *Papiro de Derveni*, testemunho de uma prática de teosofia alegórica contra a qual escrevia Platão.

II) Uma tese *positiva*: a função da linguagem como portadora da verdade pressupõe uma “Forma do nome”. O que há de comum entre as teses de Crátilo e de Hermógenes é que as duas posições tornam inexplicável a distinção entre *logos* verdadeiro e *logos* falso. Assim, o grande problema filosófico do *Crátilo* é essencialmente o mesmo do *Sofista*, mas Platão ainda não estava apto a elaborar a solução satisfatória da noção do “entrelaçamento das Formas” (sumplokh\ tw~n ei}dw~n), embora, em alguma medida chega a antecipar tal caminho através da doutrina da “forma dos nomes”. Platão supõe que existe uma “Forma do Nome” em geral (definida pela função essencial de todo e qualquer ato de nomear, seja em qual língua for) e uma “Forma de cada nome”, tomado especificamente. Assim, a correção dos nomes é pensada no quadro da relação entre as Formas: a “Forma do nome” (de cada nome particular em cada língua) dependerá da relação entre a “Forma do Nome” e a Forma da coisa em questão.

III) Uma tese *problemática*: a hipótese de uma linguagem ideal, uma *linguagem filosófica* que apresenta, em sua própria estrutura, um espelho perfeito da realidade. Tal projeto será levado à cabo por Frege, no *Begriffsschrift* e por Wittgenstein, no *Tractatus*. Para Platão, tal projeto não é possível e tem apenas a importância epistemológica de reforçar a tese negativa.

- [39] KIRK, G.S. “The Problem of *Cratylus*”, *American Journal of Philosophy*, LXXII, 1951, pp.225-253.

Selecionei um grupo de artigos que tem como objetivo refletir a respeito da relação entre Platão, Crátilo e as doutrinas de Heráclito. Além do artigo de Kirk, sugiro a leitura de T.H.Irwin (1977) e Barbara Cassin (1987) e, *contra* Kirk, D.J.Allan (1954).

Geoffrey Kirk aponta que todas as informações que chegaram até nós sobre o caráter e as posições filosóficas do Crátilo histórico dependem, em última instância, de dois autores: Platão (no *Crátilo*) e Aristóteles (*Metaphysica*, A, 6, 987a32-b1; G, 1010a12-15 e *Rhetorica*, G, 16, 1417b1-2). Somos impelidos a comparar essas fontes e nos perguntar se existe algum modo de conciliar o retrato platônico ao retrato aristotélico. Para Kirk, a marca distintiva do “Crátilo de Platão” é a tese do naturalismo nominal; enquanto que o “Crátilo de Aristóteles” se sobressai por seu heraclitismo radical. Mas o problema é que essas posições não podem ser simultaneamente defendidas. A tese da nomeação natural demanda uma relação nome-coisa estável e permanente; e tal posição não é compatível com a crença num fluxo perpétuo de todas as coisas. Há uma “inconsistência lógica”, ou uma verdadeira “ilogicidade”, em sustentar ambas as posições ao mesmo tempo. Platão estaria perfeitamente consciente disto. Seu Crátilo não é, inicialmente, um heraclitiano, mas é levado a simpatizar com as doutrinas do fluxo por meio das etimologias de Sócrates, que oferecem uma imagem consistente de um mundo em perpétua alteração. Ao final do diálogo, Sócrates denuncia o equívoco lógico que Crátilo foi levado a abraçar. Kirk sustenta sua tese mediante uma tradução das passagens 440c-d e 440d-e que, segundo ele, fogem da “leitura ortodoxa do *Crátilo*”. Para a leitura dita “ortodoxa”, em 440c-d, o recado de Sócrates é simplesmente “não confiar por demais nas palavras”, pois elas revelam uma falsa

imagem de um mundo submetido ao fluxo; enquanto que, para Kirk, o que está sendo efetivamente condenado é a crença no fluxo como simultânea à crença na predisposição natural dos nomes.

Ou seja, são três os objetivos centrais de Kirk em seu artigo. Em primeiro lugar, mostrar que Platão estava consciente da impossibilidade de um defensor da nomeação natural ser simultaneamente um heraclítico. Tal resultado é significativo para os estudos sobre o *Crátilo* que recorrentemente se perguntam sobre a relação entre a tese lingüística de Crátilo e sua contraparte ontológica. Em segundo lugar, Kirk acredita ter demonstrado que o Crátilo de Platão não é *fundamentalmente* um heraclítico, mas um heraclítico “de ocasião”. Em terceiro lugar, caso concordemos com Kirk, somos obrigados a constatar uma assimetria entre o relato platônico e o relato aristotélico do Crátilo histórico: o “Crátilo de Platão” e o “Crátilo de Aristóteles” não podem ser idênticos. Por fim, para explicar tal assimetria, Kirk chega a sugerir, com extrema cautela e alguma reticência, que Aristóteles pode ter construído sua imagem do Crátilo por meio de uma interpretação errônea do *Crátilo*.

- [41] LORENZ, K & MITTELSTRASS, J. “On Rational Philosophy of Language: the Program in Plato’s *Cratylus* Reconsidered”. Em *Mind*, 76, 1967, pp.1-20.

Este trabalho desenvolve idéias defendidas em um artigo anterior dos mesmos autores, que lidava com problemas específicos do *Sofista*: “Theaitetos fliegt”, *Archiv für Geschichte der Philosophie*, vol.48, 1966. A tese que os une é: tanto o *Crátilo* quanto o *Sofista* estão engajados num mesmo projeto de racionalização da linguagem, o primeiro busca estabelecer como nomes *revelam* seus conteúdos semânticos; o segundo, como sentenças *revelam* seus conteúdos sintáticos.

O texto sobre o *Crátilo* se divide em três partes:

Parte I:

Lorenz & Mittelstrass mostram que a Filosofia da Linguagem vive num impasse artificial entre uma posição *realista*, que postula a existência de entidades extra-

lingüísticas que são designadas pelas palavras; e uma posição *nominalista*, que prega que é a linguagem que projeta sua estrutura própria sobre uma realidade desprovida de distinções. Ambas as posições são radicais e limitantes. O *Crátilo* é um dos documentos fundacionais desta tradição e, ao mesmo tempo, oferece meios para contornar esta oposição.

Parte II:

O antagonismo tradicional entre realismo e nominalismo nada mais é do que uma variação da oposição entre o naturalismo e o convencionalismo do *Crátilo*.

Os autores pretendem oferecer uma interpretação do diálogo como “um programa racional para uma filosofia da linguagem” (p.4). Tal programa teria na sua base a subsunção da “enunciação” e da “nomeação” à classe das “ações”, que, por sua vez, podem ser julgadas como “adequadas” ou “inadequadas”, uma distinção que nada mais é do que uma especialização da disjunção entre o racional (fro/nhsij) e o irracional (a}frosu/nh). Assim, Platão estaria bastante afinado à dimensão *pragmática* da linguagem (p.8).

O que enunciados e nomes fazem é “revelar” conteúdos (*Sofista*, 262a-e; *Crátilo*, 422d). Sentenças como “Teeteto aprende”, na verdade, devem ser tomadas como uma sentença primitiva SP (“*homem* aprende”) para a metavariável t (“Teeteto”), que é fornecida contextualmente. Assim, a sentença,

SP | t (“Homem aprende”, para a metavariável “Teeteto”) pode ser analiticamente reduzida a: $t \text{ e } S \cap t \text{ e } P$

No caso de sentenças falsas, a segunda parte (t e P) é incorreta, mas a primeira parte (t e S) deve ser verdadeira *ex definitione*, pois toda sentença revela algo sobre algum sujeito (*Sofista*, 262e) (p.6). Sentenças necessariamente revelam conteúdos sintáticos: S é necessariamente uma *verdadeira parte* de SP. Já a *correção dos nomes* depende da correção das sentenças elementares associadas (t e S), isto é, depende dessas sentenças elementares revelarem corretamente que “o indivíduo com o nome próprio t é recoberto pelo conceito representado por S” (p.10). Os “nomes” do *Crátilo* são, na

verdade, *predicados*! A tentativa de Platão em reduzir analiticamente tais predicados até chegar em predicados básicos irreduzíveis representa a primeira página na história de uma *ars combinatoria* que fundamenta o que pode ser considerado o programa do atomismo lógico (p.9). As etimologias, embora certamente irônicas (p.10) servem apenas como exemplo do tipo geral de procedimento a ser adotado, uma vez que este programa for aceito. Seu traço fundamental é postular que a análise lingüística dos nomes deve começar por nomes primitivos que precisam ser estabelecidos como corretos, independentemente da linguagem; caso contrário um *regressus in infinitum* contaminaria a racionalidade do modelo.

Parte III:

Nesta terceira parte, Lorenz & Mittelstrass defendem que Platão, no *Crátilo*, estava esboçando uma teoria *prescritiva* da linguagem, um projeto de reconstrução racional da linguagem tradicional para além da oposição naturalismo/convencionalismo. Nas pp.13-20 eles procuram formalizar os traços gerais desta linguagem reformada.

- [43] LUCE, J.V. “The Theory of Ideas in the *Cratylus*.” Em *Phronesis*, X, 1965, pp.21-36.

Seção I (pp.21-22). J.V.Luce acredita que o *Crátilo* seja anterior ao *Fédon* e *República*. Uma evidência disso seria o estatuto da doutrina das Formas no diálogo. Uma marca das Formas do *Fédon* e *República* é o fato delas serem “separadas” (χωρισμο/ς), que é, segundo Aristóteles, o traço distintivo entre as filosofias de Sócrates e Platão. No *Crátilo* a doutrina das Formas encontra-se ainda em um estágio de evolução, embora exista grande proximidade terminológica entre *Crátilo*, 389a5-390e4 e *República*, 596b; e *Crátilo*, 439b10-440e7 e *Fédon*, 65d. Luce pretende focar sua atenção nessas duas passagens do *Crátilo*, geralmente tidas como as passagens do diálogo nas quais surge a doutrina das Idéias.

Seção II (pp.22-24). É evidente que há uma larga controversa acadêmica sobre a existência ou não, em Platão, de Formas de artefatos humanos. Independentemente dessa discussão, haveria um paralelismo entre *República*, 596b-597d e *Crátilo*, 389a-

390e: as ideias de “Cama” e “Mesa” na *República* são comparáveis ao *eidōs* de “lançadeira” do *Crátilo*. Mas, segundo Luce, uma comparação cuidadosa entre as duas passagens revela que as semelhanças são superficiais. A doutrina do *Crátilo* é mais vaga e menos completa, o que indicaria que a *República* é um texto posterior, com uma doutrina bem mais desenvolvida.

Seção III (pp.24-28): Em *Crátilo*, 439b10-440e7, encontramos a conhecida fórmula $\alpha\theta\lambda\omicron\tau\omicron X$ (“o Bem em si”; “o Belo em si”). “ $\alpha\theta\lambda\omicron\tau\omicron X$ é o correlato natural e necessário de $\gamma\nu\omega\sim\sigma\iota\eta$ ”, declara Luce (p.24). O contexto no qual a expressão aparece no *Crátilo* é de natureza epistemológica: a necessidade da estabilidade do objeto de conhecimento. É apenas nessa medida que as Formas são aludidas. Ainda mais, Sócrates menciona a fórmula como algo sobre o qual ele “sonha muitas vezes” (439c7). Os sonhos socráticos, no mais das vezes, indicam a familiar distinção entre *doxa* e *epistēmē*. Conclusão: a passagem indica apenas uma intuição das Formas, mas não as postula rigorosamente.

Seção IV (pp.28-36): *Cwrismo/j* é, segundo J.V.Luce, a principal marca da doutrina madura das Idéias ou Formas (p.28), conforme apresentada no *Fédon*. Não encontramos nenhum indício de *cwrismo/j* no *Crátilo*. Para Luce, Aristóteles oferece a melhor explicação da síntese que Platão realiza entre Sócrates e Crátilo. As posições opostas (estabilidade x fluxo) valem para dimensões ontológicas distintas: mundo sensível (Flux Perpétuo), mundo inteligível (Formas Estáveis). A composição do *Crátilo* talvez tenha revelado a Platão a urgência de uma separação ontológica radical entre $\alpha\iota\sigma\eta\tau\alpha$ e $\nu\omicron\eta\tau\alpha$; e é justamente essa distinção a base essencial para *cwrismo/j*. Mas o *Crátilo* ainda não realiza esse passo fundamental.

[44] LUCE, J.V. “Plato on Truth and Falsity in Names”. Em *Classical Quarterly*, New Series, vol.19, no.2, novembro de 1969, pp.222-232.

Para compreender este texto de J.V.Luce é interessante estar familiarizado com os artigos de Richard Robinson (1956) e Lorenz & Mittelstrass (1967). Afinal, a conclusão de Luce será a de que os nomes do *Crátilo* funcionam no formato proposto

por Lorenz & Mittelstrass, embora o autor considere exageradamente sofisticada a noção de proposição que eles atribuíram a Platão. O artigo está dividido em 4 seções.

Seção I (pp.222-223): Expõe brevemente as posições de Robinson e Lorenz & Mittelstrass.

Seção II (pp.223-227): O verbo *le/gein* no grego recobre tanto a acepção “significar” (“querer dizer”; *mean*, no inglês), quanto “dizer”; assim, o conceito “dizer um nome” (o!noma *le/gein*; *stating a name*) implica na aplicação de um som a uma coisa, de um modo significativo. Tal relação seria suficiente para se pensar em “nomes verdadeiros” e “nomes falsos”. Isso não quer dizer que Platão defendia que nomes adquirem valores de verdade *in vacuo*, mas também não quer dizer que nomes *somente* adquirem bipolaridade enquanto partes de um *logos* constituído por sujeito-predicado: nomes, para serem verdadeiros ou falsos, precisam ser *enunciados* (*le/gesqai*), isto é, precisam ser usados para indicar algum objeto. É axiomático para Platão que nomes operam numa relação com a coisa nomeada. Nomes são predicados, comprimidos ou abreviados, que descrevem e revelam a essência (ei#doj ou ou}si/a) da coisa nomeada. O juízo da correção ou incorreção dependerá da aplicação do instrumento (o!ranon) apropriado ou, para usar a outra metáfora ou definição de nome do *Crátilo*, da reta representação (mi/mhma). De qualquer forma, esta concepção da nomeação atravessa o diálogo sem sofrer alterações.

Seção III (pp.227-231): J.V.Luce argumenta que esta concepção do nome operando como um predicado não é singular ao *Crátilo*. A mesma concepção aparece em diálogos anteriores (*Protágoras*, 311e; *Apologia*, 23a e *Fédro*, 278d), bem como em diálogos tardios (*Filebo*, 12b e 18b-d). O mais impressionante é encontrarmos no *Sofista* a idéia de que “nomes revelam essências” (peri\ th\ n ou}si/an dhlw/mata, *Sofista*, 261e). O termo *dh/lwma* aparece três vezes (sic.) no *Crátilo* e indica o modo próprio dos nomes de se prestarem a ser verdadeiros ou falsos. Que a seção 261d-263d do *Sofista* atribui funções específicas ao o!noma e ao r{h~~ma, indica apenas as intenções específicas de Platão nessa passagem. Prova disso é que no *Político*, 265c, temos

evidências de que Platão nunca reconheceu na prática uma distinção absoluta entre lo/goj e o!noma.

Seção IV (pp.231-232): J.V.Luce conclui que a concepção da verdade e da falsidade nominal do *Crátilo* não é nenhuma aberração no platonismo.

[45] MACKENZIE, Mary Margaret [= Mary Margaret McCabe]. “Putting the *Cratylus* in its place”. Em *Classical Quarterly*, vol.36 (i), 1986, pp.124-150.

Trata-se de um artigo composto com engenho, cuidado e que oferece uma inteligente alternativa às leituras “ortodoxas” do *Crátilo*. Mackenzie propõe uma leitura contraposta àquela de Charles Kahn (1973). A interpretação de Mackenzie toma Platão como “o filósofo dos impasses”: o platonismo seria marcado por um uso, cada vez mais acirrado de impasses filosóficos e paradoxos lógicos, que atingem seu ponto culminantes nos chamados “diálogos críticos”.

Para Mackenzie o *Cratylus* caminha por meio de uma poderosa estrutura aporética. Ele está organizado em torno de três paradoxos, aos quais correspondem, um a um, uma pergunta metafísica:

Paradoxo 1: “ ‘Hermógenes’ não é o nome de Hermógenes.” => *O que é um Nome?*

Paradoxo 2: “O Falso não pode ser dito” => *O que é a Verdade?*

Paradoxo 3: “Nomes ensinam, mas como?” => *O Conhecimento é possível?*

O diálogo poderia ser dividido em duas partes: uma que trata da nomeação e a outra que trata da realidade. Na primeira parte, “realismo” (o naturalismo de Crátilo) e “relativismo” (o convencionalismo representado por Hermógenes) são postos em confronto direto, enquanto constituindo duas alternativas para a solução do paradoxo do nome de Hermógenes: o que autoriza a formulação da bizarra construção “ ‘Hermógenes’ não é o nome de Hermógenes” ? É inevitável que esse impasse seja reduzido à questão da definição da falsidade, já que tanto Hermógenes quanto Crátilo estão unidos em abraçar o postulado “*todos os nomes estão corretos!*” (ou seja, *negam* a existência de nomes falsos). Argumentos são formulados, tanto contra a teoria

relativista da falsidade, quanto contra a teoria realista, preservando o impasse (elas se cancelam mutuamente). A única saída não é a confecção de alguma *terceira* teoria da nomeação, mas sim um voltar-se para o “nomeado”, isto é, para as coisas. Passamos do plano lingüístico para o plano ontológico.

Aqui um novo par de alternativas exaustivas e exclusivas estão à espreita: Formas Imóveis ou Fluxo Perpétuo. Assim como as duas teorias opostas da nomeação implicavam num absurdo – a impossibilidade de se dizer o falso; as duas alternativas ontológicas implicarão em outro contra-senso, a saber, a impossibilidade do conhecimento. Afinal, do ponto de vista heraclítico, o conhecimento de algo em perpétuo fluxo demanda, logicamente, que esse conhecimento também esteja em fluxo. Obtemos, assim, um absurdo: um conhecimento que seja, ao mesmo tempo, conhecimento de *x* e não-conhecimento do mesmo *x*. Por sua vez, do ponto de vista das Formas, Mackenzie argumenta que há um postulado platônico que estipula que as Formas sofrem mudanças reais, e não meras “mudanças de Cambridge”, ao serem conhecidas. Logo, *ou* há um conhecimento absoluto das Formas *ou* a total ausência de conhecimento delas. É logicamente inaceitável um “vir a conhecer” das Formas, o que revela um crescente resguardo e ceticismo de Platão com relação à solidez da doutrina filosófica construída pelos diálogos da chamada “fase intermediária”. Conclusão: o diálogo termina numa retumbante *aporia*.

Mary M. Mackenzie insiste que os temas e argumentos do *Crátilo* o colocam na fase tardia de Platão, ao lado de diálogos como *Teeteto*, *Sofista* e *Filebo*. O *Crátilo* é um diálogo da chamada “fase crítica” e é testemunho de uma desconfiança de Platão quanto às Formas.

Mary Margaret Mackenzie continua a publicar trabalhos de Filosofia Antiga, especialmente sobre Platão, sob o nome de Mary Margaret McCabe. Atualmente é professora do King’s College de Londres.

- [47] RIJLAARSDAM, J.C. *Platon über die Sprache: ein Kommentar zum Kratylus*. Utrecht: 1978.

Resenhas deste livro podem ser encontradas nos seguintes periódicos:

(1) *The Classical Review*, New Series, vol.30, no.1, 1980 (resenha de Justin Gosling).

(2) *Journal of Hellenic Studies*, vol.101, 1981, pp.155-156 (resenha de G.B.Kerferd).

- [48] ROBINSON, Richard. "The Theory of Names in Plato's *Cratylus*". Em *Revue Internationale de Philosophie*, vol.9, 1955, pp.221-236. Este artigo foi republicado na coletânea de ensaios de Richard Robinson, *Essays in Greek Philosophy*. Oxford, 1969, pp.118-138. Eu cito a primeira edição do artigo.

Arrisco dizer que, apesar de ter dedicado dois longos artigos clássicos ao diálogo, Richard Robinson é o intérprete que mais insiste em denunciar, sem qualquer inibição, o que ele entende por ser as principais "fraquezas" ou até mesmo "erros" do *Crátilo*. Ele parece relutar em aceitar que Platão tenha redigido tal texto e sua leitura é marcada por uma aguda sincronia: as teses do *Crátilo* são diretamente repudiadas, sem qualquer consideração histórica, no artigo de 1956, como se as teses do diálogo estivessem disponíveis *in natura* à nossa avaliação contemporânea (distinguindo as teses "boas" das teses "ruins"); e Robinson trata interpretações de períodos muito distintos (e.g. Proclo e Leky – artigo de 1955, p.230; Peter Strawson, Platão e Aristóteles, no artigo de 1956) como logicamente equiparáveis. Tendo dito isso, os dois artigos de Richard Robinson estão entre os mais mencionados nas bibliografias especializadas e são de leitura obrigatória ao estudioso do diálogo.

O objetivo desse primeiro artigo de 1955 é demarcar certas notas que caracterizam a discussão sobre os nomes tal qual ela aparece no diálogo. Podemos sugerir a seguinte divisão ao texto de Robinson, de acordo com seus movimentos argumentativos:

(A) (pp.221-224). Robinson começa por assinalar aspectos semânticos do termo grego *onoma*, que recobre um campo mais vasto do que o termo inglês “*name*” ou o equivalente português “*nome*” e contém os seguintes significados: nome próprio, nome (termo geral), palavra, substantivo, sujeito (da predicação). Uma vez que seu artigo é sobre “a teoria dos nomes” do *Crátilo*, é compreensível tal passo inicial.

(B) (pp.224-226). O *Crátilo* não deve ser considerado um diálogo sobre a *origem* dos nomes, como chegou a defender A.E.Taylor, sendo exclusivamente sobre a *correção dos nomes*.

(C) (pp.227-229). Robinson examina algumas marcas das teorias da nomeação que estão em jogo. Em tom cético, Robinson apresenta três proposições sobre do convencionalismo nominal que são tratadas como equivalentes: 1) um nome é correto sempre que for estabelecido *por convenção e acordo* (*Cratylus*, 384d1); 2) um nome é correto sempre que for estabelecido por *uma imposição individual* (*Cratylus*, 384d2); 3) um nome é correto sempre que for estabelecido pela *norma e pelo hábito* (*Cratylus*, 384d8). Robinson é pouco hábil em esconder sua antipatia pela suposta “equivalência” entre tais proposições: de 384d1 até d8 Hermógenes passa de uma para a outra “como se elas estivessem expressando a mesma teoria de três modos distintos” (p.229).

(D) (pp.230-236). Em seguida, Richard Robinson lista 4 teorias que seriam recorrentemente e *erroneamente* interpretadas como instâncias ou conseqüências da teoria da nomeação natural:

(d1) (pp.230-231). A oposição que atravessa o diálogo (naturalismo x convencionalismo) *não* pode ser considerada como equivalente à oposição *fu/sij-qe/sij*, que foi consagrada por um número razoável de autores antigos. Muitos comentadores do *Crátilo* – de Proclo (século V d.C.) à M. Lecky (século XX d.C.) – “erraram” (p.230) ao localizar tal oposição no diálogo. O “erro” poderia ser decorrente da leitura de Epicuro e Demócrito, que tecem certas considerações sobre a relação entre *fu/sij* e *qe/sij*. Essa relação está ausente das páginas do *Crátilo*.

(d2) (pp.231-234). Robinson nos brinda com uma contribuição rara dentre os estudos dedicados ao diálogo: um combate à noção de que o *Crátilo* tenha qualquer vínculo com a notória oposição *no/moj* x *fu/sij* (pp.231-234). Para Robinson, “natureza

e norma estão do mesmo lado no diálogo: [é] a norma que fornece o nome natural das coisas (388d12)” (p.231). O principal indício para essa conclusão é a figura “mítica” (p.225) do *nomote/thj*, que fabrica os nomes em acordo com a natureza das coisas nomeadas. Além disso, as outras ocorrências da palavra *no/moj* no diálogo (384d, 388d, 400e, 401b, 417e, 429b, são as passagens levantadas por Robinson), ou estão gravitando num campo semântico distante do relevante (é o caso de 401b e 417e), ou não opõe o termo nitidamente à *fu/sij*. A única exceção seria 384d, mas até mesmo nessa passagem o peso de *no/moj* é enfraquecido mediante o emprego de uma série de outros termos. Na literatura grega, a oposição *no/moj-fu/sij* é utilizada para distinguir o real (em si mesmo) da crença ou da opinião dos homens a respeito do real. Essa seria uma formulação quase abstrata do problema, que assume instâncias mais concretas no domínio jurídico-moral (as leis e os costumes vigentes reproduzem ou não reproduzem as normas naturais?) e no domínio cognitivo (aquilo que é e/ou existe por si mesmo *versus* aquilo que é e/ou existe através dos pensamentos e percepções dos homens). Platão utiliza os termos *no/moj-fu/sij* em alusão ao âmbito legal e moral em outros diálogos (*Górgias*, *passim*; *Leis*, 889e-892c; *Protágoras*, 337 e *República*, 358-359). No *Crátilo* temos, na melhor das hipóteses, uma variação da questão cognitiva, na medida em que a correção natural dos nomes independe da vontade humana.

(d3) (p.235). A teoria da correção natural *não implica* que para cada coisa exista *um único* nome correto. Robinson batiza isso de *a doutrina da indiferença das sílabas*, ou seja, o fato de diferentes combinações de sílabas poderem designar uma mesma essência (“Astíanax” e “Heitor” designam corretamente “o rei da cidade”). Tal doutrina estaria apresentada em *Crátilo*, 389d-390a e 393a-394. “[tal doutrina] parece converter o nome num fantasma que pode assumir qualquer forma”; “Eu [i.e. Richard Robinson] tenho dificuldade em aceitar que Platão tenha considerado relevante chamar a atenção para tamanho absurdo”.

(d4) (p.236). Por fim, Robinson argumenta que a teoria da nomeação natural não implica que seja possível conhecermos as coisas mediante seus nomes. A parte final do diálogo, “a parte mais séria” do texto, demonstra a impossibilidade de tal ambição.

- [49] ROBINSON, Richard. “A Criticism of Plato’s *Cratylus*”, *The Philosophical Review*, vol.65, no. 3, julho de 1956, pp.324-341. Este artigo foi republicado na coletânea de ensaios de Richar Robinson, *Essays in Greek Philosophy*. Oxford, 1969, pp.100-117. Eu cito a primeira edição do artigo.

É um dos textos mais citados e debatidos em toda a bibliografia especializada. O artigo é dividido em duas partes: na primeira parte (pp.324-330), Robinson investiga se Platão acreditava ou não na teoria da nomeação natural e conclui pela negativa; na segunda parte (pp.330-341), o autor elabora uma “crítica” do *Crátilo*, expondo seus “equívocos” filosóficos.

Primeira parte:

A pergunta é: Platão poderia ter realmente acreditado em alguma teoria da nomeação natural? Para responder, é preciso apartar as inclinações ou “sentimentos” (“*feelings*”) de Platão de suas efetivas convicções (“*views*”). Em algumas passagens de certos diálogos (*Fédro*, 244d; *República*, 387b; *Filebo*, 12c), Platão expressa um sentimento de reverência aos nomes que poderia sugerir uma inclinação em favor de algo que poderia ser vagamente chamado de “naturalismo lingüístico”. Ocorre que, ao mesmo tempo, há passagens notáveis que sugerem uma “desconfiança com relação aos nomes” (*República*, 454a; *Teeteto*, 177d-e e 184c; *Sofista*, 218c; *Político*, 261e). A noção de uma “correção natural dos nomes” aparece única e exclusivamente no *Crátilo*, enquanto que a tese convencionalista é defendida na *Carta VII* e é adotada pelo maior discípulo de Platão: Aristóteles, no *De Interpretatione*. A conclusão de Richard Robinson é: as evidências sugerem que, mesmo que Platão tenha contemplado o naturalismo em algum momento de sua vida, ele gradualmente progrediu em direção à tese contrária. Tal movimento já poderia ser antecipado no *Crátilo*: os argumentos em favor da nomeação natural são “fracos ou ruins”, os argumentos em favor do convencionalismo são “incontestáveis” (p.330).

Embora Robinson não tenha realizado uma análise minuciosa desses argumentos “fracos ou ruins” em favor do naturalismo lingüístico (apenas as páginas 328-329 são dedicadas a isso!), sua denúncia de que o notoriamente polêmico argumento em 385b2-d1 constituiria uma “falácia da divisão” (p.328 e pp.335-336) acabou gerando grande

debate entre os comentadores: Charles Kahn (1973, pp.159-161), Lorenz & Mittelstrass (1967, p.6) e J.V. Luce (1965, *passim*.) contestaram a posição de Robinson.

Segunda Parte:

A maior parte do artigo de Robinson não é dedicada a uma análise interpretativa do *Crátilo*, mas sim à construção de uma “crítica” direta às teses que nele aparecem, buscando, sem modéstia, “uma versão melhor da correção dos nomes” (p.332). Essa crítica encontra sua inspiração filosófica e seu fundamento no clássico artigo “On Referring” de Peter Strawson (*Mind*, LIX, 1950 e republicado em várias coletâneas), bem como no livro *Definition* (Oxford, 1950) do próprio Robinson.

A noção de uma correção natural dos nomes expressa nada menos do que o anseio humano de se tomar por um ser racional; assim, o naturalismo linguístico do *Crátilo* pode ser visto como parte daquilo que poderíamos chamar de “racionalismo grego” (p.331), isto é, a esperança de que as ações humanas são controladas pela razão: “Nunca mais poderemos acreditar na razão com a mesma confiança que os filósofos gregos. Mas ainda tentamos esconder de nós mesmos o elemento acidental próprio da linguagem de forma tão patética quanto os personagens do *Crátilo* de Platão” (p.331).

O grande erro do *Crátilo* é não distinguir a função e o propósito dos nomes como algo distinto da função e do propósito das proposições. Ao tomar o nome como sendo “um pequeno enunciado” (“*little statement*”, p.335) Platão confere ao nome a mesma função *descritiva* das proposições. Mas, na verdade, a função do nome é apenas *referencial*: nomes *nomeiam* seus nomeados, isto é, se *referem* a eles, mas não os descrevem. O papel descritivo e assertivo pertence unicamente às proposições.

Platão parte da premissa que nomes são instrumentos cujo propósito são a comunicação humana e a distinção dos objetos do mundo. Tal afirmação é um equívoco decorrente de uma falácia da divisão. Seria igualmente equivocado dizer que um carburador é um instrumento cujo propósito é a locomoção humana. É o *carro* que tem como propósito a locomoção humana, embora seja verdade que o carburador seja parte do carro; mas o propósito do carburador não é o mesmo que o propósito do carro. De forma análoga, é a *proposição* que tem como propósito a comunicação humana e a

distinção dos objetos do mundo. Embora os nomes sejam parte da proposição, não é verdade que o *propósito* dos nomes seja o mesmo que o *propósito* das proposições (pp.335-336).

- [50] ROSS, David. “The date of Plato’s *Cratylus*”. Em *Revue Internationale de Philosophie*, volume 9, 1955, pp.187-196.

Ross inicia seu artigo destacando as correntes dominantes a respeito da datação do *Crátilo*:

(1) A grande maioria dos pesquisadores suspeita que o diálogo tenha sido redigido por volta de 390 a.C.. Uma importante evidência para essa teoria provém dos estudos filológicos de Hans von Arnim.

(2) Werner Jaeger e M. Warburg estão à frente entre aqueles que defendem uma data tardia para a redação do *Crátilo*, por volta de 380-370 a.C..

A primeira metade do artigo de Sir David Ross (pp.187-191) tece uma reflexão sobre as conclusões obtidas por von Arnim. O professor von Arnim fez um levantamento estatístico das expressões de asserção e concordância de Platão – *naí*, *pa/nu ge*, *pa/nu me\n ou#n* – para levantar hipóteses no que diz respeito à ordem de composição dos diálogos. O uso de tais métodos estatísticos e filológicos aponta que o *Crátilo* teria sido escrito próximo dos diálogos (listados em ordem de proximidade): *Mênon*, *Fédon*, *Lísis*, *República III*, *Górgias*, *República II*, *Crítion*, *Hípias Maior*, *Laques*. A conclusão geral é a de que o *Crátilo* foi redigido, provavelmente, logo após o primeiro livro da *República*, em 388 a.C..

A segunda metade do artigo (pp.191-196), confronta as especulações levantadas por aqueles que defendem um *Crátilo* tardio. Werner Jaeger postulou sua conclusão com base na coincidência entre o vocabulário das atividades mentais do *Crátilo* (411d4-412b8) e do *Filebo* (19d4-5). Ocorre que apenas 3 termos são comuns às duas listas. Ainda mais, a lista do *Crátilo* não tem qualquer pretensão de estabelecimento de um

vocabulário técnico, trata-se apenas de um levantamento randômico da terminologia grega usual das qualidades mentais. Assim, as listas não seriam comparáveis.

David Ross aplaude as críticas de M. Warburg às opções metodológicas de von Arnim, mas considera inaceitável a principal tese de Warburg em defesa de uma data tardia: o “Crátilo” do diálogo não seria o mesmo “Crátilo” citado por Aristóteles, mas sim um personagem que teria vivido 50 anos depois, a saber, Heraclides Pôntico. Diógenes Laércio fornece anedotas de que Heraclides teria sido discípulo de Platão e Aristóteles e ainda teria defendido posições heraclíticas (*De vita et moribus philosophorum*, V, 86 e 88). Warburg acrescenta evidências de que ele teria praticado a arte etimológica. David Ross contesta esta hipótese mediante três argumentos: 1) não há qualquer evidência de que o “Crátilo” do diálogo platônico fosse, simultaneamente, um defensor de Heráclito e alguém afeito às etimologias – é Sócrates quem propõe todas as etimologias; 2) por outro lado, uma vez que tão pouco sabemos do Crátilo histórico, não há também evidências de que ele *não fosse* propagador do paradigma heraclítico *e também* um especialista em análise etimológica; 3) Platão nunca disfarçou o nome de uma personagem histórica. Ou seja, Ross argumenta que não há razão para não supormos que o Crátilo histórico preencha os requisitos do “Crátilo” retratado no diálogo – não haveria razão para o esforço descomunal de Warburg por identificar “o verdadeiro ‘Crátilo’”.

A conclusão de Ross é conservadora: o *Crátilo* deve ter sido composto por volta de 388 a.C.

Este artigo foi criticado por G. S. Kirk (1951) e por Harold F. Cherniss (1955).

- [52] SCHOFIELD, Malcolm. “A Displacement in the text of the *Cratylus*”. Em *The Classical Quarterly*, New Series, vol.22, no.2, novembro, 1972, pp.246-253.

O objetivo deste artigo é argumentar que o trecho do *Crátilo* 385b2-d1 (sobre a possibilidade do discurso falso) não está corretamente localizado nos MSS e deveria ser deslocado para entre as linhas 387c5 e 387c6. A importância desta sugestão de Schofield pode ser constatada pelo fato da nova edição Oxford (OCT2, bibliografia item

3) ter sinalizado-a em seu aparato crítico e até ter colocado o trecho sob escrutínio entre colchetes (embora mantendo seu posicionamento convencional). Reeve (item 9) é o único dentre os tradutores recentes (que eu conheço) a ter abraçado o deslocamento. No meu entender, por mais persuasiva que seja a tese de Schofield, o ônus da prova é inevitavelmente excessivo para ele. Em primeiro lugar, as três famílias de manuscritos (**b**, **d** e T) nas quais as edições do diálogo estão baseadas reproduzem a passagem em seu local original - não há um único caso de divergência entre os manuscritos, ou problemas textuais significativos na passagem. Em segundo lugar, Schofield invoca a autoridade de Proclo de maneira pouquíssimo convincente: a passagem 385b2-d1 é problemática, uma vez que Proclo nada menciona à respeito dela, haveria um *argumentum ex silentio*, para supôr que ele houvesse tido acesso à uma edição do diálogo na qual a filipeta 385b2-d1 estivesse em outro local.

Malcolm Schofield é também autor de outro artigo sobre o diálogo: “The dénouement of the *Cratylus*”, publicado em Nussbaum & Schofield, *Language and Logos*, Cambridge University Press, 1982, pp.61-83.

[53] SEDLEY, David. “The Etymologies in Plato’s *Cratylus*”. Em *Journal of Hellenic Studies*, 118, 1998, pp.140-154.

O artigo “The Etymologies in Plato’s *Cratylus*” de David Sedley inaugura a distinção entre uma etimologia *exegeticamente correta* e uma etimologia *filosoficamente correta*. Uma vantagem desta distinção é que ela transfere o ônus da prova para aquele comentador que duvida da seriedade do excuro etimológico. Que as etimologias devam ser lidas como “sérias” significa apenas que Platão as considerava como um esforço autêntico de recuperar o pensamento dos antigos instauradores dos nomes – e, nesse sentido, muitas delas mereceriam respeito e conteriam verdades sobre o mundo. O defeito de interpretar a secção etimológica como paródia, é que ela nos obriga a tomar *todas* as etimologias como sendo apresentadas ironicamente. Ora, existem boas razões para suspeitarmos de um respeito de Platão pelo uso da análise etimológica. Apresento as teses de David Sedley que me parecem mais centrais:

(1) No *Crátilo*, 384e-390e, Sócrates desenvolve de forma meticulosa toda uma teoria sobre a fundamentação da nomeação. É neste trecho que aparece a noção do nome como instrumento e do *legislador dos nomes* como aquele que confecciona os nomes sob a supervisão do *dialético*, o *usuário* dos nomes. Estes conceitos fundamentam as etimologias e são *todos* termos com conseqüências sérias para o pensamento de Platão. Seria estranho utilizá-los tão somente para preparar o terreno para um longo exercício de zombaria. (p.141).

(2) Em 439c1-4, Sócrates diz: “caso os instituidores dos nomes os formaram a partir do pressuposto de que todas as coisas estão em perpétuo movimento e fluxo – *pois é esta a idéia que eu faço de sua maneira de pensar...*” Nesta passagem já estamos longe da secção etimológica e parece que Sócrates está sendo sincero: as etimologias revelam um saber antigo. (p.141).

(3) Platão utiliza a etimologia em muitos outros diálogos, em contextos onde não há nenhum sinal de ironia. O mesmo pode ser dito de Aristóteles. (p.141-146).

(4) Importantes escritores do mundo antigo tomaram as etimologias do *Crátilo* como perfeitamente razoáveis. Não há registro de que a Antigüidade tenha lido o diálogo como um exercício irônico. (p.142-143).

(5) Aristóteles, em *Metafísica*, A, 6, 987a30-987b1 nos relata que Platão teria sido discípulo de Crátilo, com quem teria aprendido a doutrina do fluxo perpétuo dos objetos sensíveis, doutrina esta “que manteve até idade avançada”. Logo, o espírito heraclítico das etimologias não é *absolutamente* anti-platônico. (p.146).

(6) A lista etimológica é altamente ordenada, embora o significado exato desta ordem possa ser questionado. David Sedley nota nela uma antecipação da tradicional divisão da Filosofia em lógica, física e ética. Mais instigante ainda, ele repara numa clivagem – em 410e2-411c5 – entre a secção cosmológica e a secção ética e lógica. A Filosofia seria então, para Platão, *bipartite*, sendo a lógica uma subdivisão da ética. Ainda mais, tal bipartição corresponderia à distinção operada no *Timeu* entre dois tipos de *logos*, um fornecendo *doxa* e o outro, *epistheme* (*Timeu*, 29b-c) . A solução de Sedley é enfatizar esta clivagem. O cosmos é, em algum sentido relevante, ontologicamente fluido – e assim as etimologias cosmológicas são capazes de realizar

algo que é, a um só tempo, *exegeticamente e filosoficamente* correto: expressar imagetivamente esta fluidez. O mesmo não transcorre quando passamos para os verdadeiros objetos do conhecimento: os valores. (pp.148-152).

O artigo de Sedley merece ser lido ao lado do de Rachel Barney, do mesmo ano (item 36 desta bibliografia).

[54] SEDLEY, David. *Plato's Cratylus*. Cambridge University Press, 2003.

Esse livro de Sedley inaugurou a série *Cambridge Studies in the Dialogues of Plato*.

Com relação à data de redação do diálogo, Sedley defende uma tese singular: de modo geral, o *Crátilo* tem as marcas da fase “intermediária” de Platão, especialmente no que toca a teoria das Formas, mas pode ter sido reescrito num período tardio. Sedley sustenta isso por meio de três indícios: 1) a presença de duas passagens “intrusas” (437d10-438a2, surpida pelo *codex Vindobonensis*, talvez seja uma variação de 438a3-b4; e 385b2-d1 parece estar “fora de lugar”); 2) a inclusão do *aithêr* dentre os elementos básico, em 408d (tal introdução é singular do *Epinomis*); 3) a postulação da terra como um dos corpos semoventes, em 397c-d, uma crença tardia de Platão.

Agora qual seria o projeto central do diálogo? Para arriscar uma resposta, Sedley toma proveito da tradição que relata que Crátilo teria sido um dos primeiros mestres de Platão. O autor sugere então que o *Crátilo* tem como objetivo retratar uma mudança de perspectiva filosófica de Platão, da cratiliana para a socrática; mostrar dramaticamente a razão pela qual, num confronto intelectual entre dois de seus maiores mentores, Sócrates se sai vencedor (p.23). A razão é a tendência e a inclinação de Crátilo em assumir a posição heraclítica, uma tentação à qual o próprio Platão teria sucumbido, caso não houvesse sido resgatado por Sócrates; e o terreno de embate entre essas perspectivas encontra-se nas etimologias

Seguindo tendências interpretativas contemporâneas, David Sedley foca sua atenção nas etimologias, que considera como sendo fundamentalmente “sérias” (contra

Goldschmidt e Baxter, sobretudo). Esta “seriedade” deve ser entendida dentro de um quadro histórico particular: a cultura grega clássica tomava como um postulado que a linguagem é uma herança que foi passada aos homens por deuses ou por antepassados sábios. O autor sugere então que a principal distinção a ser feita na leitura das análises dos nomes é aquela entre uma etimologia “exegeticamente correta” (que revela a opinião do artesão dos nomes) e uma “filosoficamente correta” (que retrata o mundo de modo acurado). Platão aprova apenas a primeira delas, o que fica patente no decorrer do texto: as etimologias cosmológicas são exegeticamente e filosoficamente corretas, ao atestarem a doutrina do fluxo; mas as etimologias das noções morais revelam as opiniões equivocadas dos legisladores: é inaceitável para Platão a aplicação da perspectiva heraclítica na esfera ética, assim, ela precisa ser reconsiderada.

Resenhas do livro de Sedley: Victor Caston para a *Notre Dame Philosophical Reviews*, 2004.07.07; Zina Giannopoulou para a *Bryn Mawr Classical Review* de 2004.10.12; Rosamond Kent Sprague para *The Journal of the History of Philosophy*, volume 42, no. 4, outubro de 2004, pp. 490-491.

Estudos acadêmicos sobre o *Crátilo* publicados no Brasil:

- [55] BENOIT, Hector. “Estrutura e Tempo Dramático no *Crátilo* de Platão”. Publicado no *Boletim do CPA*, Campinas, no. 15, janeiro/junho, 2003, pp.101-121.
- [56] MACEDO, Dion Davi. “Platão e Crátilo: do *ónoma* ao *logos*”. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: *Letras Clássicas*, ano 2, número 2, 1998, pp.47-57.
- [57] MEDINA RODRIGUES, Antonio. “Em defesa de Crátilo”. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: *Letras Clássicas*, ano 2, número 2, 1998, pp.39-47.
- [58] MONTENEGRO, Maria Aparecida de Paiva. “Linguagem e Conhecimento no *Crátilo* de Platão”. Belo Horizonte: Revista *Kriterion*, vol.48, no.116, julho/dezembro, 2007.
- [59] NEVES, Maria Helena de Moura. *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*. Brasília: Hucitec, Editora UnB, 1987; 2ª edição revisada e atualizada, São Paulo: Editora UNESP, 2005, pp.19-64 (utilizei a 2ª edição).